

Raízes

jan 93/jan 94

9

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

neste número:

- ASSENTAMENTO
- PRODUÇÃO FAMILIAR
- ELITES AGRÁRIAS
- TEORIA ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA
Campus II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

CPA / BIBLIOTECA / FBAU

RAÍZES Nº 9

JANEIRO/1993 - JANEIRO/1994

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

SUMÁRIO

ARTIGOS

Osmil Galindo e Werter Macedo:

Assentamentos de Reforma Agrária no MA e no Ce: Análise de alguns aspectos sócio-econômicos 01

Marilda A. de Menezes:

As Estratégias de Sobrevivência dos Pequenos Produtores: O Caso das Migrações 17

Ghislaine Duque:

Sistemas de Produção e Meio Ambiente 38

Maria da Guia Santos Gareis:

O Grito da Elite Agrária Nordestina: Realidade ou Mito 49

Olívio A. Texeira:

"Pequena Produção Agrícola": Um Equívoco Metodológico ... 64

Manoel Luiz Malaguti:

Teoria da Regulação: Uma Introdução 71

Josemir Camilo de Melo:

Controvérsias sobre a "New Economic History" 97

Jurandir A. Xavier:

Regressão Capitalista no Brasil 117

INFORMAÇÕES

Mestrado em Sociologia:

Resumos das dissertações defendidas.

(Org.: Maria Cristina de M. Marin)

UFPB / BIBLIOTECA / PR
DOAÇÃO

Coord. mestrado sociologia

UFPB
BIBLIOTECA
DE CIÊNCIAS E
SOCIOLOGIA

R 07/03/95
129

516:33(05)
R 161

RAÍZES

Ano XIII, nº 9, jan. 1993/jan. 1994
Revista periódica de Ciências Sociais

Editor

Josemir Camilo de Melo (UFPB-CG)

Conselho Editorial

Elbio Troccoli Pakman (UFPN-JP)
Ghislaine Duqué (UFPB-CG)
Gian Mario Giuliani (UFRJ)
Manoel Correia de Andrade (UFPE)
Manoel Luiz Malaguti (UFPB-CG)
Maria da G. S. Gareis (UFPB-CG)
Maria L. G. de Carvalho (UFPB-CG)
Maria N. B. Wanderley (UNICAMP)
Paola Cappelin Giuliani (UFRJ)
Paulo Ortiz (UFPB-JP)

Comitê de Redação

Claudio Carvalcanti (UFPB-CG)
Fernando G. Oliveira (UFPB-CG)
Ivony L. M. Saraiva (UFPB-CG)
João Otávio P. Barros (UFPB-CG)
Lúcia Helena O. Cunha (UFPB-CG)
Marcio de M. Caniello (UFPB-CG)
Maria Cristina M. Marin (UFPB-CG)

Digitação e Edit. Eletrônica

Josemir Camilo de Melo e
Marcelo Alessandro L. Alves

Apoio

UFPB (Reitoria, CH e NPD)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor: Neroaldo Pontes de Azevedo

Pró-Reitoria de Pós-Graduação:
Rosa M. Godoy da Silveira

Diretor do Centro de Humanidades:
João Rodrigues dos Santos

Mestrado em Economia:

Coordenadora: Maria L. G. Carvalho
Vice-Coodenador: José Heleno Rotta

Mestrado em Sociologia:

Coordenadora: Ghislaine Duqué
Vice-Coodenador: Márcio M. Caniello

Endereço da Redação

Universidade Federal da Paraíba - CH
Mestrado em Economia e em Sociologia
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande - PB
Tel.: (083) 333-1000 r. 558 ou 143
Fax: (083) 333-1833
End. Elct. RAIZES @BRUFPB2.BR

Referência Bibliográfica

Raizes, Ano XIII n.9, jan. 93/jan. 94
Universidade Federal Paraíba/Campus II
CH/Mestrados em Economia e Sociologia
CDD - 330
CDU - 338-43(05)

INSSS 0102 - 552 X

RAÍZES, 1994

AOS COLABORADORES

Normas Relativas às Contribuições encaminhadas para publicação

1. A revista Raízes só publica trabalhos inéditos, em língua portuguesa e originais.
 2. Tendo como finalidade geral estimular o debate, aceita contribuições de autores das mais diversas tendências.
 3. As contribuições devem ser encaminhadas, se possível, em disquete, utilizando-se preferencialmente os processadores de texto **WORD, WORDPERFECT, WORDSTAR 6** ou os seguintes (**WINDOWS** ou **DOS**). Na impossibilidade de mandar os textos em disquete, deverão ser entregues datilografados em duas vias, espaço 2, com aproximadamente 30 linhas de 65 toques por página.
 4. Os artigos e ensaios não devem exceder 20 páginas, incluídas as notas de rodapé e as referências bibliográficas. Estas devem obedecer às normas da **ABNT**. As notas devem constar preferencialmente em baixo da própria página.
 5. As resenhas de livros não devem exceder 2 páginas.
 6. A Redação comunicará aos autores a decisão sobre a publicação ou não dos trabalhos. Não se compromete a devolver os originais.
 7. Pede-se que os colaboradores enviem seu curriculum vitae resumido, constando sua titulação, sua função atual e eventual vínculo institucional, seu endereço, telefone, fax e endereço eletrônico eventual.
 8. Pede-se também que os autores enviem um resumo em português e outro em inglês ou francês, não devendo ultrapassar 10 linhas cada um.
 9. Aos autores serão destinados três exemplares da revista em cujo número seus trabalhos forem publicados.
-

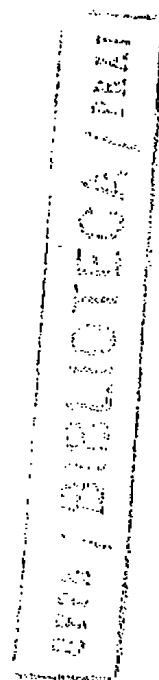
SUMÁRIO

ARTIGOS

- Osmil Galindo e Werter Macedo:**
Assentamentos de Reforma Agrária no MA e no Ce: Análise de
alguns aspectos sócio-econômicos 01
- Marilda A. de Menezes:**
As Estratégias de Sobrevivência dos Pequenos Produtores: O Caso
das Migrações 17
- Ghislaine Duque:**
Sistemas de Produção e Meio Ambiente 38
- Maria da Guia Santos Gareis:**
O Grito da Elite Agrária Nordestina: Realidade ou Mito 49
- Olívio A. Texeira:**
"Pequena Produção Agrícola": Um Equívoco Metodológico 64
- Manoel Luiz Malaguti:**
Teoria da Regulação: Uma Introdução 71
- Josemir Camilo de Melo:**
Controvérsias sobre a "New Economic History" 97
- Jurandir A. Xavier:**
Regressão Capitalista no Brasil 117

INFORMAÇÕES

- Mestrado em Sociologia:**
Resumos das dissertações defendidas.
(Org.: Maria Cristina de M. Marin) 129



A Revista **RAÍZES** aceita colaborações, conforme normas constantes no final da revista, na área de ciências sociais: antropologia, economia, história, política, sociologia e ciências afins, com preferência na temática rural.

Os trabalhos assinados são da inteira responsabilidade de seus autores.

É permitida a livre transcrição de qualquer matéria, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO E NO CEARÁ: ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Osmil Galindo (*)
Werter Macedo (**)

I. Introdução

No Brasil, em todas as unidades da Federação, tem acontecido um volume, até certo ponto elevado, de experiências de reforma agrária. Em março de 1989, segundo a relação de financiamento do PROTERRA, existiam 381 projetos de assentamentos de reforma agrária, dos quais 145 (equivalentes a cerca de 38% do total de assentamentos) localizavam-se no Nordeste. De maneira geral, pode-se dizer que estes projetos, embora variando o período da ocorrência e as condições econômico-sociais de cada um deles, suas conclusões são bastante parecidas, tanto no que diz respeito a sua estrutura, quanto a questões meramente técnicas, como a produtividade. Um fato constatado, por exemplo, é o de que a fragilidade do setor reformado tem determinado a sua orientação prioritária à produção de subsistência⁽¹⁾.

O trabalho de reflexão de que trata esse texto se propõe, em parte, a analisar alguns aspectos que não foram abordados no questionário da pesquisa "Principais Indicadores Sócio-econômicos nos Assentamentos de Reforma Agrária", realizada pela FAO-Nações

(*) Pesquisador do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco.

(**) Vice-Presidente do Instituto dos Economistas de Pernambuco e Economista do Banco Central.

(1) Cf. GALINDO, Osmil & SAMPAIO, Yony. "Reforma Agrária e Produção de Alimentos". In GALINDO, Osmil & AMORIM, Rosa (orgs.). *Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos*. Recife, Ed. Massangana, 1990.

Unidas em quase todos os estados da federação, executado no Maranhão e Ceará pelos autores do presente artigo. A idéia que está por trás desta colaboração é a de tentar definir um conjunto de sugestões que sejam relevantes para uma retomada do processo de reforma agrária e que possam, até certo ponto, ajudar na eliminação de pontos de estrangulamento que hoje impedem a sua implementação.

Para o desenvolvimento dos instrumentos de análise deste documento foram utilizadas informações de 65 entrevistas realizadas nos projetos de assentamento de reforma agrária de: Jitirana, localizado no município de São Mateus no Maranhão, habitado por cerca de 370 famílias distribuídas em 14 povoados (29 entrevistas realizadas); Ipueira da Vaca, Fazenda Suíça e Cacimba de Dentro/Três Irmãos, todos situados no município de Canindé, no Ceará, habitados, na ordem, por 122, 34 e 52 famílias, onde se realizaram, respectivamente, 12, 6 e 7 entrevistas; e Fazenda Macaco, localizada em Itapipoca, no Ceará, contendo 104 famílias (11 entrevistas realizadas).

Em primeiro lugar abordarei alguns aspectos econômicos nos assentamentos visitados, analisando questões como relações de trabalho, renda dos assentados e seus determinantes econômico-institucionais (comercialização, crédito, tecnologia, produção comunitária e desapropriação), além de determinantes naturais. Em seguida, no que diz respeito aos aspectos sociais, levarei em conta questões como a qualidade de vida, a diferenciação camponesa e as aspirações e organização dos assentados. Por fim, procurarei apresentar sintéticas conclusões a respeito de questões específicas que envolvem o processo de reforma agrária insinuando recomendações que poderiam contribuir para a sua condução.

2. Aspectos Econômicos

2.1 Relações de Trabalho

Na época anterior à criação dos assentamentos, as áreas correspondentes aos projetos visitados eram fazendas onde seus ex-moradores, atuais assentados, estabeleciam com o proprietário relações de trabalho de parceria e arrendamento. Em Jitirana, a parceria parece ter sido a relação predominante no período anterior à

desapropriação, muito embora alguns assentados se refiram a relações de arrendamento, sugerindo uma grande variedade de relações de produção no âmbito da antiga fazenda. Já na área de Itapipoca, no período anterior ao assentamento, predominava o arrendamento entre o proprietário e os moradores. Tanto na parceria quanto no arrendamento, a renda é paga em espécie, variando o produto de acordo com a vocação agrícola da área, como por exemplo: o arroz em Jitirana e o algodão nos assentamentos localizados em Itapipoca e Canindé.

Em Itapipoca, os assentados que foram ex-moradores, pagavam ao proprietário, a título de "renda da terra", uma fração da safra equivalente a um alqueire de algodão - aproximadamente 2 sacos - por hectare cultivado. Cumpre observar que a renda paga já foi maior nos tempos em que a terra era mais fértil.

As características de uma agricultura de subsistência, como a que se desenvolve na maioria dos assentamentos, conformam relações de trabalho do tipo familiar. Como as relações mercantis se estabelecem entre proprietários de pequenos lotes de terra, já que se trata de uma área de reforma agrária, existe uma certa semelhança com o modelo teórico proposto por Marx para uma hipotética sociedade de produtores simples de mercadorias, sintetizado na fórmula M-D-M, ou seja, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadorias; em outras palavras, vender para comprar⁽²⁾. Esporadicamente, entretanto, estabelecem-se relações de trabalho assalariado, mas sempre de forma temporária. Não se registram casos de assalariamento permanente. Os casos mais comuns de trabalho assalariado são de camponeses empobrecidos pela seca, cujas colheitas não foram suficientes para prover o seu sustento e o de sua família, e que se vêem constrangidos a vender sua força de trabalho a outros camponeses como diaristas, dentro da área do assentamento ou fora dela.

(2) V. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Vol. I, Livro Primeiro, Tomo I, Capítulo IV.

2.2 Renda dos Assentamentos e seus Determinantes Econômico-Institucionais

Os níveis de renda obtidos pelas famílias dos assentados são em geral baixos, oscilando, na época da pesquisa (julho de 1991), de 0,5 a 2,0 salários mínimos mensais.

Muito embora a renda modal deva ser encontrada no intervalo acima, não se pode deixar de registrar a existência de famílias com níveis de rendimentos da ordem de 10 salários mínimos mensais, constituindo-se no entanto, em casos excepcionais. Estes níveis de renda, contudo, não refletem a "renda real" dos assentados, mas apenas a sua componente monetária. A esta última deve-se acrescentar a produção para autoconsumo que, nos assentamentos, constitui parcela significativa - mais de 50% - da renda real. Esta componente da "renda real" deve incluir entre outros elementos: i) o consumo de leite e, em pequena escala, da carne bovina, naqueles assentamentos onde se observa a presença da pecuária, como em Ipueira da Vaca; ii) o consumo de hortifrutigrangeiros, plantados separadamente ou em consórcio com as culturas principais como por exemplo: quiabo, maxixe, pepino, cebola etc; iii) a fração da produção das culturas principais, como a mandioca, o feijão e o arroz destinada ao consumo alimentar; iv) o consumo de frutas, como manga, laranja, limão, tangerina, coco da bahia e caju, dependendo da área e da época; v) abate para consumo de parte da criação de animais, como aves, suínos e bovinos, em ordem decrescente de importância na dieta alimentar; vi) consumo de ovos como subproduto da criação de aves.

No que tange à componente monetária da renda real é possível desagregá-la em pelo menos quatro variáveis; i) a renda agrícola que resulta da comercialização de excedentes agrícolas, ou seja, a parcela da produção agrícola não destinada ao consumo familiar; ii) a renda oriunda da comercialização da produção animal quando, para fins de complementação da renda familiar, os camponeses vendem parte de sua criação de ovinos, suínos, bovinos e caprinos para obterem recursos monetários, com os quais pagam parte de suas despesas; iii) renda salarial obtida através da venda da força de trabalho familiar em

circunstâncias muito variadas: emprego temporário na construção civil, obtido por membros da família camponesa, normalmente os mais jovens em idade ativa, ocupação em frentes de emergência contra a seca, trabalho como diarista na propriedade de terceiros no âmbito do assentamento ou fora dele; iv) outros rendimentos não classificáveis como ganhos de assalariamento: receitas de aposentadoria, doações e contribuições de parentes, participação em lucros da atividade comunitária etc. Destaque especial nesta rubrica deve ser dado às vendas decorrentes da comercialização de produtos de extrativismo específicos de cada área ou assentamento, como o babaçu em Jitirana e a castanha de caju na Fazenda Macaco, em Itapipoca.

De um modo genérico é possível se selecionarem as variáveis que influenciam a formação da renda familiar dos assentados. Sua tipologia abrange desde categorias de natureza econômica e institucional, como o crédito, comercialização, tecnologia, produção comunitária e reforma agrária até aquelas de ordem natural, com destaque para a fertilidade do solo, pragas, condições climáticas e pressão demográfica. Os parágrafos seguintes analisam a influência de cada uma dessas variáveis sobre a performance da renda dos assentados.

2.2.1 Comercialização

Este item é da mais alta relevância na determinação da renda dos assentados. O que se observou foi uma extrema dependência dos agentes externos de comercialização tais como os bodegueiros, caminhoneiros, armazenistas, feirantes e proprietários de terra. Este quadro conduz a mecanismos perversos de apropriação dos excedentes agrícolas da pequena produção camponesa independente. No que diz respeito especificamente à pecuária, observou-se, nos assentamentos de Ipucira da Vaca e Fazenda Macaco, a atuação de pequenos intermediários, que realizam o abastecimento de carne naquelas áreas.

Outro aspecto importante no que tange às condições de comercialização, consiste no papel complementar ao abastecimento dos grandes centros urbanos desempenhado pela pequena produção camponesa. Em Jitirana, por exemplo, a venda dos excedentes agrícolas pelos assentados é parte deste processo mais amplo de regulação do

mercado. Toda vez que os grandes produtores diminuem a oferta do arroz, por questões climáticas e de oscilação de preços, expandem-se as vendas da pequena produção, suprindo em parte a escassez do mercado. No caso dos assentamentos de Ipueira da Vaca e Fazenda Macaco, este fenômeno se dá com a produção da farinha de mandioca.

2.2.2 Crédito

As condições creditícias, quando favoráveis, constituem outro fator de alavancagem da renda agrícola. Nos vários assentamentos visitados observou-se a quase ausência de fontes regulares de crédito oficial ou privado. No que tange a esta última fonte, as condições exigidas de rentabilidade e risco não condizem com um contexto de culturas de subsistência cultivadas em região semi-árida, e terminam por tornar inacessível o crédito. Pelo lado das contrapartidas exigidas, o baixo nível médio de renda prevalecente entre os assentados e o atraso na demarcação dos lotes constituem dificuldades incontornáveis. As únicas exceções observadas foram os créditos de alimentação e fomento, ainda assim não extensivos a todos os assentados, concedidos pelo INCRA no biênio 1987-1988, ou seja, no momento da criação dos projetos. É quase generalizada, nos assentamentos a crença de que os recursos obtidos eram a fundo perdido, muito embora nada ainda esteja definido pelo INCRA a este respeito. O projeto mais beneficiado, do ponto de vista do crédito, foi o de Ipueira da Vaca, o qual teve acesso ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROTERRA, cujo objetivo básico é o de apoiar os assentados e suas famílias na implantação da parcela que recebem, utilizando basicamente na compra e criação de animais bovinos. É sintomático que seja precisamente este último projeto, aquele onde se constata melhor nível médio de renda, dentre todos os assentamentos do Ceará e Maranhão visitados pela pesquisa.

2.2.3 Tecnologia

A agricultura que se pratica nas áreas de assentamento estudadas caracteriza-se por um baixo nível tecnológico geral. Tal fato conforma uma atividade agrícola essencialmente predatória, tornando bastante

adequado. o termo "exploração agrícola" pela exaustão sistemática dos recursos naturais do solo que acarreta. Uma implicação importante é que a atividade agrícola se desenvolve sob o princípio econômico da lei dos rendimentos decrescentes⁽³⁾, isto é, a tendência de longo prazo aponta para a obtenção de safras sucessivamente menores. No que tange especificamente à assistência técnica, ressalte-se o fato das culturas não serem mecanizadas, o que restringe bastante o espaço de sua atuação. Nos assentamentos visitados, esta atividade era desenvolvida basicamente pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, de maneira informal e assistemática.

Em que pesem as deficiências de sua atuação, a EMATER tem introduzido algumas inovações tecnológicas como o estímulo ao uso pelos agricultores de sementes selecionadas em pequena escala. Convém fazer referência a dificuldades e barreiras de ordem cultural à introdução de novas técnicas. Em alguma medida, o tradicionalismo e a passividade observados nos agricultores dificultam as inovações tecnológicas. É inegável que a necessidade de assegurar a subsistência da família, a partir de práticas e procedimentos agrícolas tradicionais, transmitidos de geração a geração, de resultados previsíveis e consagrados pela tradição, aumenta o grau de desconfiança que os pequenos agricultores apresentam diante de novas técnicas. Ainda assim, a EMATER tem insistido na adoção de técnicas como a rotação de culturas, curvas de nível, espaçamento, com resultados e aceitação medíocres.

Quanto ao maquinário utilizado, observou-se o uso do arado animal em alguns casos. Alguns assentados, não dispendo de arado próprio, chegam a alugar trator (com arado) aos usineiros de beneficiamento de arroz de São Mateus, a um custo aproximado de US\$ 10 (dez dólares)/ hora, normalmente rateado com outros assentados, conforme observou-se no povoado de Morada Nova, localizado no assentamento de Jitirana. Na fase de beneficiamento da produção agrícola também se observa o uso intermitente, por falta de

⁽³⁾ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. Capítulo II.

assistência técnica, de máquinas comunitárias como os debulhadores de milho e feijão.

Nos assentamentos de Fazenda Macaco e Cacimba de Dentro/Três Irmãos, observou-se a utilização muito incipiente de irrigação através do sistema "corre-campo", que significa irrigação por mangueiras em sulcos fechados e nivelados. Este sistema, o mais rudimentar de todos, é de funcionamento simples, tornando-se de fácil assimilação pelos agricultores recém-iniciados na prática de irrigação. Por outro lado, tal sistema pode ser implantado a um custo muito baixo, tornando-o possível de ser ampliado.

2.2.4 Produção Comunitária

A produção agrícola constitui uma componente importante da renda dos assentados, tanto na forma individual como, em menor proporção, na comunitária. Em Jitirana, observou-se a predominância do arroz cultivado à base de mão-de-obra e terra, praticamente sem utilização de insumos.

No que diz respeito à pecuária, trata-se de uma atividade ausente em Jitirana, por razões já comentadas. Nos assentamentos restantes observou-se uma pecuária ainda embrionária, com destaque para Ipueira da Vaca. Neste último assentamento, logo após a compra da terra, os assentados adquiriram gado bovino de forma individual com recursos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP e do PROTERRA, e gado comunitário com recursos do Projeto São Vicente. Um dos principais problemas para a expansão desta atividade é a escassez de suporte forrageiro que demanda crédito. Este fato vem causando problemas do tipo: perda de peso, necessidade de aluguel de pasto e, no limite, perda da res. Em 1988, após 1 ano de criação do referido projeto, o gado individual correspondia a 1079 reses contra 219 reses para o comunitário.

É curiosa a constatação de que, nos assentamentos de Cacimba de Dentro/Três Irmãos, Fazenda Suíça e Ipueira da Vaca, não se observa uma caprinocultura medianamente desenvolvida. Esta atividade acha-se restrita a alguns casos isolados que, somados, não ultrapassam

10% do total dos assentamentos nestas áreas. A natureza do clima, semi-árido quente, conforma um ambiente bastante favorável à exploração da caprinocultura, como agente de aproveitamento dos subprodutos provenientes da agricultura praticada na região à base de mandioca, feijão e milho. A cabra, pela adaptabilidade ao espaço semi-árido da região, se credencia a integrar o sistema de forma marcante pela participação na formação da renda familiar. Grande parte dos assentados entrevistados manifesta o desejo de criar cabras leiteiras, visando também à comercialização de importantes subprodutos desta criação: o queijo e o leite de cabra. Um dos obstáculos à efetivação desta idéia é a necessidade de proteção das plantações, mediante o uso de cercas, vez que as cabras, quando criadas soltas, destroem as lavouras. A aquisição destas cercas, ademais, exige crédito.

A produção comunitária desempenha um papel secundário na formação da renda dos assentados. Normalmente se observa, no âmbito desta última, o cultivo residual de produtos de subsistência como milho, feijão, mandioca e uma incipiente pecuária. As atividades de beneficiamento da produção agrícola é feita comunitariamente, através de máquinas do tipo: debulhadores de milho e feijão. Também no beneficiamento da mandioca utilizam-se equipamentos de produção comunitários: a casa de farinha, cuja mecânica de funcionamento é descrita a seguir. A manutenção da casa de farinha comunitária exige o pagamento do aviamento por parte do assentado. Assim, para cada 10 cargas de mandioca, equivalentes a 1500 kg, o assentado paga uma renda, em espécie, à casa da farinha, equivalente a 1/2 saca. Fora da produção comunitária, a renda paga equivale ao dobro, isto é, uma saca. A diferença deve-se a que, no primeiro caso, os custos com a remuneração da mão-de-obra são anulados pela utilização da força de trabalho familiar. Neste caso, a renda da farinha é líquida, não incluindo a remuneração do emprensador (US\$ 2,3), do forneiro (US\$ 2,9), da espremedeira (US\$ 1,4), da raspadeira (US\$ 2,3, em número de quatro), do carregador (US\$ 1,7, em número de dois) e do arrancador (US\$ 1,7, em número de dois). É importante salientar que estes custos foram estimados tomando-se como referência o custo de processamento de 10 cargas de mandioca. Note-se, além disso, que o peso relativo da renda da farinha no custo total de processamento deste produto é

variável de acordo com o rendimento da mandioca, já que a renda é definida em função da carga desta última e não proporcionalmente à farinha efetivamente obtida.

2.2.5 Desapropriação

Entre os fatores que influenciaram positivamente a renda dos assentados convém destacar os efeitos redistributivos da desapropriação. A reforma agrária, ao modificar as relações de propriedade dentro das áreas dos projetos observados e suprimir as relações de produção pré-capitalistas do tipo parceria, arrendamento etc, desobrigou os camponeses do pagamento da renda ao proprietário, elevando desta forma a renda familiar. Outra consequência importante da reforma agrária foi a redefinição do uso do solo, com prioridade para as atividades de agricultura de subsistência, destinando-lhes áreas antes ocupadas pela pecuária dos ex-proprietários das antigas fazendas, cuja expressão mais evidente ocorreu no assentamento de Jitirana.

2.3 Renda dos Assentamentos e seus Determinantes Naturais

A atividade agrícola, mais do que qualquer outra atividade econômica, acha-se submetida à ação de condicionantes naturais do tipo: pragas, condições de solo e clima e a fertilidade decrescente do solo. Vários assentados mencionaram a ocorrência de pragas tais como o purgão no feijão e no cacho do arroz, lagarta, formiga, tangapara no pé do arroz etc. O alcance deste fenômeno é, às vezes, muito amplo, e não raro compromete toda a safra.

As condições nas quais se desenvolve a atividade agrícola nos assentamentos, a agricultura do tipo itinerante e predatória, sem aumentos de excedentes e de produtividade devido ao baixo nível tecnológico, assemelham-se ao princípio ricardiano dos rendimentos decrescentes⁽⁴⁾. Na Fazenda Macaco, um dos entrevistados declarou que a produtividade média declinou de 10 alqueires de algodão para três alqueires por hectare entre o ano de 1966 e o de 1991. Este fato conduz à conclusão inexorável de que a reforma agrária não é viável

⁽⁴⁾ RICARDO, David. Op. cit.

dentro do atual padrão tecnológico dos assentamentos. O efeito deste princípio é o mesmo de uma força de gravitação atuando permanentemente sobre a renda agrícola. Este fato é ainda mais grave quando se considera outro fator natural: a pressão demográfica. Esta última resulta, seja do crescimento vegetativo das famílias assentadas, em geral elevado, dado o número de filhos por família - em média de cinco -, como também do intenso fluxo de novas famílias para as áreas de assentamento, à procura de inserção produtiva, dentro de um contexto geral em que os lotes ainda não estão demarcados.

3. Aspectos Sociais

3.1 Qualidade de Vida nos Assentamentos

Os projetos de reforma agrária visitados localizam-se na região semi-árida, à exceção do assentamento de Jitirana no Maranhão. Esta área, como é sabido, constitui um enorme bolsão de pobreza dentro do Nordeste. Diversos estudos têm mostrado que um significativo percentual de famílias que habitam o semi-árido auferem rendimentos mensais inferiores a dois salários mínimos⁽⁵⁾. Esta consideração deve ser feita a fim de se relativizar as conclusões sobre os benefícios e as insuficiências da reforma agrária que se realiza em vários dos assentamentos visitados.

De um modo geral, observou-se que os assentados apresentavam um aspecto relativamente saudável, talvez, em parte, devido à pequena melhora nas condições de alimentação, ocorrida a partir do momento da desapropriação. Em todos os assentamentos, à exceção do de Jitirana, onde se proibiu a criação de animais, os assentados passaram a incorporar na sua dieta alimentar o consumo de algum tipo de carne e

⁽⁵⁾ Ver, a esse respeito: CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Rio de Janeiro, Campus/Brasília, ABID - Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988; D' APOTE, Vincenzo et alii. *Bases para uma política de colonização e reforma agrária no Nordeste do Brasil*. Recife, SUDENE, 1972; e FIGUEROA, Manuel. *O problema agrário no Nordeste do Brasil: análise e proposições*. São Paulo, HUCITEC, 1977.

de produtos derivados da produção animal a saber: leite, ovos e, esporadicamente, a manteiga.

Para tanto, contribuíram de forma decisiva em alguns casos as linhas de crédito do Inca: crédito para fomento, crédito para alimentação e o PROTERRA. Estes créditos possibilitaram aos assentados, basicamente a aquisição de bovinos e, em pequena escala, de suínos e de caprinos, ocasionando uma ligeira melhoria alimentar.

As residências dos assentados, contudo, sugerem um estado de extrema miséria, somente ultrapassado pelos moradores de favelas das grandes regiões metropolitanas do país. Em Jitirana, uma residência típica do assentamento apresenta telhados e paredes de palha; nos assentamentos de Canindé - CE, as paredes são de taipa e coberta de sapé; nos assentamentos de Itapipoca-CE, predominam as paredes de alvenaria e cobertura de telha. As casas, de modo quase que generalizado, apresentam-se mal conservadas e possuem piso de barro batido. Praticamente inexistente a luz elétrica, à exceção de umas poucas residências, cerca de dez, aproximadamente, espalhadas pelos assentamentos de Fazenda Macaco e Cacimba de Dentro/Três Irmãs. Como se pode notar, as residências dos assentados são simples e pobres, reflexo em parte dos baixos níveis de renda ali prevalecentes, mas também da natureza rústica de vida no campo.

3.2 Diferenciação Camponesa

A diferenciação camponesa constitui outro aspecto social relevante a ser ressaltado. Com efeito, o nível de renda predominantemente baixo - inferior a 24 salários mínimos anuais, equivalentes acerca de US\$ 1170 - não impede que pontifiquem casos de renda média mensal superior a 10 salários mínimos, ou seja, a US\$ 487. Em que medida estes fenômenos de diferenciação de renda e performance econômica podem desencadear um movimento de reconcentração da propriedade fundiária, no âmbito do assentamento, constitui uma questão em aberto. Em Ipueira da Vaca foram encontradas famílias que dispunham de dezenas de reses e outras que possuíam menos de cinco e às vezes nenhuma res. As causas deste fato não se encontram somente nas diferenças de produtividade, iniciativa e

capacidade empresarial entre os assentados que, diga-se de passagem, são bastante visíveis. Devem-se, sobretudo, às diferenças de capital inicial entre os assentados quando da criação do assentamento. Alguns deles já possuem caprinos, suínos, ovinos e até bovinos quando foi demarcado o perímetro; outros chegaram sem absolutamente nenhum recurso. Entre estes últimos há os que chegaram depois da concessão da ajuda financeira do PAPP, PROTERRA, CRÉDITO ALIMENTAÇÃO, FOMENTO, etc. e não receberam nenhum tipo de ajuda.

A diferenciação se explica também pela heterogeneidade do solo, que favorece alguns assentados em detrimento de outros, como também pelo tamanho e composição da estrutura familiar. Observou-se, naquelas famílias maiores e com alto percentual de filhos homens em idade adulta - 18 a 45 anos - uma maior capacidade de trabalhar a terra em termos de área abrangida pelo cultivo, por razões óbvias. Além de conseguirem extrair um excedente agrícola maior, estas famílias conseguem mais facilmente complementar sua renda através do ingresso, ainda que parcial e precário, de sua mão-de-obra jovem e masculina no mercado de trabalho urbano em atividades de baixa qualificação e remuneração, durante alguns meses do ano. Observou-se, também, que os camponeses melhor sucedidos, em regra, desenvolvem atividades terciárias como a comercialização através de bodegas individuais, compra e venda de carne animal, exploração de salão de festas, etc.

3.3 Aspirações e Organização dos Assentados

Vem a ser uma premissa fundamental para o êxito da reforma agrária o fortalecimento dos mecanismos internos de organização dos assentados, tais como o sindicato, a associação comunitária etc. Somente através destes instrumentos será possível emancipar os assentados, isto é, torná-los capazes de desenvolver atividades auto-sustentáveis do ponto de vista econômico, eliminando a tutela da burocracia estatal absorvedora de grande massa de recursos que, de outro modo, poderiam ser destinados à atividade fim.

No que diz respeito à organização dos assentados é necessário hierarquizar corretamente os principais problemas e desafios a enfrentar. Neste sentido, visando contribuir para a formulação de uma agenda de intervenção nos assentamentos, cumpre destacar a questão que pareceu de solução mais premente: o problema da demarcação topográfica dos lotes. Com efeito, este tema suscitou polêmicas nos vários projetos visitados, dividindo a comunidade entre aqueles que defendem a divisão da área em lotes individualizados, os que preconizam a produção comunitária do tipo puro e, por último, uma parcela não desprezível de indecisos. Entende-se que a ausência da demarcação torna livre a entrada de novas famílias na área do assentamento, reduzindo a terra disponível por família e, no limite, inviabiliza a criação e o surgimento de lotes auto-sustentáveis.

Entendendo que seja função precípua da reforma agrária, não apenas a mera distribuição de terras, mas também a de tornar os camponeses cidadãos de fato, atenção especial deve ser dispensada às suas associações. Estas são criadas para tratar questões e encaminhar pleitos de interesse geral dos assentados, propiciando além disso o usufruto de economias de escala pelo rateio de certas despesas indivisíveis, como o uso das máquinas de beneficiamento comunitárias, da casa da farinha etc, sem prejuízo da organização individual dos lotes. A maioria dos assentados, sobretudo aqueles mais humildes, parece valorizar e compreender o papel das associações. Muitos deles, ao avaliarem o papel dessas entidades ressaltaram, com suas palavras e seu modo peculiar de falar, que o simples fato de se dispor de um canal de reivindicação das demandas mais urgentes do assentamento constitui, em si mesmo, um benefício, independentemente delas serem atendidas. Até o presente, as organizações dos assentados são do tipo informal. Cumpre, portanto, àqueles interessados no êxito da reforma agrária, bem como aos segmentos políticos progressistas, lutarem pela sua institucionalização. A comunidade aguarda, também, por parte dos órgãos competentes providências no sentido da regularização fundiária que hoje abrange alguns poucos assentados, ainda assim, sob titulação provisória.

No plano teórico, as associações comunitárias seguem o seguinte modelo organizacional: uma Assembléia Geral como órgão máximo de deliberação dos assuntos de interesse geral relativos ao assentamento; logo depois, seguindo a escala hierárquica, existe uma Comissão Central que representa o conjunto dos assentados em reuniões com o poder público ou com outras instituições externas ao assentamento, estando obrigada a repassar as informações resultantes destes encontros. Quando a área do assentamento acha-se dividida em distintos povoados, conforme se dá nos projetos de Jitirana e Ipueira da Vaca, acontecem mini-assembléias em cada um deles, onde são discutidas questões de interesse geral dos assentados agrupadas por comissões temáticas como, por exemplo, Comissão de Pecuária, Comissão de Agricultura, Comissão de Saúde, Comissão da Casa de Farinha, Comissão de Infra-Estrutura, Comissão do Proterra etc. Cada povoado possui várias comissões por tema e tem representação assegurada na Comissão Central.

4. Conclusões e Recomendações

A título de sugestão, para o bom funcionamento dos projetos de reforma agrária, algumas considerações devem ser feitas. É necessária a adoção de um conjunto de políticas com ênfase na comercialização e na tecnologia. A principal dificuldade, no que tange à comercialização, consiste na dependência do intermediário, o qual se apropria de parcela não desprezível do excedente. Para alterar este quadro altamente perverso do ponto de vista social, faz-se necessário a criação de sólidas estruturas associativas, bem como a reformulação e modernização daquelas já existentes. Produzindo e comercializando através de cooperativas e associações fortes, a pequena propriedade camponesa não somente conseguiria melhores preços para seus excedentes agrícolas, como também usufruiria de benefícios oriundos de economias de escala. A indivisibilidade do crédito agrícola reduz bastante a taxa de juros quando os empréstimos são feitos a instituições associativas. Ademais, consegue-se internalizar ganhos no processo de comercialização que, de outro modo, terminam invariavelmente nas mãos dos intermediários, como é frequente nos projetos visitados.

É igualmente importante que se invista no homem enquanto ser social, reforçando os gastos em saúde e educação, itens sabidamente deficitários no país como um todo e ainda mais nos limites dos assentamentos visitados. Convém ressaltar, a propósito, que os assentados mostraram uma grande consciência destes problemas. Não há dúvidas de que o homem, quando bem educado, apresenta maior facilidade para captar novas tecnologias, fazer uso delas e transmití-las para outros.

Cumprе ressaltar a necessidade de se formular políticas creditícias e de preços mínimos por parte dos governos como forma imprescindível de apoio ao pequeno produtor que, de outra forma, fica preso ao intermediário e à sanha do lucro fácil.

Finalmente, cabe mencionar a fraca atuação do INCRA junto aos assentamentos visitados, que se restringiu apenas ao financiamento de algumas linhas de crédito e à realização de uma pequena quantidade de obras de infra-estrutura, em conjunto, insuficientes para, pelos menos, se iniciar o processo de reversão da pauperização nas áreas dos produtos.

AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS PEQUENOS PRODUTORES: O CASO DAS MIGRAÇÕES

Marilda Aparecida de Menezes(*)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as transformações do sistema produtivo, suas repercussões sobre as relações de trabalho e as estratégias utilizadas pelas famílias de pequenos produtores rurais para garantir sua sobrevivência, especialmente a migração de alguns membros da família. Baseamo-nos em pesquisa empírica realizada com cerca de 30 pequenos produtores na microrregião do Sertão Paraibano e com os migrantes procedentes destas famílias, residentes na região do ABC - Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, no período de 1982 a 1984. Desenvolveremos o texto em cinco partes:

- 1) A estrutura fundiária e o sistema produtivo
- 2) As condições de reprodução de pequena produção
- 3) Atividades complementares
- 4) Migração: estratégia de sobrevivência da família
- 5) Migração e reprodução da família na origem

1) Estrutura Fundiária e o Sistema Produtivo

A estrutura fundiária do Sertão Paraibano caracteriza-se pela concentração da terra em poucas mãos, acompanhando, assim, o quadro mais geral da estrutura fundiária no Brasil e no Estado da Paraíba. A título de exemplo, vamos tomar os municípios de São José

(*) Professora de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, Paraíba, Brasil.

de Piranhas e Bonito de Santa Fé, que se localizam na microrregião do Sertão de Cajazeiras.

Em Bonito de Santa Fé, no ano de 1980, os estabelecimentos de 0 a 10 ha representavam 16,3% do total de estabelecimentos, porém ocupavam apenas 2,06% da área total, enquanto que os estabelecimentos de 100 a 1000 ha representavam 11,8%, ocupando 42,8% da área total do município.

Em São José de Piranhas, os estabelecimentos de menos de 10 ha representavam 41,6% do total de estabelecimentos, ocupando 7,9% da área total; enquanto os estabelecimentos de 100 a 1000 ha representavam 6,6% e ocupavam 45,3% da área total.

Estes dados nos mostram o nível de concentração da terra nestes municípios. De um lado, temos um grande número de estabelecimentos que ocupa uma pequena área e uma grande área sendo ocupada por um número pequeno de proprietários. Em São José de Piranhas, em 1980, temos que 45,3% da área rural é propriedade de apenas 11,8%, isto quer dizer que praticamente metade da terra é propriedade de apenas 11,8% e a outra metade é dividida por 88% dos proprietários.

No Sertão Paraibano, quando consideramos o tamanho da terra, temos, também, que incluir a disponibilidade de água, tanto em meios naturais (rios), quanto em reservatórios: açudes, poços, barragens. É a combinação entre terra e água que indica a potencialidade da terra, ou seja, se há possibilidade de garantir a sobrevivência da família ou não.

Aliado a esta estrutura fundiária, o sistema produtivo do Sertão baseia-se fundamentalmente no chamado "Sistema Tradicional". Segundo Grabois (1980) este sistema "(...). Difundido em todo sertão da Paraíba, é uma policultura ao mesmo tempo comercial e de subsistência. As culturas consorciadas são algodão arbóreo, mocó, o milho e o feijão de corda ou macassar. Caracteriza-se, nitidamente, como um sistema extensivo: pratica-se a rotação de terras, é pequeno o investimento de capital, é a mão-de-obra pouco numerosa em relação à área cultivada e são baixos os rendimentos por hectare, tanto nas lavouras de subsistência quanto na cultura do algodão. Supõe uma associação, ainda que rudimentar, com a pecuária" (pg.2).

Este sistema produtivo, denominado por alguns autores como SISTEMA TRADICIONAL, tem sofrido modificações importantes nas duas últimas décadas.

O algodão de tipo mocó perdeu importância no mercado nacional e internacional e a pecuária se tornou a atividade econômica principal. A opção pela pecuária nos municípios estudados pode ser observada pelo aumento do efetivo bovino. Em Bonito de Santa Fé, há uma evolução crescente do rebanho, que chega no seu ápice, em 1978, com um aumento de 323,8% em relação a 1973. Entre 1978 e 1979 há uma diminuição considerável do efetivo, passando de 8.129 para 5.376 cabeças. Em 1980, volta a aumentar, mas em proporções menores que nos anos anteriores, passando de 5.376 para 5.766 cabeças. Esta diminuição entre 1978 e 1979 é decorrência da seca, pois mesmo os grandes proprietários têm reduzido seu rebanho. Em São José de Piranhas, nota-se um crescimento gradativo de 1973 a 1980: 121,4%.

Há tanto um aumento quantitativo do número de cabeças de gado, quanto modificações no sistema extensivo, baseado em pastagens naturais. Embora este sistema ainda seja importante, há indicadores que apontam para uma capitalização da pecuária, tais como o aumento da área plantada com pastagens artificiais; construção de benfeitorias na propriedade, como os estábulos, cercas, etc; uso de insumos e maquinários modernos. É importante ressaltar que a modernização é incentivada pelo Estado, através de linhas especiais de crédito, nas quais tem sido privilegiada a atividade pecuária.

Além da expansão e modernização da pecuária, o sertão tem sofrido uma queda da área plantada com algodão mocó e um aumento do algodão herbáceo. Este tipo de algodão traz modificações no sistema tradicional de plantio do algodão, pois como é um arbusto pequeno não permite o consorciamento com outras culturas. Além disto, o herbáceo exige mudança das técnicas de cultivo: é plantado em "campos", faz-se o destocamento e tombamento da terra através de trator. Segundo a EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - o governo incentiva a implantação do herbáceo, por ser este tipo de maior produtividade que o mocó, exigindo permanentes pulverizações.

BRASIL - BIBLIOTECA - EMATER

Requer maior número de limpas - duas ou três vezes ao ano. Devido a estes cuidados especiais, o herbáceo exige maior trabalho que o mocó. É uma opção dirigida à produção empresarial capitalista. As condições necessárias para o herbáceo excluem uma boa parte de produtores, principalmente os pequenos.

"O algodão "alho" ⁽¹⁾ é bom; é bom assim prá quem tem condições, terra própria, motor prá aguar, pulverizar todo mês, a não ser não adianta. Nem todo mundo vai ter condições, nem todo mundo tem terra própria, terra própria é baixio e o carrasco bom, carrasco ruim não se pode plantar algodão deste. Precisa de terreno plano prá aradá. Ainda tem mais, que este menino (refere-se ao técnico da EMATER) já arranjou um adubo, quando o algodão começar a abrir, tem um adubo prá botar, senão não presta". (pequeno proprietário).

Apesar dos indicadores de modernização na atividade agropecuária nos municípios estudados, ainda há a predominância do sistema tradicional. Assim, não há o enquadramento do "velho" para um "novo" sistema produtivo, mas há o enquadramento do "velho" nas novas dinâmicas e interesses do capital na atividade agropecuária, sob a intervenção direta do Estado. Portanto, é um "velho" renovado, o que poderíamos denominar de "novo sistema tradicional".

O fato de considerar que as mudanças ocorridas levam a um "novo sistema tradicional" prende-se a razões que justificam tanto o "sistema tradicional", quanto o "novo". O sistema tradicional permanece por ser um sistema produtivo que:

- 1) tem a terra como meio de produção fundamental.
- 2) tem fraca utilização do capital constante, o que resulta numa baixa composição orgânica do capital.
- 3) utiliza mão-de-obra puramente assalariada. No caso trata-se, ainda, do trabalho parceiro.

(1) "alho": corrutela de Allen, variedade do algodão herbáceo, segundo declarou um técnico da EMATER.

É "novo" por duas razões:

1) pela introdução de uma certa mudança no processo de produção;

2) porque, embora a relação de trabalho continue sendo a parceria, modifica as bases sobre as quais ela estava assentada. Se a mudança promovida e orientada pelo Estado não tem surtido o efeito esperado a nível da capitalização da atividade agropecuária, sem dúvida acarretou transformações nas relações de trabalho.

2) As Condições de Reprodução da Pequena Produção

A pequena propriedade em geral se caracteriza pela produção direta dos produtos básicos de alimentação: milho, feijão, algodão, como cultura comercial e na criação dos chamados "animais de pobre": suínos, cabras, galinhas, que representam uma reserva de valor para despesas ocasionais, como algum cerimonial, doenças e outros. Seu tamanho varia de 0 a 100 ha (hectares).

O algodão como cultura comercial é a principal fonte monetária do pequeno proprietário. O algodão para o grande proprietário é uma cultura subsidiária à pecuária, destinada a rebaixar os custos de produção desta atividade. Os pequenos proprietários, que não têm capital para se tornarem criadores, não orientam sua produção apenas pelos preços, pois visam a sua subsistência. Faltando opção melhor, a parte monetária de sua reprodução depende fundamentalmente da comercialização do algodão.

"O garrote do pobre é uma arroba de algodão, quando ele tem prá vender, quando não tem prá vender fica sem nada, dá-se um jeito de sofrer na roça de qualquer um, um dia alugado. Ou, então, fica sem nada. Ele já tá desprevenido, às vezes uma doença, uma precisão e ele tendo o algodão, não, ele vai se manter. Como pobre, pouquinho, mas vai ter." (pequeno proprietário).

Dentre as dificuldades enfrentadas para sobreviver da terra, destacam-se a terra insuficiente e a falta de água. As modificações no sistema produtivo provocaram uma desvalorização do algodão moco,

tipo comumente plantado pelos pequenos produtores, os quais também estão impossibilitados de introduzir o algodão tipo herbáceo, pois exige um certo capital.

Além destas dificuldades na produção, há, ainda, a presença dos atravessadores na hora de comercializar o algodão. Sendo os preços do algodão baixos, a renda obtida com sua venda raramente cobre os gastos necessários à manutenção da família, mesmo quando têm uma boa produção. Assim o pequeno tamanho da terra, mais a escassez de água, ou falta de meios de obtenção de água; as técnicas e instrumentos rudimentares de cultivo e a expropriação do excedente na comercialização não permitem que o pequeno produtor garanta as necessidades básicas da família. Como consequência ele é frequentemente obrigado a recorrer à venda de animais, o que representa a principal reserva de valor para complementar a subsistência diária. Também são utilizadas outras atividades complementares, como o trabalho assalariado, algum pequeno comércio, a migração de alguns membros da família que ajudam com o envio de dinheiro à origem.

Na grande propriedade, as mudanças no sistema produtivo afetarão diretamente as condições de trabalho e vida do morador.

A expansão da pecuária faz com que o gado passe a competir, palmo a palmo, com a terra utilizada pelo morador, seja para o roçado ou para a criação de seus animais. As principais mudanças são as seguintes:

- o proprietário não permite mais que o morador crie animais. Isto fica claro, tanto pelos depoimentos dos moradores, quanto pela diminuição dos caprinos, assininos e eqüinos no período de 1977 a 1980. O município de São José de Piranhas tinha em 1980, 1.821 cabeças de caprinos contra 7.879 em 1977.

- o aumento das pastagens plantadas vai se expandir sobre as terras de roçado. O capim geralmente plantado nos baixios, retira o morador e o joga para terras de pior qualidade, diminuindo drasticamente a produtividade.

"Esta pecuária prejudicou o morador, prejudicou o Brasil, porque os cereais está se acabando, as terras boas ficando tudo coberta de capim, o patrão pega a terra boa e utiliza ela com capim, tem todos os anos que bota aquela broca, aquelas terras baixas que pode plantar todos os anos e dá mais produção, aí o capim, estes todos proprietários tem sua pecuária, no fim os cereais tão se acabando, ficando todo coberto só de capim, o boi já tomou o lugar do homem. Do jeito que vai, vai se acabar, por um quilo de feijão neste tempo por Cr\$ 1.000,00 (outubro de 1983). E o dia de serviço por Cr\$ 1.000,00. Quando for agora, ainda tem aqui, quando for de janeiro em diante tá vindo de Mato Grosso, do sul do país, com já tá vindo agora". (morador).

- substituição da "renda em produto" pela "renda em assentamento do capim": o morador tem direito a plantar um, dois anos de milho e feijão sem partilha da produção com o patrão. Em troca deve entregar o capim plantado.

- o morador é utilizado em algumas atividades específicas da pecuária, sendo obrigado a aceitar salários inferiores aos dos trabalhadores provenientes de fora da propriedade.

O resultado de todas estas mudanças a nível das condições de vida dos moradores é que eles vão ter que trabalhar mais intensivamente, recorrendo frequentemente ao assalariamento e explorar o trabalho das mulheres, dos filhos, inclusive dos menores.

Há, também, uma crescente expulsão dos moradores para as pontas-de-rua ou para outros municípios, regiões do estado ou fora do estado. A saída dos moradores não se dá por expulsão direta do patrão, mas, pelo que poderíamos chamar de "expulsão indireta", onde o patrão vai gradativamente rebaixando as condições do morador, até este se desgostar e sair.⁽²⁾ A prova mais evidente do intenso processo de expulsão do morador é o aumento de domicílios vazios na zona rural e o crescimento das periferias das cidades do sertão.

⁽²⁾ Sigaud (1979) analisando as pressões indiretas e as saídas calculadas, conclui que, "por detrás das idéias do botar para fora e do gosto e vontade, se poderia depreender a dinâmica de um processo que permite nem a proprietários, nem a trabalhadores uma hegemonia absoluta, em relação ao sentido que está assumindo.

Além do pequeno proprietário e do morador, no sertão paraibano também são pequenos produtores os trabalhadores que moram nas pontas-de-rua, mas ainda mantêm vínculos de trabalho na grande propriedade, seja através de roçado - "renda em produto" ou da "renda em assentamento de capim". Estes trabalhadores no Sertão da Paraíba se auto-denominam de "rendeiros".

Os moradores já não gozam das "vantagens" existentes em tempos anteriores, como, por exemplo, o direito a ter um roçado próprio, sem ter que pagar a renda; a criar animais, muitas vezes até gado; a ter uma casa boa; a ser socorrido pelo patrão na doença; a adiantamentos sem juros. Estas vantagens, de certa forma, compensavam o cativo: estar à disposição do patrão para qualquer tarefa a qualquer momento, suportar maus tratos, proibição de trabalho para outro patrão, obrigação de vender o dia de trabalho por um salário menor do que o do trabalhador de fora. Vivenciando um processo de diminuição das "vantagens", sem contrapartida de diminuição das desvantagens, os moradores se sentem impelidos a mudarem para "a rua" (cidade ou povoado).

Uma vez morando na rua, as alternativas de trabalho ainda são na agricultura. A demanda de assalariados urbanos praticamente inexistente. Na agricultura, as transformações técnicas não se deram a um nível que exigisse relações de trabalho assalariadas permanentes. A demanda de força-de-trabalho assalariada é limitada no tempo e na quantidade. Conseqüentemente, resta a esse ex-morador a alternativa de buscar novamente na agricultura a sua sobrevivência. São, agora, parceiros que moram fora da propriedade e se auto-denominam "rendeiros". Para os trabalhadores, o rendeiro não se confunde com o

Assim, nem o proprietário pode mandar embora trabalhadores indiscriminadamente, embora possa jogar com a ameaça de botar para fora, a qual por sua vez é EFICAZ PORQUE O MODELO DA MORADA NÃO TEM MAIS CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO e não porque proprietários disponham de uma força ilimitada. Por outro lado, também o trabalhador nunca sai totalmente de gosto e vontade, na medida em que sofre um conjunto de pressões que serão ressentidas em função de uma maior ou menor força do proprietário, mas sim a partir da própria posição que ocupe segundo o modelo diferenciador da morada e da força de seu sindicato". (pp. 76 e 77).

morador. A condição de morador é identificada com o cativo, enquanto que rendeiro significa uma libertação dos laços de dependência pessoal.

Os moradores e rendeiros trabalham em regime de parceria, só que há obrigações diferenciadas, implicando em níveis de sujeição diversos.

O rendeiro não é completamente autônomo, o proprietário diz o que plantar, como deve ser plantado. O controle do rendeiro, por parte do patrão se dá mais a nível da produtividade, de forma a assegurar o pagamento da renda pelo preço mais alto possível. O patrão controla as atividades do morador num nível muito maior, porém tem determinadas obrigações com o morador. O morador está preso a uma relação pessoal e direta com o patrão, que assume um caráter moral muito forte. Muitas vezes ele enxerga a exploração, porém é incapaz de se colocar contra o patrão, pois isto significaria uma traição.

Tanto as condições de reprodução dos moradores, quanto as dos rendeiros, são influenciadas pela expansão e capitalização da pecuária. O morador é expulso para as pontas-de-rua; há transformações na própria relação do morador; há aumento dos rendeiros. Os pequenos proprietários, crescentemente, se empregam na grande propriedade.

Estas transformações exemplificam concretamente que o desenvolvimento do capitalismo no campo não desemboca inelutavelmente ou diretamente no assalariamento. Embora a tendência geral seja a proletarização, o processo mais evidente é a não expropriação completa do trabalhador.

Citarei alguns aspectos que justificam a utilização da força-de-trabalho de moradores e rendeiros, e não de assalariados.

1) O objetivo dos patrões é manter a atividade agropecuária com o mínimo possível de adiantamento de capital; o assalariamento representaria um adiantamento significativo de capital variável.

2) Os moradores e rendeiros são diretamente interessados na produção, não havendo necessidade de fiscalização permanente. Isto,

além de diminuir os gastos com um administrador, é compatível com o caráter absenteísta do proprietário.

3) Eles assumem os riscos da produção, dado interessante para uma região de seca.

4) Eles constituem uma reserva de força-de-trabalho. Além de executar tarefas como o desmatamento na relação de parceria, são disponíveis para trabalhar na propriedade, na feitura de cercas, benfeitorias em geral, plantação de capim, cana, etc.

Os patrões, servindo-se de moradores e rendeiros, objetivam o barateamento da força-de-trabalho, por isto proporcionam um acesso precário à terra, o que limita a produção dos itens básicos de alimentação.

A família continua sendo a unidade básica de produção, porém tem sua base de reprodução alterada. As condições de reprodução dos moradores, rendeiros e pequenos proprietários não permitem a utilização de toda a capacidade de trabalho da unidade familiar, gerando uma força-de-trabalho que "sobra". Mas, poder-se-ia perguntar: sobra em relação a que? Esta "sobra" não significa uma população que está totalmente desempregada, pois ainda tem acesso, mesmo que precário, aos meios de produção. Portanto, não se trata de uma sobra que constitua um excedente populacional absoluto, mas é uma sobra relativa, produzida pelo próprio processo de acumulação capitalista e não absorvida por ele. Esta população que sobra não é, portanto, uma superpopulação relativa, nos termos formulados por Marx:

"A verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, na proporção de sua energia e de sua extensão, uma POPULAÇÃO TRABALHADORA SUPÉRFLUA RELATIVAMENTE, isto é que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se desse modo, excedente" (Marx, O Capital, L. I., Vol. 2, pg. 731).

A existência de uma força-de-trabalho à disposição do capital no campo ou na cidade, no nordeste ou no sudeste, é clara quando a migração é uma saída regularmente utilizada por esta população. As estratégias dos pequenos proprietários, moradores e rendeiros para

complementação da produção direta serão decididas em função das condições objetivas a que estão sujeitos estes produtores, bem como do momento do ciclo de vida da família. Entre estas estratégias, a migração ocupa um lugar destacado, pois raramente encontramos uma família de trabalhadores que não tenha filhos em São Paulo ou cujo chefe ou filhos já não tenham migrado.

A migração, apesar de realizada, aparentemente, por indivíduos isolados, é uma decisão da unidade familiar e é dentro da lógica de reprodução desta unidade que se pode entender, por exemplo, porque migram principalmente os jovens.

3) Atividades Complementares

As novas condições de trabalho determinam que junto ao acesso à terra, caminha a necessidade crescente de assalariamento. A impossibilidade de assalariamento o ano todo, torna-o uma estratégia temporária, complementar à produção direta.

A família se utilizará de diferentes estratégias. É essencial considerar a unidade familiar extensa, ou seja pai, mãe, filhos e família dos filhos, pois o casamento não significa um rompimento com os pais. Os filhos de pequenos proprietários casam e permanecem na mesma propriedade, dividindo a diminuta terra. Quando migram, mesmo casados, continuam a ajudar os pais. Assim a reprodução das pessoas é definida na família extensa. As estratégias para reprodução da família se situarão no local e fora. A existência de alternativas de trabalho fora pode relativizar o engajamento nos trabalhos complementares no próprio local.

Com objetivo de situar melhor as especificidades dos vários trabalhos complementares, discutirei primeiro as estratégias de sobrevivência no local: a nível da própria expansão pelo Estado e, posteriormente, a relação entre as várias estratégias locais e a migração, que possibilita trabalho fora do local.

3.1. Na própria agricultura

Em se tratando apenas das possibilidades de assalariamento local, os moradores e rendeiros dependem mais das atividades internas à propriedade: plantio de capim, cana de forrageira, execução de benfeitorias, destocamento (ato de arrancar os tocos). Esta última atividade, apesar de melhor remunerada, dispense um esforço físico maior dos trabalhadores. Os jovens, ao manifestarem o desejo de migrar para São Paulo, vêm nesta saída uma forma de escapar de atividades pesadas e mal remuneradas do tipo do destocamento.

O pequeno proprietário tem sua reprodução determinada, em última instância, pela expansão da pecuária. Mas, ao mesmo tempo, encontra nesta a complementação de sua subsistência, pois trabalha como parceiro em médias e grandes propriedades. Para o patrão é mais interessante empregar um pequeno proprietário do que um trabalhador sem terra, pois aquele já produz uma parte de sua reprodução na própria terra.

Embora o pequeno proprietário manifeste rejeição ao trabalho alugado, ele é obrigado, frequentemente, a recorrer a esta alternativa de sobrevivência.

Dado o caráter temporário das atividades assalariadas, a força-de-trabalho disponível passa a viver um clima de completa insegurança, de incerteza pelo amanhã. Nas épocas de pico de produção, há muito trabalho, sempre se encontra onde se assalariar; passadas estas épocas, o chefe da família e seus filhos em idade de trabalhar vivem na dependência de um ou outro "alugado" ou são obrigados, frequentemente, a recorrer a adiantamentos do patrão ou de terceiros, o que antecipadamente compromete a sua safra futura.

3.2. Comércio

Além das alternativas de trabalho situadas na própria agricultura, existe a possibilidade de se dedicar a um "negócio", quer dizer "pequenos comércios". Em se tratando de trabalhadores, esta atividade é geralmente praticada pelos pequenos proprietários. Assim, os moradores e rendeiros raramente se dedicam a qualquer tipo de

comércio. Muitas vezes as atividades comerciais melhoram significativamente as condições de reprodução dos pequenos proprietários. Isto pode ser melhor visualizado através de exemplos concretos.

Um pequeno proprietário com 70 hectares de terra, sendo que boa parte é inaproveitável, pois fica numa região de serra e, também, é dono de uma bodega. Com a renda obtida neste negócio conseguiu sustentar seis filhos na universidade.

Um outro, com 68 hectares de terra é dono de uma banca de roupas na feira, conseguiu comprar gado e fazer benfeitorias na propriedade com a renda obtida no comércio. Em ambos os exemplos a dedicação ao comércio permitiu um aumento da renda, no primeiro caso consumida na educação dos filhos, e, no segundo, revertida em investimentos na própria terra. Há outros casos, onde o comércio assume o caráter de uma atividade complementar à produção direta. É o caso de um pequeno proprietário com 100 hectares de terra, onde a divisão do trabalho se pauta pela unidade de produção familiar, mas também por produções individuais, que se destinam a despesas pessoais. Caracteriza-se pelo que Heredia (1979) chama de roçado-roçadinho.

"No roçado familiar trabalham os membros da unidade familiar que não recebem nenhuma parte especial do que ali é produzido, por executarem essa tarefa; o que é obtido no roçado é destinado ao consumo da própria família". (pg. 105).

"Além do roçado já mencionado existem outros roçados individuais que pertencem aos filhos e à esposa". (pg. 105)

As atividades da mulher e das filhas (criação de galinhas, feitura de queijo, manteiga) e as dos homens (roçadinhos) se destinam a despesas pessoais, como lazer, higiene pessoal, roupas. Além dos exemplos já citados de dedicação a um comércio, citaria, ainda, um pequeno comércio de bebida, fósforos, cigarros avulsos, frutas, ovos, praticado nas residências. Em todos os casos observados, este pequeno comércio é mais comum entre os pequenos proprietários e indica uma tentativa de escapar do alugado.

4) Migração: Estratégia de Sobrevivência da Família

A migração é uma estratégia utilizada tanto por pequenos proprietários quanto por moradores e rendeiros, porém o fato de ter a propriedade da terra, ou não, determina diferenças no processo migratório. O pequeno proprietário ao não conseguir garantir a reprodução da família só com a produção da própria terra é obrigado a lançar mão de outros trabalhos complementares.

Dada a precariedade das alternativas locais e existindo possibilidades de trabalho em condições comparativamente melhores em relação às locais, a família é forçada a lançar mão da migração como estratégia de sobrevivência.

A migração não é tratada aqui simplesmente como êxodo rural, ou seja, a migração sem retorno, definitiva, do campo para a cidade, mas migração no seu sentido mais dinâmico, onde há um movimento do campo para a cidade, da cidade para o campo, do campo para o campo. Neste sentido campo e cidade não são duas realidades estanques, mas estão interligadas.

As estratégias para a reprodução da família se situarão no quadro das alternativas colocadas pelo capital, tanto no campo quanto na cidade. A opção pelas diferentes alternativas é realizada no seio da unidade de produção familiar. Numa mesma unidade várias estratégias podem ser tomadas: alguns membros se "alugam", outros consideram melhor migrar. Na decisão de migrar contam tanto as condições de sobrevivência, quanto elementos do tamanho e do ciclo da família.

4.1. Motivações

Os motivos para migrar se situam ao nível da percepção do migrante. Esta é sempre parcial e incompleta (Durhan, 1978:112), porém é uma representação das relações sociais em que estão envolvidos. Entre os motivos apresentados no relatos pelos migrantes, a seca aparece com muita evidência.

"O problema é só a água, se existisse inverno não tinha terra melhor para mim; se houvesse inverno eu nem falava em São Paulo, porque lá (na Paraíba) era um lugar liberto, bom; São Paulo é ruim porque é um ar trancado assim, aquilo me ofende; eu só imagino aqui (São Paulo), a minha infância no norte que perdi tudo; não tem liberdade, aqui o cara não conhece ninguém e lá no norte eu conhecia um bocado de coisa". (ajudante, filho de pequeno proprietário).

A seca, apesar de ser um motivo bastante evidente para todos os trabalhadores - pequenos proprietários, moradores e rendeiros - aparece com mais evidência para os pequenos proprietários. Aceitar a seca como motivo principal significa se situar no nível da aparência, sem atinar que os motivos naturais escondem e mascaram o nível onde se processa o desenvolvimento do capitalismo no campo. A seca vem agravar uma situação permanente de pauperização vivenciada pelos pequenos proprietários, moradores e rendeiros. Ela é representada como fenômeno natural, determinado por Deus, que escapa, portanto, da determinação dos homens.

Por este caráter místico, ela tem o poder de se impor como principal problema, encobrendo os fenômenos determinados pelos próprios homens, no caso as mudanças nas condições de reprodução dos trabalhadores imprimidas pelo processo de acumulação local, que é assentado na expansão da pecuária, atividade comandada pelos grandes produtores agropecuaristas.

5) Migração e Reprodução da Família-na Origem

A migração de alguns membros da família alivia a pressão demográfica sobre a terra, permitindo que outros membros fiquem na propriedade. Um caso esclarecedor é o de um pequeno proprietário com 50 tarefas (mais ou menos 16 ha.): Ele tem dez filhos, dos quais cinco solteiros (quatro mulheres e um homem com dezoito anos), três casados na Paraíba e dois filhos casados fora (um homem em São Paulo e uma mulher casada em Vitória da Conquista, Bahia). Este pequeno proprietário lançou mão de diferentes estratégias: dois filhos casados ficaram morando na propriedade e trabalham com o pai

numa propriedade vizinha, como rendeiros. Outra estratégia utilizada foi a migração de um filho, logo após o seu casamento.

Para os pequenos proprietários, portanto, a migração de alguns filhos retarda a subdivisão da terra, facilitando a reprodução dos que nela permanecem.

Os moradores e rendeiros por não possuírem terra são mais propensos a migrar do que os pequenos proprietários. Nos casos analisados, os pequenos proprietários, em geral, sempre tinham dois ou três filhos casados morando na propriedade dos pais, enquanto os moradores e rendeiros tinham a maioria dos filhos casados em São Paulo. Um morador com treze filhos, tinha dez em São Paulo. Apenas três, com idade inferior a dezoito anos, estavam com ele na Paraíba.

Os moradores sendo totalmente despossuídos de propriedade, consideravam São Paulo como a melhor saída. A propriedade da terra, mesmo insuficiente, é fundamental na fixação do homem à terra. Ao menos lhe garante o direito de moradia.

Os pequenos proprietários, moradores e rendeiros têm seu processo migratório determinado não apenas pelas condições objetivas de reprodução, como também pelo tamanho da família e momento do ciclo de vida da unidade familiar. Dado o ciclo de vida da família, os jovens de 20 a 29 anos são potencialmente mais propensos a migrar. A grande maioria dos estudos sobre migrações internas tem constatado este mesmo fenômeno. Em pesquisas realizadas no Peru, Vargas chegou à seguinte conclusão:

"A maioria dos imigrantes de Huancayo chegam antes dos 30 anos de idade. O maior percentual é de migrantes entre 16 e 30 anos: 55%. Apenas 16,5% chegam acima dos 36 anos e a mesma porcentagem para aqueles menores de 15 anos." (pg. 14)

Assim, a migração dos jovens do campo está ligada à posição que eles ocupam na divisão do trabalho da unidade de produção familiar, de forma a criar meios para a reprodução de toda a família e sua reprodução particular. De outro lado, também é influenciada pelas condições do mercado de trabalho urbano em São Paulo. Há uma

maior utilização da força-de-trabalho jovem, em detrimento da mais velha.

A análise do ciclo de vida no processo migratório é, portanto, fundamental para compreender porque numa mesma família, uns migram e outros não. Assim alguns, motivos aparentemente são subjetivos, como por exemplo: "não migrei porque não gosto de São Paulo" (explicação dada por um irmão de migrante). Na realidade, a não migração se justificava pelo fato de ser casado e único filho que ficou trabalhando com o pai.

A migração preferencial dos jovens determina uma forma específica de migração, que se realiza através da segmentação da família e não da migração de toda a unidade familiar.

É importante, também, considerar a migração das mulheres. Estas, no campo, desempenham, em geral, tarefas domésticas e na cidade podem ter acesso a trabalhos remunerados. Assim a migração de mulheres solteiras é, também, uma estratégia de sobrevivência da família.

A migração sendo uma estratégia utilizada por alguns membros da família para enfrentar o processo de pauperização, ao mesmo tempo que cria condições para a sobrevivência dos que migram, também permite contribuir para a reprodução daqueles membros da família que ficam na origem. Citarei alguns aspectos neste sentido:

1) Quando alguns membros migram, aliviam a pressão demográfica sobre a terra, no caso de pequenos proprietários.

2) Muitas vezes a ajuda em dinheiro ou outras mercadorias, que os filhos enviam de São Paulo, se constitui numa das principais fontes de renda dos membros da família na origem.

Além do dinheiro enviado à origem, é também importante a ajuda na doença, tanto enviando dinheiro, como trazendo familiares para tratamento de saúde em São Paulo. O peso que têm os recursos advindos da migração para a reprodução da família na origem permite duas conclusões importantes.

A primeira é que confirma a tese defendida por muitos autores de que a família⁽³⁾ ocupa um papel essencial na reprodução da força de trabalho. Dentro desta perspectiva, a migração assume um caráter claro de estratégia de sobrevivência da unidade familiar extensa. A utilização desta estratégia embora se situe a nível de cada família, é determinada pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade. No campo, ao expropriar os produtores diretos, forçando-os ao assalariamento. As possibilidades de assalariamento no próprio local são precárias, por isto são obrigados a migrar. A possibilidade de assalariamento fora do local não está aberta para todos os membros da família, mas apenas para alguns - os jovens. A migração, enquanto estratégia para enfrentar o processo de expropriação, contribui para manter o nível de reprodução da força-de-trabalho no campo abaixo do mínimo necessário. Assim, os latifundiários do sertão se nutrem de uma força-de-trabalho que aceita as condições de exploração impostas, às custas de sacrifícios familiares, que levam até a separação dos membros da família para garantir a sobrevivência.

A segunda conclusão é que a família ao se segmentar entre campo e cidade se reproduz tanto em relações de trabalho baseadas, ainda, no acesso aos meios de produção, como em relações de trabalho assalariadas. Assim, a migração do campo para a cidade não isola o campo da cidade, como duas realidades estanques, mas antes articula campo e cidade como "o espaço de reprodução da força-de-trabalho".

(3) Veja Fausto Neto, A.M. Quiroga. Família operária e reprodução da força-de-trabalho. Rio de Janeiro. Vozes, 1982.

CONCLUSÃO

As transformações do sistema produtivo nas décadas de 1970 a 80, na região do Sertão da Paraíba, têm se caracterizado pela expansão da atividade pecuária, em detrimento da pequena produção, tanto o pequeno proprietário, quanto a pequena produção dentro da grande propriedade, realizada através do morador e do renteiro.

Assim a pequena produção vivencia um processo de expropriação de seus meios de produção e ao mesmo tempo se pauperiza. Para garantir a sobrevivência da família, o pequeno produtor tem que utilizar diferentes estratégias, tais como assalariamento em fazendas próximas e pequenos comércios. Destacamos a importância da migração de alguns membros da família, principalmente os jovens, como forma de garantir a sobrevivência do conjunto dos membros - os que ficam e os que partem.

Bibliografia

- ALVES, F.J.C. *Fatores do crescimento das cidades do Sertão Paraibano*. Rio de Janeiro. COPPE7UFRJ, 1978
- ANDRADE, M. Correia de. "Trópico Semi-árido, as alternativas de uma região incompreendida". In: Revista Brasileira de Tecnologia, v.12, nº1, jan/março de 1981.
- BUTTERWORTH, D. CHANCE, J.K. *Latin American Urbanization*. New York, Cambridge University Press, 1981.
- DURHAN, E.R. *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. 2a. ed. São Paulo. Perspectiva, 1978.
- FAUSTO NETO, A.M.Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Rio de Janeiro. Vozes, 1982.
- GRABOIS, J. e AGUIAR, M. DE J.N. "Os sistemas agrícolas tradicionais e os elementos de modernização no sertão ocidental da Paraíba". In: Inter-Facies, Escritos e Documentos, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2a. ed. São Paulo. HUCITEC, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo. HUCITEC, 1981.
- HEREDIA, B.M.A. *A morada da vida*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
- MARTINE, G. "Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil". (Comunicação feita no Simpósio sobre crescimento demográfico na base da pirâmide social - SBPC). Campinas, julho de 1982.
- MEILLASSOUX, C. *Mujeres, graneros y capitales*. 1a. ed. México, Siglo XXI, 1977.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, Vols.1 e 2, 6a. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.

- MENEZES, M. A. *Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba* (migração, família e reprodução da força-de-trabalho). Dissertação de Mestrado. UFPB/CH. Curso de Mestrado em Sociologia, março de 1985.
- SCOTT, T. "Migrações interregionais e a família nordestina". VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Grupo de Trabalho "A questão regional no Brasil". Friburgo, 20 a 22 de outubro de 1982.
- SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos (estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco)*. São Paulo. Duas Cidades, 1979.
- VARGAS, M. M. *Urbanization, migration and occupational structure in Latin America with special reference to Peru*. Thesis presented to the Victoria University of Manchester for the degree of Doctor of Philosophy, mimeo, s/data.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E MEIO AMBIENTE (*)

Ghislaine DUQUÉ(**)
Marianne COHEN(***)

INTRODUÇÃO

Este trabalho resume as principais conclusões de uma pesquisa interdisciplinar⁽¹⁾ realizada no Semi-Árido Paraibano com o objetivo de verificar, em primeiro lugar, como os produtores familiares expressam, nos diversos sistemas de produção, estratégias de resistência e/ou adaptação ao meio ambiente (entendido como um todo, nos seus aspectos tanto ecológicos quanto sociais) e, em segundo lugar, quais os impactos desses sistemas de produção sobre o meio ambiente. Nossa preocupação se referia, portanto, à interação entre sistema de produção e meio-ambiente.

Este enfoque chama a atenção para a importância de se entender as necessidades e a lógica dos produtores familiares, quando se trata de propor mudanças tecnológicas tanto quanto medidas de proteção ambiental. Sabemos que, não raras vezes, políticas públicas fracassaram por terem desprezado esse elemento essencial.

A pesquisa realizada teve duas características. Em primeiro lugar, ela foi interdisciplinar; a pesquisa sócio-econômica e antropológica, bem como o estudo dos impactos ambientais foram realizados de forma totalmente integrada; isto proporcionou um "estado permanente de

(*) Texto apresentado no III Encontro regional da APIPSA (Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social Sobre Agricultura), no Grupo de Trabalho sobre "Meio Ambiente/Tecnologias Alternativas", Recife, 07 a 09/07/93.

(**) Mestrado em Sociologia, UFPB-CH, Campina Grande.

(***) Laboratoire de Géographie Physique, Université Paris VII.

(1) - A equipe reuniu, além das autoras, respectivamente Doutoradas em sociologia e em biogeografia, Maria de Jesus Nogueira Aguiar, Engenheira Agrônoma, com mestrado em climatologia, da EMBRAPA, e Maria Cristina de Melo Marin, com mestrado em Antropologia, professora da UFPB, e contou com o apoio do CNPQ e do programma PDCT-NE.

discussão" na equipe e, graças a isso, um questionamento constante das "evidências" de cada disciplina bem como uma renovação da maneira de ver (se não da problemática) que o olhar do outro provoca. Assim, por exemplo, as concepções diferentes a respeito do que seja "ciência" foram objeto de debates veementes. As cientistas sociais estavam constantemente desafiadas por suas colegas das ciências da natureza a demonstrar rigor e precisão nas suas observações e a comprovar a legitimidade de seus argumentos. Em retorno, elas questionavam a relevância das quantificações minuciosas realizadas por suas colegas agrônoma e biogeógrafa em relação ao volume de vegetação, composição dos solos ou salinidade da água, não só porque relativizavam a importância de dados obtidos em espaços onde não se tinha o controle absoluto da interferência humana, mas sobretudo porque tinham dificuldade em se servir desses resultados para entender melhor a lógica das práticas produtivas e das estratégias dos produtores. No entanto, após um longo diálogo facilitado mais pela amizade do que pela curiosidade acadêmica, os resultados das observações físicas e sociais, das análises quantitativas e qualitativas começaram a se integrar, contribuindo para um melhor entendimento da racionalidade dos produtores e mesmo da "lógica" ecológica. Vale um exemplo: só entendemos o uso pastoril aparentemente "irracional" da caatinga (um uso contínuo que não permite a reprodução das espécies preferidas pelo gado e leva à rápida extinção da biodiversidade, verificada quantitativamente) e as reações negativas dos produtores a nossas sugestões de organizar um rodízio dentro do "pasto aberto", dividindo o mesmo em parcelas cercadas, só entendemos essas práticas e reações quando as histórias de vida revelaram a imagem negativa das cercas nas representações coletivas bem como a imagem positiva dos espaços abertos; com efeito, os produtores interpretam seu sucesso familiar como devido a sua estratégia de divisão das terras entre os diversos núcleos da grande família. Para eles, as cercas significam a negação de uma estratégia que "deu certo", portanto uma ameaça a sua reprodução.

Em segundo lugar, a pesquisa se deu em estreita colaboração com os produtores, durante um longo período: trabalho de campo intenso inicialmente (presença periódica e sistemática da equipe durante dois anos, hospedando-se nas famílias e desenvolvendo relações de amizade)

e acompanhamento durante mais seis anos, com estadias de alguns dias, de semestre em semestre ou de ano em ano, de forma a verificar as modificações das práticas em função das ocorrências climáticas e das mudanças sócio-políticas, totalizando oito anos de acompanhamento.

OS DOIS SISTEMAS DE PRODUÇÃO ENCONTRADOS E SEUS RISCOS AMBIENTAIS

Estudos preliminares mostraram que na região semi-árida estudada (o Cariri Paraibano), o sistema de produção mais frequentemente praticado pela maioria dos produtores familiares caracteriza-se, se sintetizarmos seus traços essenciais, pela combinação de uma pequena criação semi-extensiva diversificada com uma policultura de subsistência consorciada com uma cultura comercial. Para os mais pobres, a criação se resume a uma cabra ou mesmo a algumas poucas galinhas, e a policultura a alguns pés de milho consorciados com feijão. Os produtores familiares melhor situados detêm rebanhos que podem somar, nas melhores épocas, várias dezenas de bovinos, caprinos e ovinos, e áreas de agricultura que atingem uns 20 ha. por família, dedicadas à palma, e/ou ao algodão arbóreo, (embora este esteja hoje em decadência, em decorrência da praga do "bicudo") e ao consórcio do milho/feijo e diversos outros legumes e verduras. Quando o rebanho tem uma certa importância, a área cultivada apresenta não raramente a presença de pequenas parcelas de plantações de capim.

Esse sistema "tradicional" é praticado sob o regime da pequena propriedade, cujo tamanho varia de algumas tarefas (um ou dois ha.) a uns 50 ha., raramente mais⁽²⁾. Também é encontrado na grande propriedade, que pode atingir milhares de hectares; nesse último caso, o rebanho predomina ocupando grandes espaços; a cultura comercial é confiada aos cuidados do trabalhador (assalariado ou parceiro) que

(2) As Estatísticas do IBGE (1985) revelam que, na Microrregião onde se situam os estudos de caso, 77% dos estabelecimentos dispõem de menos de 20 ha. de terra, correspondendo a apenas 10% da área total, quando as 141 maiores propriedades (mais de 1.000 ha. cada) representam menos de 0,50% do total dos estabelecimentos, porém ocupam 23% das terras.

completa sua renda pelo cultivo do consórcio tradicional por conta própria numa parcela autorizada pelo patrão. Trataremos apenas da pequena propriedade, uma vez que o parceiro ou assalariado integrado no latifúndio não tem a liberdade de desenvolver estratégias produtivas próprias.

Constata-se que o sistema de produção "tradicional" nas suas adaptações atuais provoca uma degradação dos ecossistemas, de fraca intensidade porém em larga escala. Essas formas de degradação do meio-ambiente foram aparecendo em função da pressão demográfica: as divisões por herança, as compras das pequenas propriedades ou a expulsão dos parceiros e arrendatários e a ocupação dos melhores espaços pelos latifúndios contribuíram para a concentração fundiária; as propriedades na sua maioria se tornaram pequenas demais para esse tipo de sistema de produção. Certos elementos da política econômica reforçaram o fenômeno: incentivos à pecuarização, substituição das culturas de subsistência por capim, incentivos ao "reflorestamento".

Essas deteriorações são de dois tipos: aquelas induzidas pelos desmatamentos, e as devidas ao superpastoreio. O desmatamento da caatinga tem como consequência a diminuição da diversidade biológica, e a erosão dos solos. Tais desmatamentos são de grande extensão na grande propriedade, ligados aos programas de "reflorestamento" em monocultura com algaroba (*Prosopis juliflora*), implicando a eliminação de espécies nobres e a propagação de pragas); no caso da pequena propriedade, não se trata de desmatamentos integrais, mas bem de uma degradação insidiosa, devida a um consumo dos recursos naturais a um ritmo mais rápido do que sua regeneração, este problema sendo ligado à falta de terra, tendo, como consequência, a transformação da caatinga numa formação rasteira contando poucas espécies vegetais. A fabricação de carvão vegetal, é outro exemplo de uso esgotador dos recursos arbóreos, como forma de sobrevivência durante as secas. O problema do superpastoreio tem como consequência um empobrecimento qualitativo e quantitativo dos recursos forrageiros.

Encontra-se também de forma pontual (embora sempre mais frequente) um ou outro produtor familiar dedicando-se a um sistema de

produção intensivo, caracterizado pela cultura comercial irrigada, mas que geralmente não dispensa a policultura de subsistência. Vale frisar que a irrigação não se combina com a criação, pois ambas atividades exigem um trabalho intensivo na mesma época - durante a estiagem.

Estes sistemas de produção intensivos utilizam espaços bem mais reduzidos, mas selecionados entre os melhores, por sua proximidade da água e, frequentemente, a qualidade de seus solos (vazantes); apresentam problemas de manejo de pragas e doenças. Os incentivos ao uso de agro-tóxicos e de tratores, etc. provocam um uso predatório da terra. Ao mesmo tempo, a água falta nos poços e nos açudes em decorrência da exploração intensiva do lençol freático e dos riachos provocada pela divulgação do modelo de irrigação; a diminuição do volume das águas aumenta seu grau de salinidade. Chega-se, em vários casos, a verdadeiros impasses para os pequenos produtores, que não podem mais controlar nem as pragas, nem a salinidade dos solos ou da água e que têm, então, de abandonar as terras e sair à procura de alternativas, deixando os espaços encapoeirarem-se.

Como já indicamos, a pesquisa se desenvolveu ao longo de vários anos, envolvendo uma equipe interdisciplinar e acabou se concentrando sobre dois estudos de caso: duas comunidades, cada uma das quais representativa de um dos principais sistemas de produção identificados e descritos acima.

ESTRATÉGIAS E BLOQUEIOS NO SISTEMA "TRADICIONAL".

Frente às ameaças de crise climática bem como à incerteza das políticas econômicas e agrícolas, as estratégias dos pequenos produtores orientam-se principalmente na utilização mais eficiente possível dos limitados recursos e para a busca de segurança. Essas são:

- estratégias de poupança e acumulação: constituição de reservas nos anos "bons" em previsão dos anos "ruins"; constituição de um rebanho-poupança e de estoques alimentares; essas estratégias visam a auto-suficiência, com um manejo baseado ao máximo nos recursos

próprios da propriedade: produção de forragem, auto-consumo alimentar, tecnologia simples que não exige insumos etc...;

- estratégias de economia: utilização minuciosa de todos os recursos, valorização da diversidade dos ecossistemas, de cada nível topográfico, cada parcela de terra, cada recurso vegetal sendo utilizados de modo específico; os produtores conhecem intimamente o meio ambiente e o exploram com habilidade, nos limites das suas possibilidades, evidentemente;

- estratégias de diversificação como meio de enfrentar os riscos: diversificação das atividades, da pecuária, policultura, cronograma de produção agrícola o mais prolongado possível;

- estratégias de cooperação e ajuda, a união familiar sendo vista como garantia de reprodução do grupo.

- estratégias de posicionamento sócio-político: frente a uma situação social de confronto com uma classe dominante, desenvolvem-se tentativas de representação política, ou estratégias de aproximação ou mesmo articulação com os poderosos (por ex. via compadrio, ou mediante o técnico da EMATER ou a Igreja), ou atitudes aparentemente bajuladoras que devem ser interpretadas como expressões de estratégias de auto-defesa.

Enfim, as estratégias camponesas poderiam ser resumidas pela trilogia: diversificação/poupança/autonomia, tendo a família como base.

Essas estratégias têm a vantagem da flexibilidade, o que, frente à incerteza climática, é muito importante. O "rebanho-poupança" permite enfrentar as necessidades do consumo familiar, das maiores até as menores; o rebanho segue a oferta de recursos forrageiros, podendo ser deslocado, deixado emagrecer, ou mesmo vendido. A agricultura também é flexível, como mostra o exemplo do milho, alimento universal, tanto dos homens como dos animais, e podendo ser guardado nos silos durante vários anos.

A pesquisa evidenciou que a produção familiar é particularmente adaptada às características desse sistema de produção. Vale frisar em particular o uso minucioso e ágil dos recursos naturais,

que exige a presença constante e o olhar atento do responsável e de sua família, capaz de identificar imediatamente a praga, de responder na hora à necessidade de aguar, de acompanhar de perto o estado do rebanho e de tomar as medidas corretivas sem demora. A família também facilita a flexibilidade no uso de mão de obra, a mobilização rápida do pessoal "de reserva" (mulheres e crianças), a multiplicidade de atividades anexas (serviços externos) que trazem ao estabelecimento recursos suplementares quando necessários; a aceitação de sacrifícios em matéria de consumo quando a propriedade exige um investimento urgente, etc.

Em relação ao meio ambiente, já vimos que os riscos ambientais são de fraca intensidade e que o sistema tradicional convive em relativa harmonia com o ecossistema; o consórcio, por exemplo, permite um aproveitamento otimizado das superfícies, às vezes com benefícios mútuos (como no caso do feijão cujas raízes fixam nitrogênio em favor das plantas vizinhas); o aproveitamento dos baixios assegura uma safra satisfatória sem precisão de insumos químicos, nos anos regularmente chuvosos; os poços e cisternas permitem aguar as hortaliças na estiagem etc. No entanto, os rebanhos soltos nos vastos espaços da caatinga, se não constituem uma sobrecarga em termos de número de cabeças/ha., já costumam (pois é de sua natureza) eliminar as espécies de sua preferência, sem que um sistema de rodízio permita que tais espécies sejam respeitadas até o fim de seu ciclo reprodutivo; e as queimadas, embora praticadas na forma de "coivara", não deixam de interromper os processos biológicos.

Portanto, essas estratégias têm seus limites e carregam suas próprias contradições. Identificamos quatro pontos de bloqueio:

1 - os limites da comercialização no mercado local, estes sendo ligados às relações de subordinação do produtor ao comerciante e ao pouco valor que se dá aos produtos originais da pequena produção, como queijo, carne de carneiro, leite de cabra,...que têm, em contrapartida, bem melhor aceitação nas cidades maiores;

2 - as dificuldades ligadas às organização do trabalho, pois a complementaridade entre agricultura e pecuária e a pouca tecnologia

têm como consequência uma carga de trabalho muito importante, que limita, por sua vez, as possibilidades de inovação tecnológica (por exemplo, tecnologias apropriadas, manejo ecológico da caatinga);

3 - a insuficiente produtividade do sistema agro-pecuário, devido ao baixo nível tecnológico, ao risco climático e ecológico, com suas consequências, a longo prazo, sobre os recursos renováveis; calculou-se que a safra era satisfatória e a produção de pastagem nativa suficiente para o tamanho do rebanho apenas um ano sobre três; isto está parcialmente ligado aos próprios produtos do sistema de produção, certos deles não representando a melhor opção do ponto de vista da produtividade (como o gado bovino ou o milho, por exemplo);

4 - as representações sociais e a organização do grupo, pois nas nossas discussões com os produtores, percebemos que as propostas de manejo ecológico entravam em choque com as suas representações da natureza, entendida como espaço livre (e não como espaço de "caatingacultura") e com a própria base fundiária da comunidade (pois tratava-se de manejar um espaço coletivo indiviso).

Indagou-se também a respeito dos limites da solidariedade familiar, pois esta leva os produtores a deixar de procurar solidariedade mais ampla com outros produtores da mesma condição. Vale informar que, vários anos depois, criou-se uma associação ampliando a base da organização familiar, embora de outra forma, abrangendo umas cem pessoas da vizinhança.

O SISTEMA DITO "MODERNO" E SEUS RISCOS

O estudo se dedicou também a um estudo de caso do sistema dito "moderno", concluindo que o uso de irrigação bem como as monoculturas em grandes extensões provocam lesões muito mais violentas ao meio ambiente: erosão, salinização, eliminação da biodiversidade e dos predadores naturais provocando propagação de pragas etc. Foi estudada uma comunidade de produtores familiares irrigantes que apelaram para essa solução com o objetivo de compensar o tamanho insuficiente de suas parcelas. Foram identificadas as mesmas estratégias de combinação de atividades diversas, consórcios,

práticas comunitárias, etc., porém com resultados bem mais problemáticos para os produtores, em função de sua situação social subordinada.

Em relação ao meio-ambiente, verificou-se a dificuldade de assegurar a reprodução do recurso hídrico. Na grande seca de 1979-1984, os solos chegaram a se salinizar, pois com a diminuição da vazão da água do rio, a concentração de sais aumentou. Esse problema foi se resolvendo os anos seguintes, com a volta das chuvas e o deslocamento de parte dos produtores em terras alugadas na beira de açudes. Aí, o problema da salinização não teve nem tempo de se apresentar (embora tivéssemos constatado uma tendência), uma vez que os açudes secaram, pois seu tamanho era insuficiente. Estes dois últimos anos, com a volta da seca, a água está de novo faltando no rio, obrigando os produtores a procurarem alternativas (desde o artesanato até a migração para o Rio de Janeiro). O problema ambiental, portanto, é ligado à inadequação entre o número de canteiros plantados por ano e a pluviometria, com risco maior nos açudes de médio porte, que recebem águas de bacias muito mais limitadas do que os rios.

Apesar disso, boa parte dos problemas ambientais são simplesmente problemas "tecnológicos", pois sabe-se que com outra técnica de irrigação (gota a gota em vez de aspersão com mangueira) e implantação de cobertura morta, poder-se-ia diminuir o consumo de água e, assim, assegurar os recursos por um prazo maior. Mas os produtores não têm condição de tomar iniciativas nesse campo, por sua dependência em relação aos técnicos, ao banco, e ao pacote tecnológico implantado por estes.

Aliás, os riscos que eles assumem já são tão grandes (pois nem sempre têm uma safra proveitosa, e a comercialização é tão aleatória, com variações de preço que podem deixá-los prejudicados) que dificilmente poderiam tomar essas iniciativas. Por outro lado, embora se encontrem numa situação de subordinação em relação aos técnicos (e talvez por causa disso), eles não deixam de se apresentar como "produtores de alho", com um saber próprio, herdado dos seus pais (a cultura do alho se pratica no povoado há três gerações, embora

tenha-se modernizado apenas nos últimos vinte anos): legitimar suas práticas produtivas em função dessa história é uma forma de existirem frente à sociedade externa.

SABER CAMPONÊS E MUDANÇA TECNOLÓGICA

Entre as conclusões do trabalho, esboçam-se algumas reflexões sobre as condições sócio-culturais das mudanças tecnológicas: quais são os fatores que facilitam a transferência de tecnologias inovadoras ou condicionam o que aparece como "resistência" à modernização?

Para entender essa problemática, precisamos partir de algumas considerações sobre o "saber camponês", e em particular sobre a forma como ele se organiza. Constatamos, a partir das histórias de vida contadas por nossos informantes, que esse saber construído empiricamente é passado de pai para filho ao longo de várias gerações; ele é, portanto, permeado de afetividade.

Quando técnicos exteriores à família chegam com "novidades", quando pressionam para que certas práticas tradicionais sejam abandonadas, seu discurso soa como um convite a desvincular-se dos ensinamentos dos ancestrais. Conforme o clima no qual a proposta de mudança se efetivar (às vezes envolvida num tom de desprezo pelo saber tradicional), o camponês pode se sentir chocado frente a essa desvalorização do saber familiar. Não há de se admirar que tal proposta possa ser percebida como uma forma de desprezo pelos seus valores, como um convite a renegar a própria família.

Além do mais, não se deve esquecer que o saber camponês já comprovou sua eficiência, pois permitiu efetivamente à família de reproduzir-se até hoje. Ora, as novas tecnologias nem sempre passaram pela prova do tempo; e os camponeses sabem que só o tempo outorga o diploma da eficácia, pois, com o passar do tempo, os solos se esgotam, os resultados variam conforme as ocorrências climáticas e a experiência de uma única safra é insuficiente para validar uma novidade.

As tecnologias geradas pelo saber camponês ou assimiladas por ele devem servir aos objetivos e às estratégias desse grupo social, e se

conciliar com sua condição e as potencialidades do meio-ambiente. Vimos que sua situação é marcada pela insegurança, pela dependência. Portanto, para serem assimiladas, essas tecnologias devem se adequar às estratégias camponesas, em particular responder às exigências seguintes:

- libertar (no sentido de contribuir para aumentar a autonomia do grupo) e não submeter (à agro-indústria, aos insumos, ao crédito, aos pré-requisitos de um projeto etc.)

- tomar em consideração as possibilidades da força de trabalho em matéria de tempo, de força física, de organização da família. Por exemplo, se a nova tecnologia exigir um trabalho adicional em época já muito ocupada (por ex. necessidade de alimentar o gado), ou exigir a mão de obra de quem tem outros encargos (mãe de família com crianças pequenas), ela não pode ser assimilada;

- não impedir estratégias tradicionais como a diversificação

- compatibilizar-se com as características do meio ambiente, valorizando suas potencialidades sem esquecer suas limitações, a fim de propor um desenvolvimento durável, que permita a reprodução dos recursos renováveis a médio e longo prazo.

O GRITO DA ELITE AGRÁRIA NORDESTINA: REALIDADE OU MITO?

Maria da Guia Santos Gareis*

RESUMO

O objetivo deste texto é contribuir com o estudo da história social, econômica e política do Nordeste através da reconstrução do discurso da elite agrária no Congresso Agrícola do Recife, encontro de protesto aos problemas enfrentados pelo Nordeste em fins da década de 1870, época de crise econômica e social para a região, que enfrenta a perda dos produtos típicos do Nordeste no mercado mundial e os efeitos das grandes secas de 1877 e 1879, a problemática da reorganização do mercado de trabalho, em decorrência da paulatina transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado; a busca de alternativas para o mercado regional através do mercado intra-regional e inter-regional. A leitura e análise do documento do Congresso Agrícola do Recife de 1878 são, portanto, de grande valia para a compreensão da história brasileira e principalmente da sociedade nordestina do século XIX.

O CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE EM 1878 E A VOZ DA ELITE

Em julho de 1878, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas convocava, por ordem do Governo Imperial, representantes das Províncias do Rio Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, para uma reunião no Rio de Janeiro, com o propósito de discutir e analisar a situação da grande lavoura na região. Como o Governo Imperial naquele momento estava preocupado em analisar questões em torno da grande lavoura cafeeira, o Decreto Imperial

(*) Professora titular do Departamento de História e Geografia da UFPB - Campus II.

excluía, do Congresso Agrícola do Sul, as Províncias do Norte⁽¹⁾ O Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, conhecido por "Congresso de Sinimbú", por ter sido convocado pelo então Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, nordestino de nascimento, representava um encontro da elite agrária do sul, especialmente a cafeeira.

A reação dos grandes proprietários nordestinos pela exclusão de representantes das Províncias do Norte foi a de convocar, como resposta contestatória, o Congresso Agrícola do Recife. Este Congresso foi organizado pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (S.A.A.P). Em 4 de julho de 1878, a S.A.A.P. emitiu convite aos grandes proprietários das Províncias do Norte (Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe), para se reunirem no Recife entre 6 e 13 de outubro de 1878, para avaliarem a situação da grande lavoura no Nordeste e tomar conhecimento do questionário emitido pelo Governo Imperial, que seria discutido no Congresso do Rio de Janeiro⁽²⁾.

A Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco pretendia reunir basicamente os grandes proprietários agrícolas do Nordeste sob o pretexto de analisar a "crise da lavoura" e de conhecer o conteúdo do questionário que acompanhou o ato do Governo Imperial, convocando o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. O encontro pretendia analisar também outros problemas, como a mão de obra nacional sem emprego, em consequência das secas, a qual poderia interessar à agricultura de Pernambuco⁽³⁾.

Embora o Congresso se propusesse a analisar a grande lavoura, constata-se que as questões apresentadas pelos congressistas envolveram

(1)

Congresso Agrícola do Recife, outubro de 1878. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Edição Fac-similar Comemorativa do Primeiro Centenário (1878-1978). Recife, Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1979, pp. 1/4.

(2) *Idem*, pp. 11/14.

(3) *Idem*, p.3.

prioritariamente os problemas enfrentados pela economia açucareira, o que significa dizer que a maior parte dos congressistas era fazendeiros de açúcar.

A primeira edição dos anais é de 1879. Em 1978, a Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco publicou uma edição fac-similar comemorativa do centenário do Congresso Agrícola do Recife. Esta edição comemorativa acompanha uma magnífica introdução do professor Gadiel Perruci, historiador e professor da Universidade Federal de Pernambuco.

Embora neste Congresso tenham sido apresentadas várias temáticas, podemos afirmar que os discursos dos congressistas são organizados em torno dos problemas mais cruciais enfrentados pela economia do Nordeste, especialmente a monocultura do açúcar. Em torno dessas questões, os congressistas emitiram avaliações sobre vários aspectos da história e da sociedade do Nordeste: questões do regionalismo e do atraso da região; problemas quanto à inovação e adoção de tecnologia; a transição do trabalho escravo para o trabalho livre; a situação dos homens livres pobres; a questão monetária; a intervenção estatal na economia; vias de comunicação; meios de transporte; criação de bancos agrícolas; utilização da mão-de-obra nacional na grande lavoura; criação de fazenda modelo para o ensino agrícola, etc.

Ao discutir questões que envolviam a sociedade brasileira como um todo, e em particular a do Nordeste, o Congresso Agrícola do Recife, revela-se como um protesto da elite agrária nordestina, que realiza explicitamente uma crítica (e também uma autocrítica) a todo o processo social do Brasil, desde a fase da colonização até a década de 1880, quando da realização do Congresso.

A CONJUNTURA DA ECONOMIA DO NORDESTE

A ocupação do espaço do Nordeste processou-se nos quadros do capitalismo comercial europeu, em função sobretudo, da produção de determinadas mercadorias demandadas no mercado europeu. Dessa maneira, o Nordeste destacou-se como uma região especializada

em exportar produtos agrícolas para atender o mercado mundial, característica própria, também da formação do Brasil, reafirmada na formação social do Nordeste.

Os chamados produtos "típicos" do Nordeste (açúcar, cacau, fumo, algodão, couros e peles) viveram grande euforia de produção e exportação durante o período em que o consumo desses produtos, especialmente do açúcar e do algodão, alcançavam grandes proporções no mercado europeu.

Os produtos nordestinos começam a perder sua posição no mercado mundial a partir da segunda metade do século XVIII, quando então o açúcar brasileiro e, conseqüentemente o do Nordeste, recua ante a concorrência das colônias antilhanas da Holanda, da Inglaterra e da França. Todavia, essas perdas de posição no mercado internacional são recuperadas em determinados momentos, em decorrência de alguns acontecimentos externos que possibilitam a recuperação das exportações brasileiras. A crise de longa duração, iniciada na segunda metade do século XVII, chegou a ser definida por Celso Furtado, como "crise crônica" do açúcar nordestino. Realmente, salvo certos períodos de expansão, como, por exemplo, de 1680 a 1710, de 1792 a 1830, para o açúcar, ou de 1860 a 1870, para o algodão, a tendência geral é para a desvalorização comercial dos produtos agrícolas nordestinos. Em 1873, iniciou-se uma nova fase de depressão, que atingiu todo o mercado internacional, e que somente terminaria em 1897. Em 1878, o Nordeste conhece uma crise de curta duração, quando então os preços dos produtos agrícolas também estão em baixa no mercado interno. A crise agrícola de 1878 surge em decorrência da grande seca de 1877/78, que atingiu profundamente a produção e o comércio da região. As secas, de 1877-78 e 1888-89, de tão enormes proporções, ficaram inesquecíveis na memória da sociedade nordestina, ainda hoje lembradas como as "secas dos dois sete e dos três 8". Devido à escassez de alimentos, os preços subiam vertiginosamente⁽⁴⁾.

⁽⁴⁾ Mello, José Antônio Gonsalves de. "Por uma História do Império vista do Nordeste". Recife, Estudos Universitários, vol. 6, n.1, jan./margo, s/d.

A década de 1870 é uma época de momentos desfavoráveis ao Nordeste, onde ocorreram crises, secas e também revoltas populares, como a de quebra-quilos em 1874/75, que eclodiu devido à cobrança dos impostos⁽⁵⁾. Esses protestos, tanto como outros surgidos no Nordeste, representavam, principalmente, a reação do povo contra o descaso do Governo Imperial frente aos problemas da região.

TABELA

PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR REGIÕES

(% sobre o total das exportações)

Décadas	Nordeste	Norte	Sudeste
1821-1830	67,3	0,1	18,4
1831-1840	44,5	0,3	43,8
1841-1850	45,5	0,4	41,4
1851-1860	38,2	2,3	48,8
1861-1870	40,5	3,1	45,5
1871-1880	31,5	5,5	56,6
1881-1890	21,6	8,0	61,5
1891-1900	14,6	15,0	64,5

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939/40, p.1380.

A decadência dos produtos agrícolas "típicos" do Nordeste, provocada pela conjuntura internacional e pela incapacidade interna da economia da região se reestruturar, surge pela conjunção de vários fatores: queda dos preços dos produtos no mercado mundial; perda de mercados tradicionais; esgotamento do solo; rendimento decrescente do setor agro-exportador; falta de capitais; ausência de renovação

⁽⁵⁾ Quebra-Quilos foram rebeliões sociais aparentemente motivadas pela aplicação em 1872, da Lei de 26 de junho de 1862, que impôs no Brasil o sistema métrico decimal. Souto Maior, Armando. *Quebra Quilos. Lutas Sociais no Outono do Império*. São Paulo, Editora Nacional/IMEC, 1978.

tecnológica; suprimento da força de trabalho; falta de meios de transportes⁽⁶⁾.

Esta situação irá contribuir para neutralizar em grande parte a região Nordeste. Além do mais, a grande expansão da economia cafeeira no Sudeste do Brasil, após 1850, irá fixar nesta região o novo centro econômico do país, deslocando o eixo da economia brasileira para essa região, aumentando conseqüentemente as disparidades regionais no Brasil.

O GRITO DA ELITE AGRÁRIA EM 1878 E A BUSCA DE SOLUÇÕES: REFLEXÕES SOBRE ALGUNS POSTULADOS DOS CONGRESSISTAS

Como foi dito anteriormente, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco pretendia reunir basicamente os grandes proprietários agrícolas do Nordeste, sob o pretexto de analisar a denominada "crise da lavoura" e a fim de conhecer o conteúdo do questionário que acompanhou o ato do Governo Imperial convocando o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, e de outras questões, como a mão-de-obra nacional, sem emprego em consequência das secas e que poderiam interessar à agricultura de Pernambuco⁽⁷⁾.

A crise econômica e social vivida pelo Nordeste, em particular a crise ocorrida na década 1870, justificaria a realização de um Congresso contestador de "agricultores" que, além de enfrentarem os problemas gerados pela dinâmica de mercado, enfrentam as provocações do governo Imperial, com políticas que demarcam favorecimentos regionais.

Uma leitura atenta do Congresso Agrícola do Recife permite ao leitor constatar que uma das questões que permeia todo o discurso dos atores é o isolamento do Nordeste - ou do Norte, como se dizia na época - frente a províncias do Sul, o que significa apontar o atraso

(6) Pinto, Virgílio Noya. "Balanço das Transformações Econômicas no século XIX". In: *Brasil em Perspectiva* (5. ed.). São Paulo, DIFEL, 1974, pp. 128/29.

(7) Congresso Agrícola do Recife, op. cit., p. 3.

regional e o aprofundamento das disparidades regionais. Os demais problemas levantados parecem surgir embasados nessa premissa. Diante dessa problemática, dois congressistas se apresentam de forma mais contundente: o Dr. Antônio Coelho Rodrigues, professor da Faculdade de Direito do Recife, piauiense de nascimento, mas radicado a longo tempo no Recife, e Henrique Augusto Milet, engenheiro de nacionalidade francesa, agregado à Missão Francesa de 1840, em Pernambuco e muito aclimatizado à região. As diferenças dos discursos de Coelho Rodrigues e Milet são bem visíveis, embora dentro do mesmo arcabouço teórico, isto é, o liberalismo econômico em voga na ciência econômica da Europa.

Embora o Congresso Agrícola do Recife pretendesse representar a agricultura de todo o Nordeste, apenas o fez em relação ao açúcar, uma vez que até mesmo o algodão não mereceu maiores atenções. Além do mais, é importante salientar que a Província de Piauí inicialmente não fora convidada, o que caracteriza também o domínio do poder açucareiro no Congresso.

A participação de Coelho Rodrigues no Congresso se identifica, sobretudo, com os interesses do comércio e devido ao seu prestígio pessoal. Sua fala é bem elaborada, de forma metódica e racional, ou seja, de cunho bem acadêmico, como se percebe pelos destaques dos fatores que contribuíram para a crise regional.

"Considero como causas primárias da crise medonha que estamos atravessando e cujas consequências mal se pode ainda prever, dois vícios radicados no país e a quase acrescentando verdadeiramente brasileira - a preguiça e o luxo"⁽⁸⁾.

Coelho Rodrigues em toda a sua fala demonstra ser contra a "cultura européia", preferindo a análise com base na cultura brasileira, mas sua avaliação é de cunho liberal e de caráter moralizante com argumentos de origem européia. O pensamento de Coelho Rodrigues é muito importante para a sua época. Ele chega a afirmar que o regime político vigente no Brasil no século XIX, não é apenas uma

⁽⁸⁾ Congresso Agrícola do Recife, op.cit., p.81.

monarquia, mas uma oligarquia, significando o poder controlado por poucos grupos sociais.

"E nem vos desculpa a apregoada necessidade da disciplina dos partidos, porque não os temos. Nosso regime de governo, tal como vai sendo e tem sido praticado, tem muito mais de oligarquia do que de monarquia"⁽⁹⁾.

Para Coelho Rodrigues, o principal fator para a crise do século XIX é a intervenção estatal, daí sua defesa ao laissez-faire, criticando a colonização estrangeira que beneficia o Sul em detrimento do Norte⁽¹⁰⁾.

Embora muitas das idéias de Coelho Rodrigues sejam defendidas por outros congressistas, suas observações são mais consequentes. Além do mais, considerando possuir idéia contrária à maioria dos participantes, apresenta um determinismo sócio-econômico quase isoladamente, no Congresso, para explicar a desordem econômica e social.

"Considero todas as revoluções e crises econômicas mais ou menos determinadas e sempre precedidas de desordens e perturbações na ordem moral.

"Penso que todos os povos são mais ou menos senhores da sua sorte, que todos pelo seu procedimento justificam a maior parte dos males que suportam, e que a Providência não é nem pode ser a causa direta e imediata da felicidade de alguns e da miséria de quase todos.

"Quando nos virmos em uma situação crítica, ou em uma condição de miserável, antes de olharmos para o céu e clamarmos pela Providência, olhemos primeiro para nós mesmos"⁽¹¹⁾.

(9) Idem, pp. 83/84.

(10) Idem, pp. 91/92.

(11) Idem, p. 80.

Ao mencionar a questão econômica, Coelho Rodrigues também apregoa que "quem cria valores é o trabalho, e o que acumula riquezas é a economia"⁽¹²⁾, argumentando que a causa dos males da inflação é a emissão de papel-moeda e não a reprodução de riquezas.

Ao analisar uma crítica no sistema eleitoral, Coelho Rodrigues apresenta algumas considerações sobre os conflitos de classe no Brasil. Chamando a atenção para a situação dos homens livres e pobres, no sistema escravocrata moribundo, afirma que o sistema eleitoral incentiva a preguiça do povo brasileiro, porque o voto é uma forma de ganho para o pobre em época de eleições. Esta análise configura o que nos dias atuais é considerado de "curral eleitoral" e "voto de cabresto", práticas tão comuns em épocas de eleições em todo o Brasil, e talvez, especialmente no Nordeste, onde as relações escravistas tiveram tanta influência nas relações de poder e de mando. Embora Coelho Rodrigues tenha percebido também que os homens livres e pobres tenham a consciência que podem conseguir algum ganho extra em épocas de eleições, não chega a compreender a posição desses homens na ordem da sociedade escravocrata brasileira, acusando-os, sempre de homens sem "espírito de família" e de vida nômade e ociosa. A percepção de Coelho Rodrigues se assemelha a de quase todos os congressistas, frente à questão da força de trabalho nacional, que é uma tentativa de manter os homens livres pobres sobre o domínio dos senhores de terra e de escravos, num regime de relações de trabalho não assalariadas.

Henri-August Milet (nome abrigado Henrique Augusto), é o Secretario Geral da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco por ocasião da realização do Congresso e assume a função de Secretário no Congresso Agrícola do Recife. Engenheiro de profissão, torna-se posteriormente Senhor de Engenho em Pernambuco. Sua posição no Congresso é de defensor dos interesses agrários. Devido à sua prática no mundo rural, Milet é um homem conhecedor tanto das teorias econômicas como das práticas agrícolas.

(12) Idem, p. 444.

O discurso de Milet é contraditório, o que talvez demonstra a sua luta com as dificuldades da sua época. Ao mesmo tempo que apresenta os problemas de seu tempo, lança soluções, algumas delas por demais utópicas.

É importante destacar que, inicialmente, só deveriam participar do Congresso Agrícola do Recife, os "agricultores" de Pernambuco; Milet, todavia, considerando que a problemática agrícola não é local e sim regional, defende a participação de "todos os lavradores da zona de exportação do mercado do Recife"⁽¹³⁾, isto é, do Nordeste.

À medida que o trabalho escravo está ameaçado de desaparecer, e aumenta a participação de homens livres, o Estado cria normas para evitar a ausência da força de trabalho livre na grande propriedade. Milet também vai se pronunciar contra a lei que cria o trabalho obrigatório para os homens livres e pobres, porque, na sua concepção, compete ao Estado definir que os homens devem viver de meios de vida honestos, mas não tem o poder de determinar o tipo de trabalho a ser realizado.

Quando da discussão da temática de inovações tecnológicas para melhorar a produção agrícola, Milet faz uma análise sobre a definição de "rotina na agricultura", afirmando que a palavra rotina define duas percepções: primeira, certos processos velhos de que alguém não deseja se desfazer, embora haja outros melhores; segunda, usos e processos adotados, aprovados pela experiência. Neste sentido, Milet, menciona melhoramento da cultura de cana em Pernambuco através do uso do processo intensivo. Em seu discurso quanto ao atraso tecnológico, Milet aponta a necessidade de se introduzir com urgência aparelhos aperfeiçoados e engenhos centrais no fabrico do açúcar. Ele defende as inovações tecnológicas, e preconiza os benefícios que elas podem trazer à economia açucareira. Apesar de Milet apontar com muita lucidez a questão da necessidade de inovações tecnológicas no campo, não questiona as consequências sociais e políticas que essas inovações podiam acarretar, o discurso de Milet é direcionado para defender os engenhos centrais e a expansão da rede ferroviária como meios de salvar a crise da economia açucareira.

(13) Congresso Agrícola do Recife, op.cit., p. 1.

"Para a cana de açúcar, primeiro a criação de engenhos centrais, única tábua de salvação a que se possam agarrar os agricultores de pouca força;

"Segundo, a introdução, nos engenhos de maior safra, dos aparelhos aperfeiçoados de que já temos exemplos nos engenhos São Francisco;

"Terceiro, o estabelecimento de uma rede completa de vias férreas, na região dos engenhos, onde, havendo critério no traçado e economia na construção e exploração, elas devem dar custcio e juros, e, por enquanto, diminuição nas exorbitantes tarifas das vias férreas existentes"⁽¹⁴⁾.

Na sua análise, Milet é um defensor dos interesses dos senhores de engenho, uma vez que ele acredita que somente os grandes proprietários são capazes de introduzir novas tecnologias. Na sua defesa por mudanças nas técnicas de produção, não se apercebe, todavia, que o que os engenhos centrais, e posteriormente as usinas, realizaram, não significou uma mudança, mas sim a transferência do controle da produção das mãos dos agricultores para os comerciantes e usineiros, grupo social ligado ao capital industrial e financeiro⁽¹⁵⁾.

O DUALISMO REGIONAL E O ATRASO DO NORDESTE

O enfoque do regionalismo justifica-se como uma, entre outras perspectivas de análise sócio-econômica e política da sociedade. Como a questão das disparidades regionais é antiga, e continua atual, as explicações para o problema são as mais diversas. Nossa preocupação, neste texto, é apresentar alguns aspectos surgidos no Congresso frente à questão regional.

(14) Congresso Agrícola do Recife, op. cit. , pp. 313/314.

(15) Eisenberg, Peter. *Modernização sem Mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; Perruci, Gadiel. *A República das Usinas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

As disparidades regionais e o atraso do Nordeste frente a região Sul do Brasil (no Congresso a denominação Sul corresponde às províncias produtoras de café situadas no Sudeste) foram uma constante na fala dos congressistas e praticamente o fio condutor para análise da crise da economia nordestina. A disparidade regional existente no Brasil, ou o "isolamento das Províncias do Norte", como afirmam os congressistas, é registrado em todos os pronunciamentos, embora, às vezes, de forma não muito clara. O regionalismo era ressaltado normalmente através da participação e bravura do povo nordestino, especialmente do pernambucano, nos diversos momentos da história nacional, como os movimentos nativistas e de caráter liberal-republicano, como o de 1848⁽¹⁶⁾.

Como a convocação do Governo Imperial para o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro excluiu as Províncias do Norte, o fato foi analisado no Congresso do Recife de forma bastante contundente, sendo o mesmo visto como um estímulo a um separatismo por parte das Províncias do Norte.

"Este Congresso que exprime ou se inspira em semelhante Pernambucanismo, quero dizer, provincialismo, que julgo tão útil e indispensável ao verdadeiro esplendor do Brasil, como a nossa independência do velho Portugal. Este Congresso, repito, exprime sim um pensamento semelhante aos das revoluções de 1817, de 1821, de 1824, com uma única diferença, bem profunda. Aquelas revoluções manifestaram-se de um modo selvático, com efusão de sangue, quando aqui temos um fato incruento, digno dos países mais civilizados; aqui só temos por arma o raciocínio, o debate, a virilidade do patriotismo e a fraternidade dos que sofrem males idênticos"⁽¹⁷⁾.

A problemática da questão regional aflora também em relação às riquezas naturais da região Nordeste, embora neste caso, os congressistas normalmente procurassem enaltecer a riqueza do solo pernambucano. À medida que os congressistas apresentavam a

(16) Quintas, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira* (5a. ed.). Recife Editora Universitária/UFPE, 1977.

(17) Congresso Agrícola do Recife. op.cit., pp. 102/103.

disparidade regional do Brasil e o atraso do Nordeste", apontavam a subvenção estatal à economia cafeeira como uma das causas principais para o atraso do Nordeste, uma vez que a economia nordestina não recebia o mesmo tipo de subvenção.

A percepção dos congressistas em relação à questão regional não atenta para o tipo de formação econômica e social da sociedade brasileira, e particularmente, do Nordeste, daí porque na avaliação deles, não está presente a forma como se deu a construção da sociedade brasileira e, conseqüentemente, das disparidades regionais, uma vez que a questão regional envolve a compreensão tanto do espaço total como do espaço local de uma mesma realidade⁽¹⁸⁾.

PROPOSTAS PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS ECONÔMICOS DO NORDESTE

As abordagens que tratam da crise econômica do Nordeste apresentam vários fatores que contribuíram para o seu surgimento e algumas propostas de soluções para alguns problemas. De um modo geral os congressistas procuram indicar as soluções para os problemas que afligem a economia do Nordeste. Entre as propostas alternativas em busca de soluções, registram-se: necessidade de inovação tecnológica para modernizar as técnicas de produção; expansão dos meios de transporte, sobretudo os ferroviários; supressão dos direitos de exportação; criação de crédito agrícola; utilização da mão-de-obra nacional, isto é, dos homens livres pobres; ensino agrícola, leis para regular o juro e o padrão monetário; reforma da lei hipotecária.

As soluções indicadas pelos congressistas espelham os problemas mais cruciais que a economia enfrentava, contudo, de um modo geral, as soluções giram em torno dos problemas da grande propriedade açucareira, o que denota que o Congresso está preocupado em resolver os problemas da elite agrária e, não, problemas do Nordeste.

(18) Santos, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo, HUCITEC, 1978.

REPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Desde a abolição do tráfico de escravos em 1850, a perspectiva do término de relações baseadas no trabalho servil afrontara muitos personagens. Com a Lei do Ventre Livre em 1871, inicia-se uma nova fase no modo de organização das relações de trabalho no Brasil.

No final da década de 70, as discussões sobre o modo de encaminhar o processo de transição e solucionar o problema da mão-de-obra, revelaram posições diferenciadas e cheias de tensões. Reconhecendo os congressistas que a extinção do trabalho escravo acarretaria problemas, tecem análises sobre o emprego da força de trabalho nacional e estrangeira na grande lavoura monocultora.

Na época em que se realizou o Congresso Agrícola, ocorriam em todo o Brasil, grandes discussões em torno da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. No Nordeste, esta problemática vincula-se ainda ao fato de que muitos senhores vendiam seus escravos aos fazendeiros de café, como meio de adquirir capital para investir em seus negócios. Desde o início do século XIX, existia no Nordeste, uma mão-de-obra excedente, formada por homens livres, mas que no sentido específico do capitalismo, não se incorporava no trabalho assalariado. Devido ao alto custo do trabalho escravo, muitos senhores de engenhos, para suprir a necessidade de mão-de-obra, facilitaram o estabelecimento de moradores em suas terras, com a obrigação de trabalharem para a fazenda. Estes trabalhadores podiam derrubar matas, levantar choupanas e fazer pequenos roçados. Além do mais eram obrigados a dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito, ao senhor de engenho.

Após o término do tráfico negreiro, com problemas de reposição de mão-de-obra, os grandes proprietários começaram a ter dificuldades em atrair trabalhadores rurais, devido, entre outros fatores, às condições de trabalho que impunham. No início da década de 1860, ouve-se o

clamor dos fazendeiros que exigem das autoridades medidas tendentes a obrigar os homens livres e pobres a trabalharem em suas terras⁽¹⁹⁾.

De um modo geral os congressistas compartilham com a idéia de que é necessário surgirem leis para regulamentar a vagabundagem e ociosidade dos homens livres pobres, uma vez que há escassez de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, sugerem ser necessário melhorar a vida social dos trabalhadores, apontando o ensino agrícola e a obrigatoriedade do ensino primário como meios para atingir esse objetivo.

A análise em torno da questão do mercado de trabalho deixa transparecer mais uma vez a posição dos congressistas enquanto defensores da elite agrária nordestina, por isso os problemas dos homens livres e pobres só existem enquanto fornecedores de mão-de-obra, mas não como homens inseridos no conjunto das preocupações da questão regional. O grito dos congressistas é a voz da elite, porque eles não representam os problemas do Nordeste que envolvem os homens agregados, moradores e pobres. Eles são porta-vozes políticos da elite agrária nordestina.

⁽¹⁹⁾ Andrade, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1963; Monteiro, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente (1850-1890)*, (3.ed.). São Paulo, Brasiliense; Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974.

"PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA": UM EQUÍVOCO METODOLÓGICO!?! *

Olívio Alberto Texeira **

O limiar do século XXI evidencia uma realidade, o desenvolvimento da agricultura - no contexto do capitalismo - continua a se constituir em motivo de polémica e, ao mesmo tempo, perplexidade para muitos cientistas sociais. Particularmente, neste processo, uma questão desponta como elemento essencialmente controverso: as perspectivas de desenvolvimento da chamada "pequena produção agrícola".

Vários são os trabalhos de diferentes cientistas sociais que, nestes últimos vinte anos, têm se preocupado em explicar este aparente paradoxo no desenvolvimento da agricultura brasileira; a presença persistente da "pequena produção", organizada a partir de relações de trabalho não assalariadas, baseadas preponderantemente na mão-de-obra familiar.

Essa controvérsia produziu - e continua produzindo - na pesquisa social em agricultura no Brasil, uma série de elementos e critérios fundamentais na caracterização dessa forma de produção concreta. Deve-se registrar que, com estas breves reflexões, não se está interessado em discutir estes critérios ou questões diretamente vinculadas à corroboração dessa caracterização. Ao contrário, o intuito é apenas indicar questionamentos, notadamente de caráter metodológico, objetivando demonstrar que, a "pequena produção agrícola" representa, de um lado, em si, uma noção demasiadamente vaga para ter a importância de categoria analítica que assumiu na

(*) Texto apresentado no II Seminário Nordeste na Conjuntura Nacional: "A Pequena Produção Agrícola" - Mestrado em Sociologia e Sociologia e Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande PB, agosto de 1992.

(**) Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande.

comunidade acadêmica brasileira; e, de outro, suas articulações para explicar o desenvolvimento rural, uma incorreta interpretação de categorias fundamentais na análise do processo de produção capitalista.

I I

Quando se objetiva compreender determinada categoria econômica, deve-se procurar perceber, primeiramente, o que ela representa em si mesma, quais são as articulações/contradições que a sua definição ou formalização expressam. Nesse sentido, é preciso colocar que a noção de "pequena produção" traz em si, subjacente, uma oposição entre a pequena e a grande produção, de um modo que essa questão - o tamanho - torna-se a principal diferença entre as formas de produção que coexistem e, em muitos casos, a principal contradição do desenvolvimento da agricultura.

No entanto, já há bastante tempo, a realidade do desenvolvimento agrícola tem evidenciado que, quanto mais as análises são concretizadas e se observa mais profundamente a questão do tamanho, é cada vez mais perceptível que a dimensão da unidade produtiva não é a questão mais relevante.

É claro, não se pode deixar de reconhecer que existe uma espécie de "patamar" mínimo de tamanho, abaixo do qual torna-se praticamente impossível a viabilidade econômica da produção, para cada uma das situações específicas. Porém, esse "patamar" não pode ser compreendido apenas em termos de área, mas também em quantidade e qualidade dos insumos químicos e mecânicos e em exigência de mão-de-obra. Em verdade, se tratando da dimensão da área, quase todas as formas de produção que experimentarem minimamente o desenvolvimento da produtividade, demonstram que esses "patamares" tendem a ser cada vez mais diminutos. A avicultura, a horticultura, a fumicultura etc, fornecem milhares de exemplos da chamada "pequena produção", que, em realidade, são "grande produção", em termos de utilização intensiva de mão-de-obra e capital.

O desenvolvimento da produtividade na agricultura revela ainda um outro aspecto do caráter inócuo da "pequena produção". Esse desenvolvimento evidencia que a viabilidade econômica das unidades

produtivas de pequeno porte está muito mais ligada à possibilidade ou não de incorporação de novas tecnologias e a outros critérios - localização em relação aos mercados, qualidade (natural ou modificada) do solo, etc - do que à dimensão.

Portanto, em si, a categoria "pequena produção", se revela completamente desprovida de sentido explicativo da realidade, na medida em que explicita um dos critérios menos importantes no desenvolvimento agrícola - o tamanho.

É a partir desta constatação que se coloca o principal problema metodológico com relação à "pequena produção". Ou seja, seu uso corrente nas ciências sociais para interpretar o desenvolvimento agrícola, estabelecendo a análise a partir de uma falsa contradição entre "pequena produção/desenvolvimento capitalista".

Este, como se discutirá a seguir, é o cerne da questão, visto que, longe de facilitar a percepção da realidade, o desenvolvimento delineado nesta ótica, a torna ainda mais complexa e confusa.

1 1 1

A primeira observação a respeito da articulação metodológica em torno da "pequena produção" é que, em muitos dos estudos que se utilizam desta noção na análise, percebe-se uma característica comum: a total identificação do proletário ao assalariado. É esta parece ser a base da questão, na medida em que, é a partir desta evidência - os pequenos produtores não são assalariados - que se desenvolvem todos os argumentos das diferentes "formas de subordinação do trabalho ao capital". Para estes autores, está subentendido o argumento de que proletarização representa necessariamente a expropriação completa dos produtores diretos e o conseqüente assalariamento. Em outras palavras, proletarização significa uma relação direta de assalariamento ou uma relação patrão-empregado. Logicamente, para esta interpretação, se não há assalariamento não há proletarização.

Contudo, apesar do uso da "pequena produção" se basear numa concepção de não proletarização dos produtores, a existência da "exploração" capitalista parece algo consensual, embora a considerem

como outras "formas" de extração do sobretrabalho, em princípio "não-capitalistas", mas a "serviço" da acumulação capitalista ou a ela "mais adequadas"⁽¹⁾. O problema para estes autores é que, no desenvolvimento da "pequena produção", as "formas" de exploração ou de expropriação do sobretrabalho, não se caracterizam por "relações de produção capitalistas". Esta, parece ser uma segunda característica comum nestas análises: o caráter não-capitalista da exploração do trabalho pelo capital (não-capitalista, semi-capitalista, pré-capitalista, etc).

O que interessa reter neste momento é que esta gama de "caracterizações", de "formas" de exploração do trabalho pelo capital, não podem ser explicadas (ou melhor, determinadas) pelas categorias da produção capitalista, mas podem e devem ser analisadas no contexto mais geral da reprodução capitalista. Como se vê, o cerne do problema teórico é que estas interpretações sobrevalorizam o processo de trabalho, o qual imprimiria uma "lógica" produtiva não-capitalista e que se subordinaria à reprodução em geral do capital, a partir de suas relações de circulação (ou comerciais).

Essas conclusões são possíveis porque ocorre uma confusão metodológica fundamental entre duas categorias: as relações sociais de produção que se confundem com as relações internas de trabalho e o entendimento do processo de proletarianização que se confunde com o de assalariamento.

(1) As análises de MARTINS (1986) e VERGOUPOLOS (1977), são especialmente ilustrativas sobre esta questão. Segundo este último autor, "o capitalismo não exclui, em seguida, tudo que lhe é exterior. Seu MODUS OPERANDI é, ao contrário, o de integrar em seu processo de reprodução todos os elementos exteriores como FONTES SUPLEMENTARES DE RENDIMENTOS. Eis porque o capital não visa, necessariamente, a extensão do MPC mas sobretudo, a INTERCEPÇÃO de renda e lucro agrícola em proveito do MPC." VERGOUPOLOS (1977:153). Para MARTINS (1986), "o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais..." MARTINS (1986: 21)

Ao que tudo indica, as análises a partir da "pequena produção", não compreendem as "relações sociais de produção" na sua dimensão necessária. Ora, não se trata de analisar as formas concretas da produção com as categorias de análise apenas do processo IMEDIATO da produção, mas sim, entendendo-as como elementos metodológicos da análise do processo GLOBAL da produção e reprodução capitalista, o qual incorpora a circulação com seus efeitos diretos e indiretos. Portanto, é preciso entender que o processo de trabalho pode ter variantes tão diversas, que sua forma pode até mesmo negar ou esconder a natureza capitalista - como é o caso da "pequena produção agrícola" - mas não deixará de estar subordinado ao circuito geral da "reprodução" das relações sociais de produção capitalistas. Numa palavra, o processo de trabalho, em si, não determina as relações de produção, mas ao contrário, é determinado por elas.

Isso significa que ressaltar o caráter não-capitalista das relações de trabalho familiares da "pequena produção", considerando-a exploração de um setor não-capitalista, constitui-se numa grave confusão metodológica. Sem dúvida, é um erro metodológico que revela a própria não compreensão do papel teórico das categorias na análise do desenvolvimento capitalista. A postura metodológica correta deve, num primeiro momento, apresentar as categorias que, na essência, explicitam a natureza das relações de produção. Estas categorias não têm, no mundo real (na sua aparência), seu conteúdo expresso, a não ser por formas diversas que, na maior parte das vezes, negam e dissimulam esse conteúdo, formas que "fetichizam" sua natureza capitalista, apesar de estarem determinadas por elas.

Essa postura implica que se "amplie" o entendimento do processo de proletarianização além das relações de trabalho assalariadas, de tal modo que este explique a "subordinação da pequena produção ao capital". Com esta concepção "ampliada" do conceito de proletarianização não se cai no falso dilema da destruição ou recriação da "pequena produção", que ela, como categoria, sugere, compreendendo este duplo

movimento como parte integrante do mesmo processo: a proletarização⁽²⁾.

I V

Por fim, deve-se registrar que os argumentos apresentados, aqui, procuram demonstrar a inexpressividade da "pequena produção" como categoria da agricultura, através de duas questões fundamentais: de um lado, porque ela representa em si uma falsa oposição - e leva a uma falsa interpretação - do desenvolvimento agrícola; e, de outro, porque significa uma articulação metodológica incorreta na análise da realidade.

Poderia ter-se discutido o conjunto dos outros parâmetros (mão-de-obra familiar, subsistência, acumulação ou não, etc.) procurando identificar quais deles melhor representariam esta forma de

(2) LENIN (1981), ao analisar a situação da "pequena produção" na agricultura russa, também ressalta o caráter proletário dessa forma de produção. De acordo com este autor, "...entre el proletariado rural debe incluir-se, por lo menos, la mitad de todas las haciendas campesinas. (...) Cabe agregar que en nuestras obras se comprende a menudo con excesiva rigidez la tesis teorica de que el capitalismo requiere un obrero libre, sin tierra. Eso es del todo justo como tendencia fundamental, pero en la agricultura el capitalismo penetra con especial lentitud y através de formas extraordinariamente diversas. La asignación de tierra ao obrero del campo se efetua a muy a menudo en entredós de los mismos propietarios rurales, y por eso el tipo del obrero rural con parcela es propio de todos los países capitalistas. (...) Cada uno de ellos ostenta las huellas de un regimen agrario peculiar, de una historia peculiar de relaciones agrarias, PERO ESO NO ES OBSTACULO PARA QUE EL ECONOMISTA LOS INCLUYA EN UN MISMO TIPO DE PROLETARIO AGRICOLA. La base juridica de su derecho al trozo de tierra es del todo indifente para essa calificación." LENIN (1981:183-4) (grifos de O.A.T.) SILVA (1981) também chega a estas conclusões na análise da "pequena produção e as transformações da agricultura brasileira". Segundo este autor, "é fundamental entender a proletarização de uma maneira bastante ampla, como o processo de subordinação do trabalho ao capital e não apenas como expropriação completa dos meios de produção." SILVA (1981: 51) estudando as formas "independentes" do trabalho urbano, MALAGUTI (1992), também chegam a conclusões similares a estas, fornecendo uma nova noção que explica esta identificação entre os assalariados e os independentes: o "assalariado em idéia". Segundo este último autor, "...os 'independentes' e os 'assalariados' estão submetidos a um conjunto de normas e de valores que compõem a ideologia do sistema salarial. Ora, 'ELES SÃO ENTÃO TANTO ASSALARIADOS' QUANTO 'INDEPENDENTES', ASSALARIADOS EM IDÉIA..." MALAGUTI (1992) (grifos de O.A.T.).

produção do que o tamanho ("pequena"). Entretanto, essa não é a questão central. Participar deste debate, significaria perder a dimensão da análise necessária, e não se perceberia o fundamental: que é **SOBRE e A PARTIR** deste segmento produtivo da agricultura que o desenvolvimento capitalista processa sua própria expansão e concentração.

V - BIBLIOGRAFIA

- LENIN, V. I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Ed. Progreso, Moscou. 1981.
- MALAGUTI, M. L. *Le salariat incostesté: une approche du monde du travail à Campina Grande*. Tese de doutorado em economia. Univesidade de Picardie. Amiens. 1992.
- MARTINS, J.S. *O cativo da terra*. 3º edição. Ed. Hucitec. São Paulo. 1986.
- SILVA, J. G. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. Ed. Hucitec. São Paulo. 1981.
- VERGOUPOLOS, K. "O capitalismo disforme". In: AMIN. S & VERGOUPOLOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1977.

TEORIA DA REGULAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO*

Manoel Luiz Malaguti**

APRESENTAÇÃO

Este ensaio visa oferecer um esboço coerente dos fundamentos da Teoria da Regulação. No entanto, em virtude do caráter didático da exposição, evitamos, sempre que possível, tomar partido nas discussões pontuais que opõem seus principais intérpretes, suas principais vertentes. Neste contexto, as simplificações serão inevitáveis, beneficiando-se a clareza expositiva em detrimento da profundidade de tratamento das controvérsias que hoje dividem seus representantes. Em outras palavras, nossos desenvolvimentos privilegiam um conjunto de interpretações que poderíamos chamar de consensuais, não-polêmicas, pois representativas dos pontos de vista dos pesquisadores que encabeçam, hoje, o movimento regulacionista.

Na realidade, o que pretendemos é oferecer um conjunto de informações que permitam o reconhecimento genérico, tanto dos principais objetivos da Teoria da Regulação, quanto do local, do contexto de surgimento e das sugestões de procedimento analítico de uma teoria que, no Brasil, ainda não conseguiu se impor como disciplina acadêmica⁽¹⁾.

PRINCIPAIS INTÉRPRETES

A Teoria da Regulação é uma concepção especificamente francesa. Seus representantes mais significativos são advindos de

(*) Este artigo é a versão revista e ampliada de uma Conferência realizada em inícios de setembro de 1993, no âmbito do Concurso Público para Professor Titular em Teoria Econômica, realizado pelo Departamento de Economia e Finanças da UFPB.

(**) Professor dos Mestrados em Economia e Sociologia da UFPB. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Picardie, França.

(1) Para os leitores interessados num aprofundamento no tema, uma ampla bibliografia e um glossário serão apresentados em anexo.

vertentes rebeldes do marxismo (ou de um marxismo rebelde). Entre eles, os mais importantes são, indubitavelmente, Michel Aglietta, Robert Boyer e Benjamin Coriat. No entanto, o primeiro representa, hoje, uma vertente marginal desta teoria, embora sua tese de doutorado, *Régulation et Crise du Capitalisme* (1976), seja considerada como o marco de fundação da teoria regulacionista. Assim, em virtude do caráter não-problematizante da exposição que nos propomos realizar, seus trabalhos não serão aqui discutidos.

Boyer e Coriat, por sua vez, têm se consagrado a precisar as análises dos objetos mais tradicionais da Teoria da Regulação: Crise Econômica e Relação Salarial. Eles representam, pois, a continuidade e o aprofundamento de um movimento. Entendemos, assim, que somente a observação de suas pesquisas nos permitem trilhar, de sua fundação até os dias de hoje, os caminhos da Teoria da Regulação.

Robert Boyer tem se dedicado primordialmente à sistematização e à divulgação dos conceitos originais e da metodologia que inspiraram o surgimento da análise regulacionista. Benjamin Coriat, por seu lado, dirige suas pesquisas no sentido de uma interpretação aprofundada das alterações sofridas, ao longo do tempo, pelo "processo de trabalho capitalista". De uma certa forma, Boyer representa o teórico generalista, sendo Coriat o especialista. Suas obras são complementares e se subsidiam diretamente. sem as preciosas contribuições de Coriat, dificilmente poderíamos imaginar a elaboração de trabalhos generalizantes como *La Crise Actuelle une mise en Perspective Historique*, de Boyer (1979). Da mesma forma que sem a contribuição de Boyer, trabalhos particularizantes como *Régime d'Accumulation et Rapport Salarial au Brésil*, de Coriat e Sabia (1987), representariam verdadeiras "expedições sem batedores".

Em resumo, Boyer e Coriat cobrem, conjuntamente, todo o espectro do campo de pesquisas que comumente se associa à Teoria da Regulação. Assim sendo, nossas observações serão

guiadas pelas análises dos autores que representam, hoje, na França, a corrente "autêntica" do pensamento regulacionista: Robert Boyer e Benjamin Coriat.

Esta última observação é importante, porque previne o leitor contra generalizações indevidas. Em outras palavras, o leitor deve estar ciente que apenas ao custo de simplificações e de agregações, para muitas abusivas, podemos apresentar aqui um esboço do resultado de uma série de esforços teóricos empreendidos na França, e que aqui serão sintetizados sob o nome de Teoria da Regulação.

OBJETIVOS

A Teoria da Regulação surge como uma crítica das teorias do Equilíbrio Geral, mas sem que isso implique numa aceitação passiva dos enunciados das já clássicas (marxista, keynesiana e schumpeteriana) teorias das crises, das flutuações e dos ciclos econômicos vivenciados pelo capitalismo desenvolvido.

Pretendendo se diferenciar tanto das interpretações de cunho marxista quanto daquelas de inspiração keynesiana, os regulacionistas relacionam um conjunto de incorreções que permeiam estas correntes. No que diz respeito à teoria marxista das crises, a principal objeção efetuada pela Teoria da Regulação é o seu caráter repetitivo. Em outras palavras, eles criticam Marx e os marxistas pela mesmice e pela a-historicidade de suas interpretações dos fenômenos "cíclicos": todas as crises do capitalismo seriam sempre interpretadas com base no relacionamento lógico das mesmas variáveis. Haveria, então, um "eixo analítico invariante" (um conjunto único de variáveis) que explicaria todas as crises. Logo, dizem os regulacionistas, as crises de 1929 e de 1974, por exemplo, teriam a mesma explicação.

Com relação a Keynes e aos keynesianos, eles criticam tanto a superficialidade de suas análises quanto o caráter temporalmente delimitado dos seus diagnósticos. Mais especificamente, eles reprovam ao keynesianismo uma explicação

1) estritamente econômica dos ciclos, e 2) cuja validade - parcial - não permite ultrapassar a especificidade do ambiente econômico da crise de 1929.

Estas críticas certamente distanciam os regulacionistas dos ensinamentos de Marx e de Keynes. No entanto, estes pesquisadores não postulam uma ruptura, ou distanciamento radical, com as duas principais vertentes do pensamento econômico que negam a Teoria do Equilíbrio Geral. Eles pretendem, isto sim, forjar uma interpretação das crises que incorpore criticamente, ou melhor, que faça uma síntese de alguns enunciados marxistas e keynesianos, constituindo-se, assim, numa interpretação original das flutuações da Economia Capitalista Desenvolvida.

Mas como procedem eles no processo de construção desta originalidade teórica? Vejamos. Dos marxistas eles assimilam a idéia da existência de um eixo econômico invariante⁽²⁾, de uma determinada relação qualitativamente imutável e fundamental para a explicação de todas as flutuações econômicas ocorridas após o pleno desenvolvimento da sociedade capitalista. No entanto, o que é importante não é, segundo os regulacionistas, a constatação da existência desta invariabilidade (como se faz nas análises marxistas), mas sim a análise de suas formas particulares de manifestação, pois nas particularidades de suas manifestações expressam-se as especificidades de cada crise estrutural. As crises, dizem os regulacionistas, não devem ser entendidas como fenômenos físicos que se repetem ao longo do tempo. Certo, admitem, elas têm sempre uma característica invariante. Mas a

(2) Este "eixo invariante" é constituído pela razão Produtividade/Salário: as variações quantitativas da produtividade influenciam os movimentos da taxa de lucro e, conseqüentemente, da oferta. Por outro lado, as variações quantitativas dos salários influenciam as oscilações do poder aquisitivo social e, conseqüentemente, da procura. Assim, considerando conjuntamente produção e circulação, os regulacionistas, como Marx, e também como Keynes, (acrescentaríamos - mas esta relação entre Marx e Keynes é assunto de um outro ensaio), utilizam-se de um relacionamento invariante entre um conjunto dado de variáveis para explicar as crises.

compreensão de uma crise particular não pode se resumir à explicitação de um mecanismo genérico, do que é comum a todas as outras. Faz-se necessária uma estratégia teórica que permita a apreensão das particularidades de um determinado momento de crise econômica em relação aos outros, dos mecanismos que conduziram a uma dada crise, mas que não tiveram nada a ver com as rupturas econômicas passadas ou subsequentes. Sem isso, argumentam, toda e qualquer pretensão de forjar um conjunto de medidas de política econômica anti-cíclicas seria um esforço em vão, não surtiria o menor efeito, pois desprezaria variáveis fundamentais, incorporaria variáveis desnecessárias ou realçaria variáveis sem relevância.

Em outras palavras Como este eixo invariante não aparece sempre da mesma forma, pois ele assume feições novas e manifesta-se diferentemente em contextos distintos, para podermos interpretar uma crise e propor medidas para sua superação, é necessário reconhecê-lo em suas múltiplas aparências ou roupagens. Faz-se pois indispensável a incorporação analítica da História à Ciência Econômica.

É exatamente esta necessidade de historicização dos conceitos da teoria econômica do capitalismo, de contextualização dos dados e dos momentos econômicos capitalistas, o que os regulacionistas absorvem dos keynesianos: a Teoria da Regulação não nega a existência de algumas leis objetivas do capitalismo, mas procura, isto sim, entender suas manifestações particulares como específicas de cada etapa da história do capitalismo. Assim, os regulacionistas incorporam uma certa "capacidade keynesiana" de avaliação conjuntural e de incorporação analítica de um largo conjunto de instituições sociais. No entanto, dizem, uma análise de conjuntura deve ultrapassar seus aspectos meramente econômicos e aparentiais. Faz-se necessário, pois, incorporar um conjunto de fatos "extra-econômicos" para poder-se compreender as crises estruturais⁽³⁾. E mais, agregam, a simples consideração do papel

econômico das instituições sociais não altera substancialmente a superficialidade da análise keynesiana.

ENCAMINHAMENTOS

Como introduzir a História na teoria econômica do capitalismo? Como introduzir o "extra-econômico" na análise das crises?

Para responder a estas questões, os regulacionistas dividiram a história do capitalismo em 3 períodos: Tradicional, Concorrencial e Monopolista. Embora possuindo semelhanças com a periodização marxista-leninista, as etapas regulacionistas se distinguem da mesma, tanto cronologicamente quanto em termos de conteúdo. Cronologicamente, o período tradicional (chamado de Regulação Tradicional) começa em meados do século XIX e termina com a crise de 1873. O período concorrencial (ou da Regulação Concorrencial) começa em 1914 e termina em 1929. Enfim, o terceiro período (o da Regulação Monopolista) começa em 1945 e termina com a eclosão da crise de 1974. Considerando-se que os regulacionistas nada inovam na abordagem do período "Tradicional" (ou pré-capitalista), aceitando *ipsis litteris* a análise efetuada por Marx⁽⁴⁾, concentraremos nossos esforços nos dois períodos seguintes.

Em cada um destes 2 períodos, as crises distinguem-se como sendo "pequenas" ou "grandes", ou ainda como "cíclicas" ou "estruturais". As pequenas crises (cíclicas) são aquelas que não colocam em perigo o Regime de Regulação e são resolvidas pelos chamados ajustamentos automáticos de mercado. Não enfatizaremos os desenvolvimentos regulacionistas relativos a este tipo de crise, já que, à semelhança do tratamento dispensado ao

(3) A definição regulacionista de crise estrutural será feita mais abaixo.

(4) Consulte-se o capítulo sobre a "Acumulação Primitiva" de O Capital (MARX, 1987, cap. XXIV) e o capítulo sobre a "Acumulação do Capital e as Crises" da Teoria da Mais-Valia (MARX, 1974, t.II, Cap. I).

chamado "Período Tradicional", estes pesquisadores seguem de muito perto as análises de Marx. Apenas para relembrarmos os passos de Marx, diremos que, nas crises cíclicas, as respostas automáticas do mercado para situações como, por exemplo, a de desemprego generalizado, advêm dos movimentos da oferta e da procura, oscilações consideradas suficientes para acionar um conjunto de mecanismos anti-cíclicos: 1) diminuir os salários e provocar um aumento da taxa de lucro (potencial), 2) diminuir o preço das mercadorias e, conseqüentemente, da taxa média de lucro. Dada esta queda da taxa média de lucro, algumas empresas menos produtivas são fechadas e/ou absorvidas. Com isso, diminui a oferta de mercadorias, os preços sobem, novos trabalhadores são contratados, os salários aumentam e a demanda é reativada (os salários podem aumentar, sem atingir substancialmente os lucros, em função do estágio mais elevado da produtividade do trabalho proporcionado pela concentração do capital, pela reorganização do trabalho, gerência científica, etc.).

Já as grandes crises (estruturais), estas sim colocam em xeque o Regime de Regulação no qual elas se inserem: uma crise estrutural caracteriza-se por uma espécie de desagregação sócio-econômica profunda e por um estado de incapacidade do mercado em responder às necessidades de capitalistas e de assalariados. Por conseguinte, dizem os regulacionistas, sua superação necessita de ocorrências "extra-econômicas" ou político-ideológicas profundas. Tomar ciência destes acontecimentos extra-econômicos parece constituir, para os regulacionistas, o sentido da incorporação da História à Economia, o contributo prestado pela Ciência da História à Ciência Econômica. Assim, as crises estruturais representam o objeto privilegiado de análise dos regulacionistas, pois tanto a sua definição, quanto a sua análise, dependem da incorporação do que eles entendem como sendo a grande contribuição metodológica da Teoria da Regulação à Teoria Econômica: a incorporação da História como elemento ativo (não simplesmente contextualizador) da pesquisa econômica.

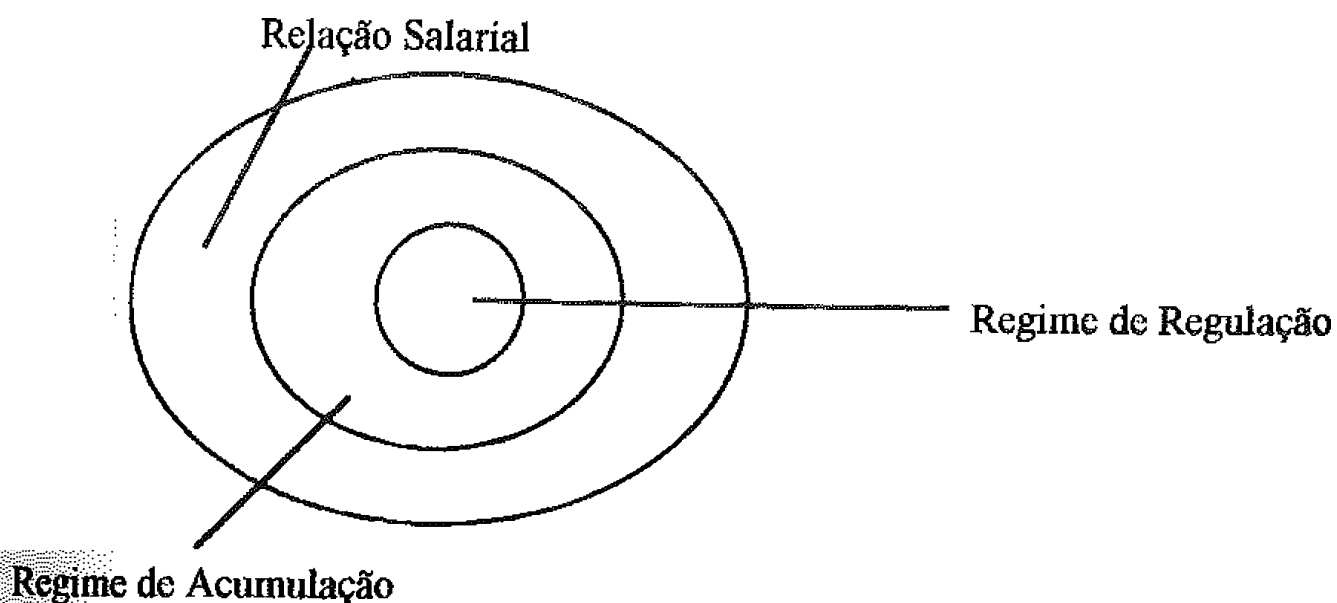
Vamos nos concentrar, pois, no estudo das crises estruturais. Antes, porém, é necessário que façamos alguns esclarecimentos conceituais.

Para compreendermos a Teoria da Regulação e sua concepção das crises, é necessário que conheçamos, grosso modo, 3 conceitos fundamentais: 1) Regime de Regulação; 2) Regime de Acumulação e 3) Relação Salarial (ver anexo).

O Regime de Regulação é o conceito mais abrangente que encontramos na Teoria da Regulação, pois é no seu "interior" que se "exercitam" um determinado Regime de Acumulação e uma determinada Relação Salarial. Um Regime de Regulação é pois definido como um determinando "ambiente" econômico-institucional de exploração da força de trabalho. Sendo que a cada ambiente econômico de exploração do trabalho corresponde um determinado Regime de Acumulação que, por sua vez, é baseado numa forma específica de assalariamento (relação salarial). Mas um Regime de Regulação não se esgota em suas características econômicas: o papel das instituições sociais - e portanto do político e do ideológico - é aqui essencial. Por ambiente institucional compreende-se o resultado social da ação de um conjunto de instituições de formação e divulgação de ideologias (escolas, meios de comunicação, partidos políticos, igrejas, cultos, etc.), assim como daquelas que incidem mais diretamente sobre a gestão/coerção da força de trabalho (sindicatos, burocracia estatal, forças armadas, polícia, etc.). Enfim, é este ambiente societário multifacetado - pois sócio-econômico e político-ideológico - que define, estrutura e caracteriza um determinado Regime de Regulação.

No que diz respeito aos Regimes de Acumulação, estes podem ser de dois tipos: extensivo e intensivo. Quando a forma de extração da mais-valia é "absoluta", o regime de acumulação caracteriza-se como extensivo. Por outro lado, quando esta extração é preponderantemente "relativa", defrontamo-nos com um regime de acumulação intensivo. As Relações Salariais, por seu lado, podem ser definidas como conjuntos específicos de formas de

controle da força de trabalho. Sendo individual este controle (antes da instituição das Convenções Coletivas), e a forma de extração da mais-valia sendo preponderantemente absoluta, qualifica-se esta relação salarial de taylorista. Caso este controle seja coletivo (a partir da instituição das Convenções Coletivas) e a forma preponderante de extração da mais-valia seja relativa, confrontamo-nos com uma relação salarial fordista. Para uma melhor compreensão da hierarquia relacional destes conceitos, o leitor deve interpretar o esquema seguinte não como um conjunto composto por 3 círculos superpostos, mas sim como um círculo único, cujo distanciamento ou aproximação do observador diminui ou aumenta seu diâmetro: na medida em que o pesquisador/observador se "desloca" de uma simples sistematização das informações obtidas empiricamente para uma conceituação e teorização mais elaboradas, ele percorre o caminho do conhecimento que vai da relação salarial ao regime de regulação.



Enfim, é com base nas combinações possíveis destes três conceitos fundamentais que podemos entender os 2 grandes momentos da Sociedade Capitalista Desenvolvida: a Regulação Concorrencial e a Regulação Monopolista.

A REGULAÇÃO CONCORRENCIAL

Os regulacionistas consideram que a crise estrutural de 1929 encerrou o período da Regulação Concorrencial. Em outras palavras, eles entendem que a crise de 1929 representa a crise da Regulação Concorrencial. Porém, antes de tratarmos da crise da Regulação Concorrencial, vejamos como se deu a construção deste primeiro grande período do capitalismo nas sociedades industrializadas norte-americana e européia. Quando do início da primeira grande guerra mundial, verificou-se uma sensível diminuição do número de homens disponíveis para o assalariamento. Em virtude desta carência de força de trabalho, a luta de classes pendeu a favor dos trabalhadores. Como resposta a esse desequilíbrio, os capitalistas empreendem a reestruturação, tanto do Regime de Acumulação quanto da Relação Salarial. Verificam-se, então, 1) a introdução progressiva (embora lenta) de processos que favorecem a extração relativa de mais-valia; 2) a adoção de formas alternativas de controle da força de trabalho (e entre elas a consolidação do Taylorismo) e 3) as primeiras experiências de "contratos coletivos" de trabalho. Neste mesmo período, percebemos também uma crescente participação direta do Estado nas atividades econômicas.

Os esforços produtivos dirigidos para a produção de armamentos parecem consagrar definitivamente o Estado como produtor; como agente produtivo direto. Por outro lado, o Taylorismo aparece não somente como instrumento da extração relativa de mais-valia, mas também como elemento desagregador dos coletivos de trabalhadores.

Mas o taylorismo teve ainda uma outra função: ao diminuir as exigências de qualificação da força de trabalho, contribuiu,

consideravelmente, para o aumento do número de trabalhadores potencialmente utilizáveis pelo capital. Com isso, alterou-se substancialmente a relação entre o exército industrial de reserva e as necessidades do capital, dando vida a um "ambiente" conveniente para o capital: a acumulação e a geração de mais-valia proporcionam taxas de lucro aceitáveis e permitem o acréscimo real dos ganhos salariais. Estabelece-se uma trégua provisória na luta de classes e consolida-se a Regulação Concorrencial.

Com a crise de 1929, a Regulação Concorrencial se desestrutura. Os regulacionistas afirmam que os mecanismos de ajustamento automático de mercado não são suficientes para restaurar o crescimento econômico, impondo-se mudanças estruturais e profundas de caráter extra-econômico. Entre estas, eles ressaltam o New Deal americano, o surgimento do Nazismo na Alemanha e do Front Populaire na França.

Mas qual a relação lógica entre estes acontecimentos e a superação da crise estrutural de 1929? Claro, não seria sensato negar a existência de correlações positivas entre a crise da Regulação Concorrencial e o surgimento, por exemplo, do Nazismo na Alemanha. Mas as relações estatísticas não podem substituir as relações teóricas e/ou as regras lógicas de causa e efeito. É necessário demonstrar os elos causais que unem logicamente a superação da profunda depressão de 1929 com as grandes transformações político-ideológicas que se desencadeavam. E é exatamente isto que os regulacionistas não conseguem realizar. Eles permanecem no nível da constatação da coincidência, da demonstração da concomitância no tempo entre os fatores econômicos e os "extra-econômicos"⁽⁵⁾.

A insuficiência teórica desta constatação fica patente quando os regulacionistas se deparam com a seguinte questão: caso estes acontecimentos extra-econômicos não tivessem ocorrido,

⁽⁵⁾ Os regulacionistas não oferecem nenhum critério que permita a distinção entre fatos econômicos e extra-econômicos.

perguntamos, a ação das leis automáticas do mercado não teria gerado (como no caso das pequenas crises) os mecanismos anti-cíclicos necessários à superação da Grande Depressão? Os regulacionistas respondem - com razão - que não se pode prever o que teria acontecido se o que aconteceu não tivesse ocorrido. Correto⁽⁶⁾. No entanto, é suficiente alterarmos a questão para que, como resposta, encontremos apenas o silêncio. Perguntemos então de uma outra maneira: por que os mecanismos automáticos de mercado foram insuficientes para debelar a crise? O silêncio é quase total. E só não é total porque Benjamin Coriat enfrentou o desafio e respondeu à questão.

Antes de prosseguirmos, impõe-se porém um esclarecimento. No início deste ensaio afirmamos que nossa exposição não privilegiaria as discordâncias no seio da Teoria da Regulação. No entanto, o que afirmamos que não faríamos é o que, aparentemente, estamos prestes a realizar. Na realidade, o realce que damos à posição de Coriat não o distancia da "ortodoxia regulacionista", mas simplesmente o distingue. Coriat continua afirmando que apenas mudanças profundas de caráter extra-econômico puderam arrefecer e debelar a crise de 1929. A originalidade de sua postura encontra-se, isto sim, na sua interpretação da natureza das políticas anti-cíclicas keynesianas. Para Boyer e Lipietz, por exemplo, as propostas anti-cíclicas de Keynes são meramente econômicas e conjunturais (não podendo,

(6) Embora correta a resposta, é bom lembrarmos que é a própria metodologia regulacionista de caracterização das crises que nos conduz a elaborar perguntas deste gênero. Como as crises são caracterizadas, como cíclicas ou estruturais, em função dos elementos que permitem a sua **superação** (mecanismos automáticos ou fatores "extra-econômicos), a natureza de uma crise só pode ser conhecida *ex post*. Sendo assim, estaríamos também corretos ao retrucarmos que o conhecimento que os regulacionistas possuem do ocorrido só se realiza após a solução deste.

A contribuição que os regulacionistas pretendem dar para resolver os problemas da crise atual são, no mínimo, demagógicas. Acreditamos que uma contribuição conseqüente para a solução ou amenização das crises deve ter por fundamento a possibilidade de conhecê-las enquanto elas o são, no momento mesmo em que elas se manifestam, enquanto elas existem.

portanto, debelar a crise). Coriat, por sua vez, entende estas mesmas propostas como extra-econômicas. Ora, assim consideradas, elas possibilitam a retomada do desenvolvimento econômico. E assim as considerando, Coriat não rompe com a corrente regulacionista dominante, embora a supere.

Dito isto, vejamos como B. Coriat explica a crise da Regulação Concorrencial e a construção da Regulação Monopolista.

Com base numa detalhada leitura da obra de Keynes - e não só da Teoria Geral - Coriat pôde desvendar o que se esconde por detrás das simples propostas "econômicas" daquele autor. Fazendo uma análise dos primeiros trabalhos de Keynes (todos nos domínios da Moral e da Filosofia), Coriat nos relembra um trecho muito significativo de um artigo escrito no início da década de 20: "Eu posso não me tornar insensível ao que creio ser a justiça e o bom-senso; mas a luta de classes encontrar-me-a do lado da Burguesia instruída". A este trecho seguem-se muitos outros que, digamos, ajudam a esclarecer tanto o objetivo da Teoria Geral quanto as propostas de política "econômica" ali contidas. Vejamos, pois, como Coriat interpreta as 3 principais formas de intervenção keynesiana na economia:

- 1) Controle monetário;
- 2) Gestão do crédito;
- 3) Política de gastos públicos.

O Controle Monetário, como apregoado por Keynes, pretende ir muito além da simples valorização/desvalorização da moeda. Seu objetivo principal é a apropriação pela burguesia das iniciativas do movimento sindical: na medida em que a luta de classes se aguça, as "rédeas" monetárias podem ser relaxadas, provocando o aumento dos salários nominais e, neste sentido, o arrefecimento da luta de classes. Através de um mecanismo de "estiramento"/"relaxamento" do controle monetário, a burguesia pode conduzir, mesmo que parcialmente, os grandes movimentos grevistas e as reivindicações mais gerais dos trabalhadores. Seja

lá como for, é claro que Keynes pretendia, através do controle monetário, influenciar decisivamente os rumos das reivindicações do mundo do trabalho. Atuando sobre a quantidade absoluta e as variações dos fluxos monetários, ele pretendia arrefecer os ânimos do movimento sindical. Monitorando as idéias e as crenças dos trabalhadores, este Lord genial pretendia fazer voltar a época em que "os sindicatos eram impotentes...", como mostra muito bem uma passagem, escrita em 1925, dos seus *Essays in Persuasion*:

"As idéias sobre a moeda, que faziam parte de um tempo antigo, quando se acreditava poder modificar seu valor e deixar às leis da oferta e da procura o cuidado com os ajustamentos necessários, datam de 50 ou 100 anos, *quando os sindicatos eram impotentes....*". (CORIAT, 1979, p.152).

A Gestão do Crédito, por sua parte, aparece não apenas como um dilatador/compressor cronológico do poder aquisitivo dos trabalhadores: distanciando ou aproximando suas dívidas, aumentando ou diminuindo seu poder de compra num certo ponto do tempo, facilitando-lhes o acesso a bens de consumo sofisticados, etc. A gestão do crédito representa, principalmente, uma postergação ou antecipação das frustrações dos trabalhadores-consumidores. E nesse sentido é um eficiente meio de controle ideológico da luta de classes. Mais uma vez, por detrás de uma simples política "econômica", transparece toda a "ambição" keynesiana de gestão dos movimentos dos trabalhadores. Sem dúvida alguma, o poder de determinar os momentos mais ou menos agudos da frustração consumista das classes trabalhadoras é de grande valia para as táticas e estratégias da burguesia.

Enfim, a Política de Gastos Públicos aparece como possuindo o poder de enfraquecer as alianças dos trabalhadores estabelecidas na sociedade civil. As construções de hospitais, de centros de recreação e de um sistema de seguridade social desenvolvido, enfraquecem as estratégias privadas de sobrevivência dos trabalhadores. Este direcionamento dos gastos públicos enfraquece as redes de solidariedade e de ajuda mútua.

implantadas na sociedade civil (vizinhos, aparentados, família nuclear, clubes de mães, etc.), favorecendo a utilização dos serviços públicos⁽⁷⁾ controlados, em parte, pela burguesia.

Não é de se estranhar, então, que Gorz tenha comparado esta situação a uma substituição da sociedade civil pelo Estado (GORZ, 1988) e, conseqüentemente, a um esvaziamento dos projetos societários empreendidos pelos trabalhadores. Em resumo, os Gastos Públicos dispensam "o movimento operário de promover uma sociedade diferente", pois eles mascaram "as deficiências societárias próprias do capitalismo liberal" (GORZ, 1988, p.227). Compreendendo a importância política e ideológica das idéias de Keynes, Coriat pôde, então, manter-se fiel às concepções regulacionistas e, ao mesmo tempo, encontrar uma explicação para a superação da crise de 1929. Logo, é seu também o mérito de ter proporcionado uma explicação coerente para o processo que desencadeou a construção da Regulação que se seguiu, da Regulação Monopolista, cuja implantação definitiva ocorre em meados dos anos 40.

A REGULACÃO MONOPOLISTA

Ao findar a 2º Guerra Mundial, as autoridades dos países desenvolvidos tinham em mãos um conjunto de instrumentos "econômicos" que lhes permitiam, mais do que nunca, influenciar decisivamente a condução de suas economias: o esboço de um Estado-Providência, uma extensa legislação trabalhista e a institucionalização dos sindicatos.

Somando-se a isto a enorme vaga de inovações tecnológicas advindas das "pesquisas de guerra", a existência de um parque industrial devastado (Europa) ou dirigido para a produção de armamentos (EUA) e uma imensa disponibilidade de força de trabalho, encontramos um conjunto de condições favoráveis -, sejam elas econômicas ou político-ideológicas -, à construção de um longo período de "harmonia social" e de convivência pacífica

(7) "Que são pagos com nosso dinheiro" apregoa a liderança sindical.

entre capital e trabalho: entramos, pois, no período da Regulação Monopolista (1945-1974).

Neste período de harmonia classista, o acesso de largas camadas da população trabalhadora ao consumo de bens duráveis (automóveis, eletro-eletrônicos, etc.), assim como a melhoria das condições de trabalho dos assalariados, eram condições primordiais para a consolidação deste pacto social entre trabalhadores e capitalistas.

Lembremo-nos que, já em meados da década de 1930, o Presidente dos Estados Unidos (Roosevelt), declarava num encontro com a "National Manufacturers Association": Agora fazem mais de 23 anos que eu estou em contato com vocês. E pelo que eu sei, a NMA nunca fez estudos, ou tomou posição, sobre a questão do salário mínimo durante todo este período; vocês nunca fizeram estudos, ou tomaram posição, sobre a redução das durações excessivas do trabalho durante este período; vocês nunca fizeram estudos, ou tomaram posição, sobre a indenização dos acidentes de trabalho, salvo para serem contra; vocês nunca fizeram estudos ou tomaram posição sobre o seguro-desemprego, salvo para serem contra." (CORIAT, 1979, p.154).

Parecia haver um consenso sobre a necessidade de se melhorar as condições de vida dos trabalhadores, mas também de melhor controlá-las: no interior do processo de trabalho capitalista, consolida-se - com a ajuda da revolução tecnológica provocada pela guerra - o processo relativo de extração de mais-valia como forma predominante de exploração da força de trabalho. Com o acréscimo espetacular da produtividade do trabalho daí advindo, fazia-se possível e desejável, um aumento concomitante dos lucros e dos salários reais. A demanda de bens-salário aumenta consideravelmente e impõe um crescimento proporcional da produção. Às especificações tayloristas incorporam-se as sugestões de H. Ford, instaurando o que os regulacionistas denominam de Regime de Acumulação Intensiva e sua correspondente relação salarial, a Relação Salarial Fordista.

No âmbito das relações jurídicas entre patrões e empregados, as convenções coletivas - com a ajuda da institucionalização dos sindicatos - passam a reger as condições de pagamento e de trabalho. Mas o Estado se propõe também a intervir na:

- "fixação de um quadro jurídico-legal consistindo num conjunto de regras e de normas que dizem respeito à própria relação de exploração (duração do trabalho, horas extras, trabalho infantil, salário...);

- "instauração do salário indireto (salário-família, doença, aposentadoria), para repartir diferentemente as relações que dizem respeito às condições mercantis e não-mercantis de constituição da força de trabalho [...];

- e enfim, "na estruturação inteiramente nova da assistência aos desempregados e aos acidentados, concebida não mais como um sistema de ajuda aos mais pobres (o que eram as leis sobre os pobres), mas doravante concebida como meio de enquadramento e de controle das forças de trabalho, concorrendo para mantê-las em reserva da produção capitalista e do salariado". (CORIAT, 1979, pp. 154-155).

A Regulação Monopolista pode ser então conceituada como o período de maturidade do Estado-Plano keynesiano. O período no qual a moeda fiduciária não apenas convive com o lastro-ouro, mas independentiza-se do mesmo. O período no qual a Gestão do Crédito deixa de ser um dilatador-compressor do poder aquisitivo, mas incorpora-se ao próprio poder de compra dos assalariados. O período no qual os Gastos Públicos deixam de representar os favores do Estado, passando a representar o conteúdo necessário e intrínseco da própria atividade social do Estado.

Por outro lado, a maturidade do Estado-Plano keynesiano contém em si mesma todos os ingredientes de sua própria "esclerose": 1) a independência em relação ao lastro-ouro conduz a um processo inflacionário crítico, 2) a dilatação contínua do poder aquisitivo - via gestão do crédito - conduz a uma taxa de endividamento privado insustentável, e 3) o crescimento contínuo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
BIBLIOTECA

dos gastos públicos acaba por se chocar com os interesses de vários capitais particulares e a produzir uma quase-insolvência do Estado. Evidentemente estes ingredientes se interrelacionam e se compõem de múltiplas formas. No entanto, vamos apenas ressaltar a consequência mais marcante destes interrelacionamentos: o descrédito completo do Estado-empendedor e a conseqüente "nouvelle vague" do liberalismo econômico. Elegemos este aspecto da decomposição da Regulação Monopolista por ser ele representativo de um dos momentos mais dramáticos por que passa a classe trabalhadora dos países desenvolvidos: o momento da privatização selvagem e do desmantelamento dos sistemas de seguridade social.

No entanto, o desmantelamento da Regulação Monopolista deve ser também observado sob outro prisma, o do término do "namoro" entre capitalistas e trabalhadores:

a) Com o (des)controle monetário, as técnicas de gestão das quantidades e dos fluxos de dinheiro não mais proporcionam a "ilusão monetária", ou a ilusão de aumentos reais de salários com base num acréscimo da quantidade dos símbolos monetários recebidos pelos trabalhadores. Fragiliza-se, então, a possibilidade de cooptação dos assalariados e de seus dirigentes, assim como a de monitoramento dos seus movimentos;

b) Com as altas taxas do endividamento privado, os trabalhadores tomam ciência das dificuldades de continuarem a usufruir dos desenvolvimentos tecnológicos e dos bens de consumo sofisticados derivados. Logo, suas frustrações como consumidores não podem mais ser sublimadas pelas benesses do crédito fácil, e a burguesia perde mais um de seus instrumentos de controle da força de trabalho. Deste momento em diante o capital não pode mais influir decisivamente na determinação dos instantes, mais ou menos convenientes (para o capital, lógico), para a eclosão dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores;

c) Com o desmantelamento dos sistemas de seguridade social, não diminui apenas o poder aquisitivo dos trabalhadores em bens de saúde e de lazer. Os assalariados refazem suas redes privadas de entre-ajuda, reativam suas soluções de lazer

não-mercantis e comunitárias (saem dos clubes da empresa e fundam clubes de bairro, estreitam seus laços familiares e de vizinhança, etc.). Enfim, os trabalhadores recomeçam a (re)compor e exercitar um projeto próprio de sociedade.

PARA TERMINAR

Enfim, com a desestruturação da Regulação monopolistas, os trabalhadores têm condições de perceber as mazelas do "capitalismo liberal" (GORZ). A partir de 1974, foram por terra os fundamentos econômicos e político-ideológicos da Regulação que se instalou em 1945, e uma nova Regulação está em gestação. No entanto, os regulacionistas ainda tateiam em busca de suas características. Alguns autores, como Sabel e Coriat, parecem vislumbrar um futuro onde o "trabalho flexível" (a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho autônomo e/ou temporário) e a "robótica" (concentração do trabalho humano nas tarefas de concepção/criação) compõem a base econômico-institucional do próximo Regime de Regulação. Estes estudos, porém, não conseguem ultrapassar de muito uma simples sistematização do que podemos observar empiricamente no interior dos atuais processos de trabalho industriais de alguns países do primeiro mundo (principalmente na Itália, no Japão e nos EUA).

O empirismo reinante nos estudos mais recentes vinculados à teoria da regulação não é, em si mesmo, reprovável. Quando nos lembramos, porém, que a desestruturação da Regulação Monopolista se deu há 20 anos, várias dúvidas nos assaltam. E entre elas a de que os regulacionistas estão teoricamente "perdidos", sem um rumo determinado e, principalmente, que talvez não estejam se dando conta da fragilidade metodológica de sua teoria.

Sem dúvida alguma a Teoria da Regulação deu um novo alento à teoria das crises, ao estudo das relações entre o Estado e a Economia, à compreensão do processo de trabalho capitalista e às relações entre a Ciência da História e a Teoria Econômica.

No entanto, o essencial ainda está para ser feito: uma reestruturação metodológica que ofereça os fundamentos teóricos necessários para se detectar a natureza da crise que se vive **no momento que a vivemos**. Caso contrário, dentro em breve a Teoria da Regulação tornar-se-á uma disciplina da Ciência da História.

ANEXO*

Visando facilitar a intuição de alguns conceitos, elaboramos um pequeno esquema das definições que nos interessam mais de perto. Visamos, principalmente, explicitar as relações de abrangência hierarquizada existentes (nas quais o regime de regulação, por exemplo, é o nível de maior abrangência).

"Formas institucionais"

" [...] conjunto de relações sociais fundamentais" e que "realiza a passagem entre as imposições associadas a um regime de acumulação e as estratégias coletivas, entre a dinâmica econômica e os comportamentos individuais".

- Formas de relação salarial
- Expressões da concorrência
- Tipos de inserção internacional
- Papeis do Estado

Formas de Relação Salarial

1) Tradicional: subsunção formal; 2) Taylorista: controle (individual) da força de trabalho pela oferta e pela procura, e extração absoluta de Mais-Valia; 3) Fordista: controle (coletivo) político-ideológico da força de trabalho, e extração relativa da Mais-Valia.

* Todas as citações foram retiradas de BOYER, 1989.

Papéis do Estado

- 1) Regulação Concorrencial: atuação das forças "cegas" de mercado.
- 2) Regulação Monopolista: Gerenciamento e controle da força de trabalho, e atuação econômica direta.

"Regime de Acumulação"

"[...] principal força da dinâmica das sociedades capitalistas" ou "toda forma de articulação entre a dinâmica do sistema produtivo e a demanda social, entre a repartição salário-lucro, por um lado, e consumo-investimento, por outro".

- Extensivo
- Intensivo

Extensivo

- 1) Exclusividade das formas de extração absoluta da Mais-Valia;
- 2) Predomínio das técnicas capital-extensivo;
- 3) Dependência de condições externas ao capitalismo.

Intensivo

- 1) Exclusividade das formas de extração relativa da Mais-Valia;
- 2) Predomínio das técnicas capital-intensivo;
- 3) Auto-suficiência (endogenia) do capitalismo.

"Regime de Regulação"

"[...] conjunção de mecanismos e de princípios de ajustamento associados a um conjunto dado da relação salarial (tradicional, taylorista ou fordista), da concorrência (natureza da concentração técnica e da centralização financeira), das intervenções do Estado (do Antigo Regime, liberal, inserido), em particular no domínio monetário (padrão-ouro, moeda de crédito) e da hierarquização da economia internacional.

Concorrencial

1) Produção e Consumo ajustados pelo mercado; 2) Pouca flexibilidade na gestão monetária.

Monopolista

- 1) Produção e Consumo ajustados institucionalmente;
- 2) Moeda fiduciária;
- 3) Essencialidade do Crédito;
- 4) ênfase na exterioridade econômica das ações do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, M. & ORLEANS, A. (1984). *La Violence de la Monnaie*. Paris, PUF, 1984, 1: ed. 1982.
- BOBBIO, N. (1982). *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- BOYER, R. (1979). "La Crise Actuelle: une Mise en Perspective Historique". in Critiques de Économie Politique, Paris, La Découverte, nouvelle série, n: 7-8, abril-setembro de 1979.
- BOYER, R. (1987). *Réflexions sur la Crise Actuelle*. Paris, CEPREMAP, 1987.
- BOYER, R. (1989). "Régulation: Problemes, Méthodes et Résultats", in *La Science Economique en France*, Paris, La Découverte, 1989.
- BOYER, R. (1990). *A Teoria da Regulação: uma Análise Crítica*. São Paulo, Nobel, 1990, 1: ed. 1986.
- BUFFET, J. (1988). "État, Classes Sociales et Industrialisation au Brésil", in: *Politiques d'Ajustement Economiques et Recompositions Sociales*, Paris, G.R.E.I.T.D., 1988.
- CAMPOS, L. (1980). *A Crise da Ideologia Keynesiana*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

- CORIAM, B. & SABOIA, J. (1987). "Régime d'Accumulation et Rapport Salarial au Brésil", in: *Centre de Recherches sur l'Amérique Latine, Paris, 1987.*
- CORIAM, B. (1979). *L'Atelier et le Chronomètre.* Paris, Christian Bourgeois, 1979.
- CORIAM, B. (1989). "L'économie du Travail". In: *La Science Economique en France, Paris, La Découverte, 1989.*
- COUTINHO, C.N. (1981). *Gramsci.* Porto Alegre, L&PM, 1981.
- GORZ, A. (1988). *Métamorphoses du Travail: En quête du Sens.* Paris, Galile, 1988.
- GRUPPI, L. (1978). *O Conceito de Hegemonia em Gramsci.* Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- KEYNES, J.M. (1963). *Essays in Persuasion.* Londres, Norton, 1963.
- KEYNES, J.M. (1969). *Théorie Générale de L'emploi de L'interêt et de la Monnaie.* Paris, Payot, 1969.
- KEYNES, J.M. (1978). "Consequências das Alterações no Valor da Moeda para a Sociedade". In: *Economia* (coletânea). São Paulo, Ática, 1978, 1: ed. 1923.
- KEYNES, J.M. (1978). "O Fim do Laissez-Faire". In: *Economia* (coletânea), São Paulo, Ática, 1978, 1: ed. 1926.
- LATOUCHE, S. (1989). "Économie et Antiéconomie du Développement". In: *La Science Économique en France, Paris, La Découverte, 1989.*
- LATOUCHE, S. (1989). "Éssai sur les Limites de l'Analyse Regulationniste dans le Contexte de la Crise Contemporaine". In: *Révue du Mauss, Paris, La Découverte, nouvelle série, premier trimestre, 1989.*
- LAUTIER, B., MIRAS, C. & MORICE A. (1991). *L'État et l'Informel.* Paris, L'Harmattan, 1991.
- LIPIETZ, A. (1985). *Le National et le Régional: Quelle Autonomie face la Crise Capitaliste Mondiale?* Paris, CEPREMAP, 1985.
- MALAGUTI, M.L. (1982). "A Falência da Ciência Econômica Acadêmica". Lisboa, *Diário de Lisboa*, 20 de outubro de 1982.

- MALAGUTI, M.L. (1990). "O Marx Positivista": Uma Leitura do Posfácio da Segunda Edição Alemã de O Capital". In: Raízes, Campina Grande, UFPB, No. 7, 1990.
- MALAGUTI, M.L. (1991). "Neoclássicos e Marxistas: Uma Confrontação Metodológica". In: Raízes, Campina Grande, UFPb, No. 8-9, 1991.
- MALAGUTI, M.L. (1992). *Le Salarariat Incontesté: Une Approche du Monde du Travail à Campina Grande-PB*. Tese de doutorado, Amiens, França, 1992.
- MALTHUS, T-R. (1963). *Éssais sur le Principe de Population*. Paris, Denokl/Gonthier, 1963.
- MARX, K. (1977). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- MARX, K. (1977). *Le Capital*. Paris, Editions Sociales, 1977.
- MARX, K. (1983). *Teorias da Mais-Valia*. São Paulo, Difel, 1983.
- MARX, K. (1983b). *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante, 1983.
- MENDONÇA A. & RIBEIRO, N. (1985). "O Marxismo e a Crise Económica Actual". In: *O Marxismo no Limiar do ano 2000*. Lisboa, Caminho, 1985.
- MORIN, E. (1990). *Science avec Conscience*. Paris, Fayard, 1990.
- NASCIMENTO, E. (1993). "Notas a Respeito da Escola Francesa da Regulação". In: Revista de Economia Política, v.13, Nº 2, abril-junho de 1993.
- NETO, G.B. (1992). "A Teoria Econômica do Casamento e do Divórcio". In: Análise Econômica, Nº 18, setembro de 1992.
- PORTELLI, H. (1977). *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- POSSAS, M. (1988). "O Projeto Teórico da Escola da Regulação: Alguns Comentários". In: Novos Estudos Cebrap, Nº 21, julho de 1988.
- RICARDO, D. (1977). *Des Principes de l'Économie Politique et de L'impôt*. Paris, Flammarion, 1977.

SABEL, C.F. (1985), *Trabajo y Política: La División del Trabajo en la Industria*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985, 1ª ed. 1982.

CONTROVÉRSIAS SOBRE A NEW ECONOMIC HISTORY

Josemir Camilo de Melo
Professor de História, UFPB

Este artigo é uma retomada de outro publicado nesta revista, sob o título "A Ideologia da New Economic History", essencialmente um comentário crítico da obra de Patrick O'Brien⁽¹⁾. Aqui se pretende abordar as contradições existentes entre economistas e historiadores a respeito desta escola, bem como entre marxistas e seguidores da New Economic History.

A Nova História Econômica, ou New Economic History, como é internacionalmente conhecida, é uma nova metodologia criada por economistas e historiadores para levar adiante pesquisas históricas em áreas onde os métodos tradicionais não foram capazes ainda de prover bons resultados: Sua mais importante característica é o uso de matemática e computadores para lidar com séries de dados. Os que trabalham com tal metodologia se utilizam da História, da Economia, da Estatística e da Filosofia e do método hipotético-dedutivo, numa tentativa de obter respostas satisfatórias, embora hipotéticas, sobre problemas específicos de certas sociedades históricas. Tal metodologia tem sido aplicada em estudos acerca do trabalho escravo e sobre ferrovias, como, por exemplo os trabalhos de Fogel e Coatsworth e qualquer assunto da História Econômica onde se possa aplicar as categorias de poupança social e análise contrafactual⁽²⁾.

(1) MELO, Josemir Camilo de. "A Ideologia da New Economic History". In: *Raízes*. Nos. 2-3, Campina Grande, Jan-Dez. 1983, pp.177/181; O'BRIEN, Patrick. *The New Economic History of the Railways*. London, 1977. Agradeço os comentários feitos ao texto original por José Jobson de Andrade Arruda.

(2) FOGEL, Robert William. *Los Ferrocarriles y el Crecimiento Económico de Estados Unidos*. Madrid, 1972; COATSWORTH, John. *Growth against Development (the Economic Impact of Railroads in Porfirian Mexico)*. North Illinois University Press, 1981.

A despeito de todos estes instrumentos e das técnicas modernas, tanto a própria Escola, bem como seus resultados, estão cheios de controvérsias. Uma delas é ideológica, já que esta metodologia tem sido aplicada em estudos sobre economias capitalistas, sob a teoria econômica clássica. Nenhum estudo, parece, tem sido produzido dentro de e sobre o modo de produção socialista, apesar de uma informação do professor Eric J. Hobsbawm, de que havia um estudo sobre a Lituânia⁽³⁾. No entanto esta pequena experiência com um país não tipicamente soviético, como a Lituânia (considerando que o socialismo lá era um tipo de ditadura russa, imposta por Stalin em 1936), não acreditamos que seja uma amostra de boa representatividade, muito embora Lenin e Marx usaram bastante de análises quantitativas.

A tendência à teoria clássica é revelada por O'Brien, quando diz que "Alternativamente os historiadores da New Economic History têm trazido respostas a uma espécie de questões onde o instrumental da teoria clássica, em geral e da análise neo-clássica em particular, podem ser usados com o máximo efeito"⁽⁴⁾.

O universo onde a NEH tem sido aplicada limita-se a alguns países da Europa, Estados Unidos, Austrália, México e Peru. Além do mais, a NEH não leva em consideração o processo histórico da acumulação primitiva de capital. A Escola prefere usar o conceito de fatores de produção, como ele aparece ao longo de todo o corte epistemológico, dentro do binômio "inputs/outputs". Até certo ponto isto parece ser uma questão tautológica: "(...) maior taxa de crescimento deve vir (de mais fatores) (...) terra, trabalho, capital, educação e organização empregados (...) para produzir output"⁽⁵⁾.

(3) CAMILO, Josemir e BRANDÃO, Marcus Venicius. "ERIC J. HOBSBAWM: (Entrevista)". A União, João Pessoa, 21/2/91, PP. 12/13.

(4) O'BRIEN, Patrick. *The New Economic History of the Railways*. London, Croom Helm, 1977. p.18; Fogel, op.cit.,p.114.

(5) O'Brien, op. cit. p.16.

Por outro lado, cada historiador prefere trabalhar com dados produzidos por um tipo de sociedade historicamente definido⁽⁶⁾, o que parece um tipo de positivismo, isto é, a realidade histórica não é questionada ao todo. É dada como fato real. Assim, o fato é a realidade. Eles pensam que o fato de manipular dados estatísticos os leva a serem mais científicos que os estudiosos da velha História Econômica. Põem mais importância na escolha dos inputs e sua quantificação do que sobre o método "genético". Agindo assim, eles negligenciam a História como um processo evolutivo. Neste caso, os historiadores usam um sofisticado método estruturalista, coletando da História somente aqueles aspectos (inputs) que lhes interessam, para organizar matematicamente suas tabelas. Em seguida, eles comparam várias estruturas, uma com a outra, reduzindo a História a uma armação teórica pré-fabricada⁽⁷⁾.

Como os historiadores da NEH não descobriram ainda um novo método, mas apenas têm aplicado técnicas estatísticas a um particular modo de produção, eles têm tido certo sucesso em medir, por exemplo, produtividade, mas ao nível micro-econômico. No entanto, seus argumentos são menos científicos do que eles pensam, devido a controvérsias sobre os limites teóricos, como O'Brien enfatiza: "(...) nem teoria nem estatística são aptos para resolver disputas sobre a razoável ou plausível taxa de mudança estrutural"⁽⁸⁾. Ele também discorda dos pioneiros da escola, precisamente com relação aos grandes temas da história e reconhece a grande contribuição da velha escola de

⁽⁶⁾ O que os economistas buscam é uma análise baseada no equilíbrio; no entanto, o papel do historiador é exatamente trabalhar com as mudanças. Ver Camilo e Brandão, op. cit.

⁽⁷⁾ O'Brien, op. cit. p.17; Prado Júnior, Caio. "História Quantitativa e Método da Historiografia". In: Debate e Crítica, N° 6, São Paulo, 1975, p.6; Fogel acha que seu método produz uma história científica. Ver LIGHTNER, David L. "Railroads and the American Economy. The Fogel Thesis in Retrospect". In: The Journal of Transport History, Vol.4, pp.20/34.

⁽⁸⁾ O'BRIEN, op. cit. p.19; Ver também deste mesmo autor *Transporte y Desarrollo Económico en Europa. 1789-1914*. (Madrid, s/ data). p. 26; LIGHTNER, op. cit; p.25.

História Económica como supridora de históricos detalhes e perfil do mecanismo de desenvolvimento numa sociedade capitalista.

Como o objetivo da NEH é evitar erros como os cometidos pela velha escola da História Económica (descrição factual sem análise), seu primeiro passo é medir a diferença entre o custo do transporte das ferrovias e de outros meios de transporte. Assim fazendo, historiadores e economistas encontram o impacto causado pelos serviços ferroviários sobre a poupança social ("social savings"), muito embora sem usar conceitos da economia política, o que torna isto uma mera retrospectiva econométrica⁽⁹⁾.

De outro modo, a análise contra-factual é uma técnica aplicada para revelar se o conceito de poupança social é ou não uma falsa proposição em História. Tal conceito está baseado num hipotético argumento, através do qual podemos comparar, histórica e empiricamente, a realidade com a suposição de que tal realidade nunca existira. Isto não passa de um exercício teórico, na certa, e cuja conclusão não é historicamente lógica. Poupança social portanto, segundo O'Brien, é "(...) a diferença entre o custo de transporte, de fato, em um dado ano, e o custo alternativo de transporte exatamente dos mesmos bens entre os mesmos pontos sem ferrovias"⁽¹⁰⁾. Ou seja, para revalidar o conceito de "poupança social", a NEH recorre a outro conceito, a "análise contra-factual". Este nada mais é que um argumento hipotético que a Escola usa para comparar a realidade empírica, como uma realidade, se assim podemos dizer, virtual. Uma história onde supomos que tal realidade nunca tenha existido. Isto é, nos parece um silogismo: se a primeira premissa é aceita, a segunda estará correta.

A respeito deste conceito, há muitos pontos de vista entre os historiadores da NEH. Fishlow, Hawke e Maze, por exemplo, parecem

⁽⁹⁾ A respeito do conceito de economia retrospectiva, ver Pierre Vilar "Para una Mejor Comprension entre Economistas y Historiadores. "Historia Cuantitativa" o Economia Retrospectiva?" In: *Que es la Historia Cuantitativa?* Buenos Ayres, 1973, pp.69-97

⁽¹⁰⁾ O'BRIEN, *The New Economic History of the Railways*. p.18 and "Transporte y Desarrollo Economico en Europa", 1789-1914. p.26.

usar um raciocínio mais hipotético, ao excluir as mudanças positivas ou negativas durante um dado ano⁽¹¹⁾. No entanto, isto raia ao absurdo, desde que a história tem que ser vista como um todo. Fogel, por exemplo, prefere comparar a diferença de inputs entre "(...) o nível de renda real de 1890 e o nível da renda nacional que teria prevalecido se a economia tivesse feito um ajustamento o mais eficiente possível ajuste dos transporte à ausência de (...) ferrovias"⁽¹²⁾. Evidentemente, se um setor da produção é fechado ou desativado por muito tempo, teria de haver formas de investimentos do PNB, como em canais, rodovias e obras públicas etc.

Este tipo de economista baseia suas suposições sobre um fechamento abrupto de uma ferrovia depois de sua construção e calcula o output através dos fretes resultantes do tráfego de bens durante o dado ano. O próximo passo é comparar com fretes de outros meios de transportes. O montante de poupança social será a média do output ferroviário dentro do PNB⁽¹³⁾. Tal argumento é uma falsa interpretação, principalmente com respeito ao conceito de poupança social como um montante "(...) igual ao benefício extra obtido pela sociedade..."⁽¹⁴⁾. Agindo assim, eles parecem com pensadores holistas, tomando a sociedade como um todo, sem conflitos sociais e ausente de interesses de classes. Lucro e mais-valia (de acordo com a teoria marxista), por exemplo, vão para aqueles que controlam os meios de produção, isto é, o capital. Além do mais, que valor tem o conceito de poupança social para a História Econômica, se é cotado somente para um limitado e dado tempo (um ano, por exemplo)? Para transferir tal avaliação para uma série de anos, isto não passa de um mero exercício

(11) Sobre as críticas a Fogel, ver LIGHTNER, David L. "Railroads and the American Economy. The Fogel Thesis in Retrospect". In: *The Journal of Transport History*, Vol.4, Nº 2, 1983, pp.20-34,

(12) Ver O'Brien, *The New Economic History of the Railways*. p.32; CHAUNU, Pierre. "A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva." In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org.) *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1967, p.49.

(13) O'BRIEN, "Transporte y Desarrollo Economico en Europa", op.cit. p.25.

(14) O'BRIEN, *The New Economic History of the Railways*. p.24.

de matemática e não História em si mesma. Teríamos, assim, uma História de "se", uma História hipotética. O'Brien chama a atenção sobre a generalização de dados de um simples ano, e mais ainda ele diz que "(...) ferrovias nunca fizeram uma diferença entre crescimento e estagnação"⁽¹⁵⁾.

Outro conceito muito em voga na NEH é o de "taxas sociais de retorno", isto é, o excedente do consumidor somado à receita bruta, menos as despesas e depreciação do capital, mais (...) todos os benefícios adicionais positivo ou negativo, acrescidos a grupos sociais e empreendimentos na economia (...) para um dado ano⁽¹⁶⁾ Isto parece impossível de ser medido, levando-se em conta que, no caso do Brasil, nós temos uma larga herança colonial. Viajar em trens no Brasil nunca poderia ser comparado com os Estados Unidos, onde foi criado um tráfego regular de passageiros. "Taxas sociais de retorno" são deduzidas tanto da oportunidade que alternativos meios de transporte possam ter, quando uma ferrovia é desativada, bem como do incremento que os produtores pagam como salvaguarda da produção e circulação das mercadorias através de outros meios de transporte. No entanto, O'Brien, diverge desta opinião afirmando que "(...) as taxas marginais de retorno sobre o capital investido em ferrovias, num dado ano, diz muito pouco a respeito da importância geral" (17).

Não há consenso também, entre os historiadores da NEH, com respeito ao conceito de "análise contra-factual". Floud e O'Brien, por exemplo, mostram desconfiança e mantêm uma margem de reserva sobre os resultados obtidos através deste método e conceito⁽¹⁸⁾.

Muitas divergências existem entre os schollars da NEH, como sobre o conceito "linkage" entre ferrovias e industrialização. Antes de tudo, a ferrovia deve ser considerada como uma indústria, como Marx argumenta. Parece que os historiadores da NEH não consideram

(15) O'BRIEN, *The New Economic History of the Railways*. pp.38/9; FOGEL, op. cit. p.56.

(16) O'BRIEN, *The New Economic History of the Railways*. p.41.

(17) O'BRIEN, *The New Economic History of the Railways*. pp.43,53/4.

(18) Sobre esta controvérsia, ver LIGHTNER, op.cit. pp.20/34.

ferrovia como indústria em si mesma. Mesmo admitindo esta lacuna, os teóricos da NEH concluem que as ferrovias foram importantes como investimento de bens em período de recessão. Eles não se dão conta que tal argumento prova exatamente que a ferrovia é uma indústria em si mesma, cuja produção é a mercadoria tempo/valor do produto, ou seja, a produção de uma certa mercadoria só se torna possível com o grande encurtamento progressivo do tráfego, adicionando ao produto valor de mercadoria⁽¹⁹⁾. Em algumas instâncias, transformando valores de uso em valores de troca, como alguns horti-fruti-granjeiros de fundo de quintal que, de repente, viram mercadoria de consumo na capital, levados pelo trem⁽²⁰⁾.

Por outro lado, se as ferrovias foram de grande influência em períodos contra-cíclicos tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, este não foi o papel das rodas de ferro no Brasil, onde investidores aplicavam seu capital praticamente devido ao retorno da taxa de 7% de juros paga em ouro, em Londres, pelo governo brasileiro. O sistema ferroviário, implantado no Brasil, obedecia aos princípios do "neo-colonialismo", ou seja, a aliança do sistema ferroviário com o modelo de exportação de produtos primários, em que as ferrovias eram construídas para ligar as zonas agrícolas ao porto de exportação⁽²¹⁾.

MARXISTAS E A NEH

É em torno da análise contra-factual que a NEH recebe a maior carga de críticas. Na Inglaterra, um dos nichos ideológicos da escola, a NEH tem sido atacada por marxistas, mas pela recente corrente socialista e feminista da Workshop History, liderada por Hobsbawm.

(19) MARX, Karl. *O Capital*. Livro Segundo, Vol.III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (s/ data). pp.56, 152/3 e 155.

(20) VAN UFEL (Pseudônimo). *A Ferrovia do Recife ao Limoeiro*. Recife, Typographia Industrial, 1885.

(21) O'BRIEN, *The New Economic History of the Railways*. p.57; SAES, Flávio. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo, Hucitec, 1986, pp.19-27; Sobre o conceito de "neo-colonialismo" ver Tulio Halperin Donghi. *História da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo, 1870/1940*. São Paulo, Hucitec/INL/MEC, 1981, p.32.

Roderick Floud, um dos corifeus da NEH, tem polemizado com os marxistas em si e com os defensores da Workshop History. Quanto aos marxistas, Floud critica a incapacidade deles de se engajar em pesquisas de dados⁽²²⁾. Pierre Villar chama a NEH de Economia retrospectiva, enquanto outros historiadores econômicos rejeitam a NEH como uma moda dos anos 70, como ironiza Cannadine: "The Climateric of the Cliometric has come and gone" (O climatério da cliométrica vem e vai)⁽²³⁾.

A History Workshop ataca a NEH afirmando que "O interesse em números e seu uso está perfeitamente ligado à ausência de quaisquer questões propriamente históricas" e o que eles estão fazendo "(...) é impor idéias modernas sobre o passado"⁽²⁴⁾. Floud ainda argumenta seu desapontamento sobre a tática de se evitar dados quantitativos, quando eles não estão à mão. Mesmo assim, ele mostra como um historiador social escreveu um livro sob a perspectiva marxista usando o método quantitativo, como John Foster em seu "Class Struggle and the Industrial Revolution"⁽²⁵⁾.

Contra a idéia de que os historiadores quantitativos têm despolitizado a História social devido à sua obra com séries matemáticas, Floud acusa os historiadores da "Workshop" de serem corifeus de uma (...) recriação romântica da experiência individual, uma tentativa de fazer ressurgir a vida do passado, (o que) é um estilo de história que está firmemente implantada dentro da tradição humanística do conhecimento histórico, impressionista, emotivo e quente ao coração. Os marxistas são românticos e ineptos para fazer grandes investimentos sobre dados quantitativos, o que necessita de coragem, já que a pesquisa é um difícil e doloroso trabalho⁽²⁶⁾.

(22) FLOUD, Roderick. "Quantitative History and People's History". In: History Workshop, Issue 17, (Oxford), 1984, pp.113/124.

(23) CANNADINE, David. Thoughts on the New Economic History, after Floud, op. cit. p.114.

(24) Ver a opinião de Judt em Floud, op. cit. p.118.

(25) Floud, op. cit. p.119.

(26) Floud, op. cit. p.121.

Floud tem alguma razão em seu comentário contra os marxistas, mas, por outro lado, a NEH não usa qualquer categoria econômica marxista, como modo de produção, mais-valia e acumulação primitiva de capital. Isto quer dizer que a NEH é ainda um método disponível somente para o modo capitalista de produção. Logo, usando somente categorias da economia clássica, seus temas percorrem somente os caminhos da estrutura ideológica capitalista. Por exemplo, parece inadequado aplicar a análise contra-factual sem se ter em mente a função da acumulação primitiva de capital na formação do capitalismo. A ferrovia, em si mesma, é um resultado da acumulação de capital realizada no período colonial. Avaliar se as ferrovias foram ou não importantes para o processo de industrialização ou para a economia nacional, parece ser um mero exercício hipotético, que não soma nenhuma nova informação ao processo Histórico. É, no caso, como diz Hobsbawm, que a NEH é uma super simplificação da História, transformando-a numa série de equações matemáticas. Ele não acredita que, até o presente momento, a NEH tenha conseguido produzir novas idéias, novas proposições para a história⁽²⁷⁾.

Hobsbawm, no entanto, não é tão radical em suas críticas, tanto que defende, até certo ponto a NEH e faz algumas críticas ao radicalismo de alguns marxistas. Para ele, a mais importante função da NEH é testar teorias e verificar, com rigorosa análise, se elas permanecem. Hobsbawm diz ainda que o valor mais positivo desta Escola é testar a proposição de que a escravidão tornou-se economicamente não-rentável. Eles tentam mostrar que, em matéria de investir capital, a escravidão não tinha sido economicamente não-rentável. Isto, no entanto, só pode ser feito através dos métodos da NEH. O método e teoria, baseados em premissas de que a escravidão não foi rentável, deveriam ser revisados. Quanto aos ataques dos historiadores marxistas, Hobsbawm se opõe a certos grupos de

⁽²⁷⁾ CAMILO, Josemir e BRANDÃO, Marcus Venicius. "ERIC J. HOBSBAWM: (Entrevista)". A União, João Pessoa, 21/2/91, PP. 12/3.

esquerda que rejeitam usar dados estatísticos na história: "Eu não acredito que seus pontos de vista estão corretos"⁽²⁸⁾.

Hobsbawm não esquece, entretanto, de criticar a NEH sob o ponto de vista do historiador. A NEH, diz ele, aplica o conceito neo-clássico de equilíbrio. A dificuldade é que tal teoria não é bastante clara, tanto quanto mais realista ela seja e, mais ainda, a NEH frequentemente simplifica a realidade. Além do mais, a fragilidade em usar a teoria do equilíbrio é que os historiadores estão interessados precisamente em situações onde não há equilíbrio, onde as coisas estão exatamente mudando e não quando elas já têm mudado, permanecendo em ou atingindo o equilíbrio⁽²⁹⁾.

Outra contradição entre marxistas e a NEH, diz respeito ao conceito de poupança social, que é oposta ao de mais-valia. A NEH aplica aquela categoria para a economia norte-americana, mas se supõe que ela deva ser revisada quando aplicada, seja a sociedades coloniais, seja sobre economias dependentes. No caso do Brasil, o conceito de poupança social parece não ter valor, desde que grande número de ferrovias eram britânicas. Isto quer dizer que havia um fluxo de capital para o exterior, já que a mão-de-obra era muito barata e não havia qualquer legislação a respeito da jornada de trabalho (a mais-valia). Ademais, a aplicação de tal conceito sobre as ferrovias no Brasil não têm sentido já que o país não tinha meios alternativos de transportes, como canais e rios navegáveis, como nos Estados Unidos e Inglaterra. Ainda mais, o país tinha somente dois ou três produtos de exportação (açúcar, café e algodão), e mesmo assim isto dependia de diferentes regiões e tempos históricos⁽³⁰⁾.

(28) Idem, ibidem.

(29) Idem, ibidem.

(30) LEFF, Nathaniel. "Custos de Transporte, Investimentos em Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico no Brasil Durante o Século XIX". In: Estudos Econômicos, Vol. 14, N° 3, São Paulo, IPE, USP, 1984, pp.701,722.

HISTORIADORES BRASILEIROS E A NEH

A batalha a cerca dos princípios da NEH tem muitos críticos no Brasil, tanto da parte dos marxistas, como daqueles que seguem os parâmetros da Escola Quantitativa Francesa, e ainda por parte dos tradicionais economistas, keynesianos ou não. Os métodos quantitativos da Escola Francesa no Brasil são defendidos por ex-alunos da *École des Annales*, como Gadiel Perruci, que afirma que as técnicas da NEH não são senão maneiras neo-positivistas aplicadas à história, mascarada com um aparato estatístico, o qual, muitas vezes alucina alguns historiadores inconscientes e que tal escola não passa de modelos econométricos, cheios de séries de dados históricos, mas que não passa de um exercício de estilo, numa historiografia extremamente pobre como é a norte-americana. Perruci estudou os preços de produtos no final do século XIX em Pernambuco e infelizmente não faz qualquer referência a ferrovias⁽³¹⁾.

Da *École des Annales* é também Katia Mattoso e José Jobson, bem como a "Escola" quantitativa do Paraná. No entanto, Jobson tem posição diferente da de Perruci ao afirmar que os dados quantitativos não foram usados com maior aplicação por preconceito, por suspeição de empirismo pragmático. Jobson vai mais longe e faz clara distinção entre as variações da escola francesa, como a serial, de Chaunu, que passou a incorporar estudos também do político e das mentalidades. Neste caso, lembra Jobson, esta vertente diverge da história quantitativa de Marczewski, como se verá, adiante. Sobre o uso da NEH no Brasil, respondendo a uma questão, Jobson diz que ela só é exequível para os

(31) PERRUCI, Gadiel. "História Quantitativa em Questão". Recife, Universidade Federal de Pernambuco, *Cadernos PIMES*, N° 2, 1973, p.77; ainda do autor "Le Prix a Recife (1890-1950)". In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Paris, 1973, pp.219/230; e *A República das Usinas*. Rio de Janeiro, 1978, p.156. Perruci arrola vários historiadores engajados na História quantitativa como Istvan Jancso e Katia Mattoso "Como Estudar História Quantitativa da Bahia no Século XIX"; Mattoso "Os Preços na Bahia de 1750 a 1930" e Jôhildo Athayde "Epidemias e Flutuações na Bahia.

decênios mais recentes, em pleno século XX, porque antes o Brasil vivia uma era proto-estatística⁽³²⁾.

Entre todos estes historiadores quantitativistas, nenhum trabalha com ferrovias. Um dos poucos economistas que tem trabalhado com ferrovia, Flávio M. de Saes, também rejeita a NEH. Em seu livro "As Ferrovias de São Paulo, 1870-1940", ele critica o principal conceito da NEH, a análise contra-factual, já que este modelo não é adequado para a economia brasileira, com relação ao boom ferroviário, principalmente devido à inadequação de se comparar a ausência de ferrovias com alternativos meios de transporte. Saes critica os métodos da NEH, mas comete certa injustiça quando diz que nem mesmo os tradicionais meios de transporte, como lombo de burros e carros de boi, possuem os mais simples registros estatísticos⁽³³⁾.

Infelizmente, tenho que discordar um pouco de Saes no que diz respeito a dados de tradicionais meios de transporte. Pesquisando ferrovias no Nordeste, tive oportunidade de colher séries de dados importantes sobre açúcar e algodão carregados em lombo de burros e carros de boi. Algumas vezes não foi possível conseguir séries de dados, senão dados com algumas lacunas, que deveriam ser preenchidas com estudos hipotéticos e fazer algumas projeções. Os relatórios do consulado Britânicos estão cheios de dados particulares que podemos organizar em séries. Outras fontes são os jornais e os relatos de viajantes.

Voltando ao criticismo, Celso Furtado também toma posição contra a NEH, alegando que "(...) os modelos macro-econômicos que nos interessam, não são baseados numa "teoria geral" da realidade econômica, devido ao trabalho de estatísticos e economistas

(32) Ver José Jobson de Arruda Andrade "História Econômica: Problemas de Método e de Ensino", in: O Homem e a Técnica, Anais do IX Simpósio da ANPUH, pp.921 a 923 e 929; ainda de Jobson, ver "História e Crítica da História Econômica Quantitativa na Época Moderna", in: Revista de História, Vol.IV, N° 110; e "Resultados e Tendências da Pesquisa em História Quantitativa na Época Moderna". In: Revista de História, Vol. LVI, N° 112. (Ver bibliografia final).

(33) SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo, 1870/1940*. São Paulo, Hucitec/INL/MEC, 1981, p.40, nota 7.

empiricistas, que têm se dedicado a eles, depois de um longo tempo para estabelecer (...) o quadro de múltiplos processos sociais suscetíveis de serem quantificados. Este trabalho de cartografia social demanda alguma simplificação em todas as maneiras"⁽³⁴⁾.

No entanto, ele diz que "(...) esta construção não poderia ser possível se os economistas não tiverem uma idéia global sobre a realidade econômica"⁽³⁵⁾. Celso acrescenta que o problema é verificar em que maneira seria possível transpor um padrão de racionalidade de uma fase histórica para outra, o que está de fato, dentro de todo modelo macro-econômico. Não há análise macro-econômica sem uma globalização histórica. Mas é Furtado, no entanto, que aplica o conceito de "renda per capita" para estudos sobre a Colônia, em seu "Formação Econômica do Brasil".

Contrário a Celso, vem o seu colega naqueles "Colloques Internationaux", Oliver Onody, com seu ensaio, repleto de dados estatísticos, provar que o capital estrangeiro foi de grande vantagem para o desenvolvimento brasileiro. Usando um tipo de estruturalismo, Onody fornece-nos dados, mas padece de uma análise global⁽³⁶⁾. É semelhante ao caso de Mircea Buescu, autor de um compêndio de história quantitativa, que naqueles "Colloques" apresentou um trabalho sobre a inflação brasileira, numa visão mais próxima à NEH norte americana supn (37).

Os historiadores quantitativistas brasileiros seguem a Escola francesa e mesmo um marxista como Caio Prado Júnior, recorre ao

⁽³⁴⁾ FURTADO, Celso. "Analyse Économique et Histoire Quantitative". In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Colloques Internationaux du CNRS, Paris, 1973, pp. 20 e 24.

⁽³⁵⁾ Furtado, op. cit. p.24.

⁽³⁶⁾ ONODY, Oliver. "Quelques Aspects Historiques des Capitaux Étrangers au Brésil". In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Colloques Internationaux du C.N.R.S., Paris, pp.269/314.

⁽³⁷⁾ BUESCU, Mircea. "L'Inflation Brésilienne de 1850 à 1870: Monetarisme et Structuralisme". In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1850 à 1930*. Colloques Internationaux du CNRS, Paris, 1973, pp. 395/411; *Métodos Quantitativos em História*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1983.

historiador Pierre Villar para argumentar contra a NEH. Prado Júnior rejeita a aplicação de categorias de hoje sobre o passado histórico, como PNB e outros. Caio denomina a NEH de contabilidade retrospectiva⁽³⁸⁾. Outros, como Ciro Flamarion Cardoso, que produziu junto com Hector Perez Brignoli, um manual de métodos da história, também recusa a NEH, baseado no argumento de Pierre Villar. A principal objeção se refere à aplicação de conceitos modernos sobre situações históricas, e, mais precisamente, à análise contra-factual⁽³⁹⁾. Outro historiador hispano-americano Tulio Halperin Donghi comenta que a NEH é um método criado por economistas, baseado no método hipotético-dedutivo e não numa metodologia histórica. Halperin, ademais, não acredita que historiadores sejam capazes de reconstruir a História sem os fatos, ou mais ainda, sem uma global visão dos eventos⁽⁴⁰⁾.

A CRÍTICA FRANCESA SOBRE A NEW ECONOMIC HISTORY

A École des Annales tem produzido uma rica crítica contra a NEH através de seus principais historiadores como Frédéric Mauro, Pierre Chaunu, Pierre Villar, François Furet e outros. Mauro chega a ver um certo progresso nos estudos Anglo-saxônicos, mas argumenta que os historiadores e economistas que trabalham com tal escola têm a tendência de reduzir a história econômica em história contemporânea ou a um ingênuo universalismo, que é, de fato, uma visão de mundo ideológica. Chaunu, por sua vez, diz que a escola quantitativa americana comete um absurdo em tentar estudar as ferrovias dos

(38) PRADO JÚNIOR, Caio. "História Quantitativa e Método da Historiografia". In: *Debate e Crítica*, N° 6, São Paulo, 1975, pp.5, 6 e 16.

(39) CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, pp.37/9 e 65; ver também de Ciro Flamarion Cardoso, "História da Agricultura e História Regional: Perspectivas Metodológicas e Linhas de Pesquisas". In: *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979, pp.13/94.

(40) DONGHI, Tulio Halperin. "La Cuantificación Histórica: Trayectoria y Problemas". In: *Los Estudios Históricos en América Latina*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1977, pp.434/447.

Estados Unidos sem elas (a análise contra-factual). Ele reforça sua crítica, afirmando que a NEH é incapaz de estudar o período de 1800-1830, o qual mostra uma lacuna de visão global⁽⁴¹⁾.

Seguindo Chaunu, François Furet sustenta que os historiadores da NEH transformam o processo histórico numa econometria retrospectiva, resultando em um estudo de economia contemporânea. Sua crítica, porém, é mais dirigida à escola modelial. Para Furet, a história quantitativa não pode retroagir ao período anterior ao século XIX, mas só até o período da existência de dados, que é a época da centralização das monarquias européias. No entanto, Furet reconhece que história quantitativa "serial" (Chaunu) oferece vantagens de substituir os fatos positivistas e a repetição de dados. Daí que ele faz diferença entre as escolas de Marczweski e a de Chaunu. Mesmo assim, Furet mostra que a teoria da seriação de dados a longo termo - criando uma idéia de equilíbrio - parece-lhe uma idéia conservadora⁽⁴²⁾.

Pierre Villar, por sua vez, tentando descobrir as regras fundamentais de uma história marxista, ataca a história quantitativa proposta por Jean Marczweski como método modelial, baseado na contabilidade contemporânea aplicada sobre qualquer processo histórico.

(41) CHAUNU, Pierre. "A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva." In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org.) *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1967, pp.40/58; ver também Jean Bouvier, "A Economia: As Crises Econômicas", *Ibidem*, pp.21/39.

(42) FURET, François. In the Workshop of History. (Translated by Jonathan Mandelbaum). London, 1984, pp.41 a 43; Ver Furet, "O Quantitativo em História". In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org.) *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1976, pp.49/63.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE ARRUDA, José Jobson de. "História e Crítica da História Econômica Quantitativa". *Revista de História*, N° 110, Vol.LV, Ano XXVIII, (São Paulo), 1977, pp.463/574.
- "História Econômica: Problemas de Método e de Ensino". In: *O Homem e a Técnica*. Anais do IX Simpósio da ANPUH, Vol. III, São Paulo, 1979, pp.917/933.
- "Resultados e Tendências da Pesquisa em História Quantitativa na Época Moderna". *Revista de História*, N° 112, Vol. LVI, 1977 (São Paulo), pp.429/436.
- BOURDELAIS, Patrice. "French Quantitative History: Problems and Promises. In: *Social Sciences History*, Vol.8, N° 2, 1984, pp. 179/192.
- BOUVIER, Jean "A Economia: As Crises Econômicas". In: LE GOFF, Jacques and NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro*, Livraria Francisco Alves Editora, 1976, pp.21/39.
- "História Social e História Econômica". In: *A História Social. Problemas, Fontes e Métodos*. Lisboa, Cosmos, 1967, pp.279/300.
- BUESCU, Mircea. "L'Inflation Brésilienne de 1850 a 1870: Monetarisme et Structuralisme". In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1850 à 1930*. Colloques Internationaux du CNRS, Paris, 1973, pp.395/411.
- Métodos Quantitativos em História*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. "História da Agricultura e História Regional: Perspectivas Metodológicas e Linhas de Pesquisas. In: *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979, pp.13/94.
- "O Modo de Produção Escravista Colonial na América". In: SANTIAGO, Theo Araújo (Org.) *América Colonial*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975, pp.89/143.

- e Brignoli, Hectór Perez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CHACON, VAMIREH. "Historiografia Quantitativa, Historiologia Qualitativa." In: *Economia e Sociedade no Brasil*. Recife, IAA/Museu do Açúcar, 1973, pp.21/34.
- CHAUNU, Pierre. "A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva." In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org.) *História: Novas Arborescências*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1967, pp.40/58.
- COATSWORTH, John H. *Growth Against Development (The Economic Impact of Railroads in Porfirian Mexico)*. Northern Illinois University Press, 1981.
- DONGHI, Tulio Halperin. "La Cuantificación Histórica: Trayectoria y Problemas". In: *Los Estudios Históricos en América Latina*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1977, pp.434/447.
- FLOUD, Roderick. "Quantitative History and People's History". In: History Workshop, Issue 17, (Oxford), 1984, pp.113/124.
- "Quantitative History and People's History: Two Methods in Conflict?" In: *Social Sciences History*, Vol.8, Nº 2, Spring 1984, pp.151/168.
- "O Quantitativo em História". In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org.) *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Ed. 1976, pp.49/63.
- FOGEL, Robert William. *Railroads and American Economic Growth: Essays in Econometric History*. (Baltimore, 1964).
- FURET, Francois. *In the Workshop of History*. (Translated by Jonathan Mandelbaum). London, 1984.
- FURTADO, Celso. "Analyse Economique et Histoire Quantitative". In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Colloques Internationaux du CNRS, Paris, 1973, pp. 23/26.
- The Economic Growth of Brazil: A Survey from Colony to Modern Times*. (Translated by Ricardo W. de Aguiar and Eric Charles Drysdale). Berkeley, 1968.

- Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1961.
- JARAUSCH, Konrad H. "The International Dimension of Quantitative History: Some Introductory Reflection". In: Social Sciences History, Vol.8, Nº 2, Spring 1984, pp.123/132.
- KAHK, Juhan. "Quantitative Historical Research in Estonia: A Case Study in Soviet Historiography". In: Social Sciences History, Vol.8, Nº 2, Spring 1984, pp.193/200.
- KOCKA, Jurgen. "Theories and Quantification in History". In: Social Sciences History. Vols. 8, Nº 2, Spring 1984, pp.169/178.
- KOUSSER, J. Morgan. "The Revivalism of Narrative: A Response to Recent Criticism of Quantitative History". In: Social Sciences History, Vol.8, Nº 2, Spring 1984, pp.132/150.
- LEFF, Nathaniel. "Custos de Transporte, Investimentos em Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico no Brasil Durante o Século XIX". In: Estudos Econômicos, Vol. 14, Nº 3, São Paulo, IPE/USP, 1984, pp.701/722.
- LIGHTNER, David L. "Railroads and the American Economy. The Fogel Thesis in Retrospect". In: The Journal of Transport History, Vol.4, Nº 2, September 1983, pp.20/34.
- MARCZWESKI, Jean. "Que es la Historia Cuantitativa?" In: **Que es la Historia Cuantitativa?** Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1973, pp.12/68.
- MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política. 3 Vols. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (s/d). Tradução de Reginaldo Sant'Anna.
- MAURO, Frédéric. **Nova História, Novo Mundo.** São Paulo, Perspectiva, 1969.
- MELO, Josemir Camilo de. "A Ideologia da New Economic History". In: **Raízes.** Nos. 2-3, Campina Grande, Jan-Dez. 1983, pp.177/181.
- A Lavoura Canavieira em Pernambuco e a Expansão do Capitalismo Britânico (1870-1890).** Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História, UFPe., Recife, 1978.

- (Melo) CAMILO de. Josemir e BRANDÃO, Marcos. "Eric J. Hobsbawm: O Materialismo Histórico não é afetado pelos Acontecimentos no Leste Europeu". (Entrevista). A União, João Pessoa, 21/2/91, pp.12/13.
- O'BRIEN, Patrick. *The New Economic History of the Railways*. London, Croom Helm, 1977.
- Transporte y Desarrollo Economico en Europa, 1789-1914*. Madrid, s/d.
- ONODY, Oliver." Quelques Aspects Historiques des Capitaux Etrangers au Brésil". In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Colloques Internationaux du C.N.R.S., Paris, pp.269/314.
- PÉREZ-BRIGNOLI, Hector and RUIZ, Ernesto A. "History and Quantification in Latin America: An Assessment of Theories and Methods." In: Social Sciences History. Vol.8, Nº 2, Spring 1984, pp.201/215.
- PERRUCCI, Gadiel. "Le Prix à Recife (1890-1950)". In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Paris, 1973, pp.219/230.
- História Quantitativa em Questão. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Cadernos PIMES, Nº 2, 1973.
- A República das Usinas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- PLATT, D.C.M. "Dependency and the Historian: Further Objections". In: ABEL, Christopher and LEWIS, Colin M. (Ed.) *Latin América, Economic Imperialism and the State: the Political Economy of the External Connection from Independence to the Present*. London, The Athlone Press, 1985, pp.29/39.
- PRADO JÚNIOR, Caio. "História Quantitativa e Método da Historiografia". In: Debate e Crítica, Nº 6, São Paulo, 1975, pp.1-18.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo, 1870/1940*. São Paulo, Hucitec/INL/MEC, 1981.
- A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo, Hucitec, 1986.

- SMITH, Peter H. "History". In: BYARS, Robert S. and LOVE, Joseph L. *Quantitative Social Science Research on Latin America*. University of Illinois Press, 1973, pp.14/6;
- VAN UFEL (Pseudônimo). *A Ferrovia do Recife ao Limoeiro*. Recife, Typographia Industrial, 1885.
- VILLAR, Pierre." Para una Mejor Comprension entre Economistas y Historiadores."Historia Cuantitativa" o Economia Retrospectiva?" In: *Que es la Historia Cuantitativa?* Buenos Ayres, 1973, pp.69-97

REGRESSÃO CAPITALISTA NO BRASIL

Jurandir Antônio Xavier
Professor Titular em Economia da UFPb

RESUMO

A industrialização "terceiro mundista" que aqui ocorreu não foi um "produto natural" do desenvolvimento capitalista, nem a realização de algum "projeto burguês capitalista", operacionalizando-se sob iniciativa, conta e risco privado-capitalistas. Ao contrário, aqui, seu desenvolvimento mais significativo deu-se sob superação específica dos capitais, das classes enriquecidas e do próprio "curso natural" do capitalismo, agro-oligárquico-comercial. Superação que se processou sob estatização deficitária de funções capital-produtivas (monetário-financeiras, produtivas propriamente e comerciais), desenvolvimentistas, sob iniciativa, conta e riscos estatais, formalmente sociais. Deflagrada a crise de tais relações Estado-Economia, agonizando-se Estado, economia e desenvolvimento das forças produtivas, a iniciativa privado-capitalista, supercapitalizada, lançou-se preferencialmente aos mercados especulativos. Com isso, a regressão capitalista ganhou curso livre, cotidianizando a barbárie.

CONJUNTURA REGRESSIVA

No Brasil⁽¹⁾, regressão capitalista veio a significar desindustrialização: conjuntura de crise, recessão ou depressão, experimentada com a bancarrota das relações estatal-capitalistas de produção, apropriação e uso da riqueza social. Tais relações entre Capital e Estado (Capital), e, entre Capital e Trabalho marcaram o período mais significativo do desenvolvimento das forças produtivas na economia brasileira, subdesenvolvida: o da industrialização. Porém, tais

(1) XAVIER, Jurandir Antônio. Texto originário da Tese de Habilitação, *Ciclo de Conjuntura na Economia Subdesenvolvida*, apresentada na UFPb, Campina Grande 1993.

relações foram à bancarrota, assim como o próprio Estado em suas funções capital-produtivas, desenvolvimentistas, sob "fustigamento" da privatização, centralização capital-financeira. Com isso, a economia nacional veio a ter seu "destino" entregue sobretudo à iniciativa privado-capitalista, e, mediante extensão da capitalização financeira, especulativa, conheceu sua desindustrialização: sinônimo de descapitalização produtiva, desemprego e pauperização social. Esta conjuntura socialmente regressiva, aberta ao iniciar a década de oitenta, ainda hoje não foi debelada, estendendo-se aos anos noventa⁽²⁾.

Convém ter em conta que, aqui, economia subdesenvolvida, o capitalismo evoluiu preponderantemente nas atividades agro-comerciais, originadas em torno da internacionalização do próprio capitalismo, suas mercadorias, seus mercados comerciais e seus métodos de enriquecimento. O desenvolvimento capitalista das forças produtivas especificamente industriais acabou não se mostrando capital-compensador, rentável ou lucrativo. Com isso, o desenvolvimento das forças produtivas na economia nacional, sua industrialização, não se deu sob a lógica especificamente capitalista, lucro. Isto significa que aqui a industrialização não se fez expansiva no curso natural, normal ou lógico do desenvolvimento capitalista, nem se fez sob relações especificamente capitalistas de produção, apropriação e enriquecimento privado, nem muito menos sob iniciativa, conta e risco privado-capitalistas.

Ao contrário, o desenvolvimento das forças produtivas, sua industrialização numa dimensão macroeconomicamente significativa, veio a ter curso acelerado, aqui na economia subdesenvolvida, apenas sob superação específica do capitalismo no próprio capitalismo. Superação negativa (formal, parcial e conjuntural) de classes, riqueza e usos que delas foram feitos, no processo de mutação do Estado, (destinos, usos e funções de suas finanças) em agente capital-produtivo,

(2) XAVIER, Jurandir Antônio; *Regressão Versus Desenvolvimento*. Gráfica/Editora A União, João Pessoa, 1992. Do mesmo autor, ver "A Regressão Social Sob a Privatização Contemporânea". Revista *"Novos Rumos"* N° 18/19, pg. 72. São Paulo, 1990. Ver Também *Capital, Classe e Estado na Industrialização Nacional*, (no prelo da Editora Universitária, UFPb).

desenvolvimentista. Tal mutação veio a significar estatização deficitária de funções capital-produtivas no ciclo econômico-industrial: funções monetário-financeiras, produtivas e comerciais. Assim, nessa específica "divisão do trabalho", na qual os agentes estatais foram lançados à produção deficitária de mais-valia, enquanto os capitalistas à apropriação superavitária, o Estado foi tensionado à bancarrota capital-desenvolvimentista, sobretudo ao ser aprisionado aos movimentos de valorização do capital financeiro, inativo⁽³⁾.

De um lado, os agentes privado-capitalistas foram supercapitalizados; de outro, o Estado foi exaurido em sua capacidade de gastos capital-produtivos, bem como a força de trabalho em seu poder de compra, e o que é significativo: os agentes privado-capitalistas não reconverteram produtivamente suas riquezas acumuladas, "socorrendo" ou fazendo superar a conjuntura da crise. Ao contrário, tais agentes entregaram rapidamente suas fortunas acumuladas à própria valorização especulativa, nacional ou internacional. De tal forma que, na amplificação das ações especulativas dos agentes privado-capitalistas, expansão do endividamento do Estado e extensão da barbárie social no cotidiano deste país, a crise ganhou curso livre. Não contando o país com riquezas capitalistas reinvestidas produtivamente, nem contando com o poder de compra da força de trabalho e seus gastos de consumo, e ainda com o Estado inutilizado como reserva estratégica da regulação econômica, em atividades anti-cíclica (contrapositiva às capital-especulativas, fonte de intensificação da crise), então, a crise veio a ser agravada, metamorfoseando-se em recessão, depressão e regressão das forças produtivas.

RAZÕES DA CONJUNTURA

As funções capital-produtivas não mais lograram ser expandidas às custas de déficits do Estado, não mais logrando ser expandidos estatal-deficitariamente, mediante iniciativa, conta e risco estatal-sociais, reinvestimento, produção e mercado nacional, numa dimensão

(3) FURTADO, Celso; *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional; São Paulo, 1970. Também, *Formação Econômica da América Latina*, Companhia Editora Nacional, 1970.

macroeconomicamente significativa. Desmoronadas as relações estatal-capitalistas, cessou-se o desenvolvimento das forças produtivas. E, nestas circunstâncias, reinvestimento, produção e mercado não mais são expandidos, ao contrário, regridem, tendendo a se amplificarem as tensões nas relações estatal-capitalistas de propriedade, produção e apropriação em crise: as relações capital-Estado, na concorrência capitalista, e, capital-trabalho, nas lutas de classes.

Com o desmoronamento das relações estatal-capitalistas que deram suporte, via expansão deficitária de reinvestimento, produção e mercado, ao desenvolvimento das forças produtivas, este se retrai. O capital produtivo e o emprego da força de trabalho não mais se expandem numa dimensão macroeconomicamente significativa, nem quanto ao volume de ocupação da força de trabalho, nem quanto a sua produtividade. Ao contrário, de um lado, o componente constante do capital produtivo não é expandido, nem renovado, é sucateado. De outro lado, seu componente variável, força de trabalho, é contraído, vindo a ser reduzido, quanto a volume e quanto á produtividade da força de trabalho ocupada. Não se reconstitui uma nova combinação de relações social-capitalistas de produção, sob formas de socialização das condições de produção, superiores às estatais precedentes. Daí o desmoronamento das relações de produção não vem a ser superado. Tão pouco o desenvolvimento das forças produtivas volta a ser retomado significativamente, ocorrendo, ao contrário, o enriquecimento financeiro, especulativo e parasitário. Estende-se, assim, a crise da reprodução, retraindo reinvestimento, produção e mercado, agravando a concorrência capitalista, bem como reduzindo emprego, salário e poder de compra, agravando as lutas de classe.

Por conseguinte, as características essenciais não são as decorrentes da crise clássico-recessiva, cíclica, normal ou conjuntural, no âmbito das próprias relações estatal-capitalistas, mas as da conjuntura regressiva. Marcam essencialmente tal conjuntura as características decorrentes da metamorfose da recessão em depressão, regressão e desindustrialização, que se impôs na economia nacional, na extensão, tanto do esgotamento, falência e bancarrota das próprias relações estatal-capitalistas, sobretudo do Estado, seus agentes

capital-desenvolvimentistas, quanto do parasitismo especulativo, privado-capitalista. Isto significa que, acentuado o capital-parasitismo na crise das relações estatal-capitalistas, ocorreu também o colapso da específica combinação de relações Capital-Estado, em que o capital desapropria o Estado, bem como Capital-Trabalho, em que o capital superexplora a força de trabalho. Nesta combinação, a economia nacional, subdesenvolvida, havia conhecido sua estatal-industrialização. Durante toda uma época histórica, com a emergência do Estado Novo, industrial-desenvolvimentista e com a superação da República Velha, agro-comercial-oligárquica, tais relações haviam dado suporte à industrialização da economia nacional. Não obstante, agora, desde a abertura da década dos anos oitenta, não mais lograram dar sustentação ao desenvolvimento das forças produtivas, vindo a dar, ao contrário, suporte a seus opostos: os movimentos especulativos das riquezas privadamente acumuladas, intensificando ainda mais: bancarrota do Estado desenvolvimentista, superexploração do trabalho e desindustrialização.

FALÁCIAS DA ÉPOCA

Na verdade, com o esgotamento do Estado e de suas ações capital-produtivas, desenvolvimentistas, também se esgotou aquela específica socialização de propriedade, produção e apropriação da riqueza social, a estatal-capitalista. Em sua ocorrência, a produção da riqueza social, suas funções capital-produtivas, deficitárias, vieram a ser estatizadas, enquanto a apropriação da riqueza social, superavitária, se manteve privatizada. Estas relações estatal-capitalistas não foram superadas positivamente por outras relações sociais de propriedade, produção e apropriação, distribuição da riqueza gerada, social-historicamente superiores às estatal-capitalistas, em crise. Vieram a ser regredidas, numa específica relação desestatização-privatização. O capital acumulado privadamente não veio a ser reconvertido capital-produtivamente, ao contrário, veio a se tornar financeiro, especulador e parasitário, rentista do Estado. Não se encarregando mais somente do déficit do capital produtivo, sustentando também sua rentabilidade extra, o Estado, incumbindo-se adicionalmente da rentabilidade extra do capital parasitário, acabou sucumbindo. Por isso

mêsimo, sem reinvestimentos privado-capitalistas, nem estatais, a economia veio a experimentar a intensificação do enriquecimento privado-capitalista, financeiro, especulativo e parasitário. Do mesmo modo, experimentou também a desindustrialização, o rápido sucateamento do capital produtivo, sobretudo dos serviços essenciais, e o agravamento do desemprego.

A atual conjuntura de desindustrialização ilustra o fiasco econômico-social-desenvolvimentista da chamada "iniciativa privada" no Brasil. Subsidiada pelo Estado em suas funções capital- produtivas, industrializada, a reprodução capitalista não logrou se manter de forma auto-sustentada, com iniciativa, risco e conta privado-capitalistas. De um lado, emprego, salário e poder de compra da força de trabalho industriais não vieram a ser expandidos numa tal dimensão que a força de trabalho se constituísse em agente econômico e consumidor significativo. Na verdade, o Estado, suas finanças, encomendas ou gastos vieram a se constituir em mercado consumidor nacional. Com isso, o Estado, suas funções capital-produtivas, vieram a se constituir em agentes ou vias de concentração de renda. A evolução da concentração de renda foi sendo acentuada proporcionalmente à própria estatização dos mercados financeiro- especulativos. À proporção em que o Estado foi assumindo a valorização financeira, estatizando funções capital-especulativas, via sustentação da rentabilidade de seus papéis, deixou de promover a extensão, renovação e modernização do capital estatal, sobretudo daquela parcela sob forma de serviços públicos essenciais, relegados insensatamente ao sucateamento.

De outro lado, os capitais gerados, apropriados e acumulados, tornados propriedade privado- capitalista, não foram aqui reconvertidos produtivamente, numa dimensão macroeconômica, significativa. Ao contrário, persistiram em se manter financeiros, inativos e parasitários, capitais rentistas do Estado. Com isso, aquela clássica controvérsia nos países subdesenvolvidos, acerca da incapacidade capital-desenvolvimentista de suas burguesias nacionais vir a industrializá-los, dando-lhes rumos industriais, capital-competitivos, no mercado mundial, fica uma vez mais fortalecida. Assim, no Brasil, nos

meados dos anos sessenta, tal burguesia nacional veio a ser perfilada ao militar-imperialismo, com ele se associando na obtenção de vantagens estatais: financiamentos gratuitos, compras subfaturadas ou vendas superfaturadas. Na década de oitenta, tanto quebrado econômico-financeiramente o Estado, quanto supercapitalizada tal burguesia, seus capitais não vieram a ser reinvestidos produtivamente no país, socorrendo uma conjuntura de crise que se degenerava rapidamente, tornando-se, então, regressão, desindustrialização. Eles foram levados aos mercados financeiro-especulativos, nacionais, tornando-se, num primeiro momento, rentistas do Estado nacional, e, adicionalmente, num segundo momento, migrando para os mercados internacionais. Por isso mesmo, a conjuntura recessiva veio a ser metamorfoseada em regressiva, desindustrializante, abrindo campo, por conseguinte, para o sucateamento dos capitais produtivos, sobretudo estatais, neles, os serviços públicos essenciais, bem como para o desemprego, a supexploração e as relações sociais exterminativas.

A intensificação da privatização financeira não foi identificada como fonte retroalimentadora da mutação da recessão em regressão, desindustrialização e estagnação, mas por pressuposto da superação da crise, inclusive de recuperação econômica. Com isso, vieram a entrar em colapso a política econômica (normatização da atividade econômica do Estado), bem como a capacidade de ação anti-cíclica do Estado, contraposição de ações capital-produtivas, desenvolvimentistas, dos agentes estatais, às ações capital-especulativas, parasitárias, dos agentes privado-capitalistas. Sob tal bancarrota da lógica estatal, num cotidiano exterminativo em que a barbárie e a tragédia vieram a ser banalizados, impôs-se a razão liberal, "salve-se quem puder". Os próprios padrões privado-capitalistas de partilha da renda nacional vieram a ser rompidos levianamente. Por isso mesmo, gritos de ética, decência e probidade no trato da "coisa pública" passaram a ecoar em todos os quadrantes, tornando-se reivindicação de massa.

MARCAS DA REGRESSÃO

Capitalismo, modalidade historicamente determinada de enriquecimento privado, processa-se ampliadamente via apropriação

de renda nas relações intercapitalistas capital- capital (lutas concorrenciais). Tal renda origina-se da apropriação gratuita de trabalho alheio na produção capitalista, nas relações capital-trabalho (lutas de classe). Tais relações sociais e os métodos de enriquecimento que lhes são subjacentes, na economia subdesenvolvida, vieram a ser especificamente constituídos. Nas relações concorrenciais, devem ser destacadas, num primeiro momento histórico, aquelas especificidades que se fizeram presentes nas relações capital internacional-nacional. Tais relações foram aquelas que, promovendo a agrarização, cercearam a industrialização. Mas também fizeram-se presentes nas relações entre imperialismo, internacionalização da mercadoria industrial e subdesenvolvimento industrial ou ainda entre indústria e agricultura. Num segundo momento, devem ser destacadas aquelas especificidades que se fizeram presentes nas relações capital-Estado, notadamente, entre privatização da renda e estatização da produção, entre especulação privado-capitalista e produção estatal ou entre parasitismo privado-capitalista e desenvolvimentismo estatal.

Nas relações capital-trabalho, nas lutas de classes que se processam na produção capitalista de mais-valia, devem ser destacadas aquelas especificidades que aqui acabaram tornando tais relações "anormais", superexploradoras ou exterminativas da fora de trabalho. Isto, relativamente ao que seria reprodução normal da fora de trabalho, a exemplo daquela que se dá nos países mais desenvolvidos. Sem se elevarem significativamente o emprego, o salário e o poder de compra, o detentor da força de trabalho não veio a ser constituído em cidadão, consumidor, nem o mercado, interno ou nacional, veio a tornar-se um consumidor massivo, significativo. Ao contrário, o mercado nacional acabou sendo estatizado. Nele, a população trabalhadora, seu poder de compra, sua demanda ou seus gastos de consumo, não vieram a se constituir em fonte de atração significativa das riquezas privado-capitalistas em direção ao reinvestimento capital-produtivo. A isto destinaram o Estado, seus gastos.

Tais características das relações capitalistas de apropriação e produção da mais-valia no país impregnaram de especificidades o próprio enriquecimento privado-capitalista, seus métodos de

reprodução ampliada e relações sociais. De um lado, tornaram específicas as relações capitalistas de propriedade (fonte de renda), cuja concentração abusiva acabou se constituindo em fonte decisiva de elevação da concentração de renda no país. De outro lado, também conformaram especificamente as relações capitalistas de trabalho, cujo desemprego massivo acabou se constituindo em fonte de salário. Nestas circunstâncias, enriquecimento privado-capitalista tem sido aqui centralização capitalista de renda oriunda de uma forma de propriedade capitalista, capital-produtiva, metamorfoseada numa outra forma de propriedade capitalista, a capital-financeira, parasitária. Isso ocorreu num primeiro momento, época pré-Estado Novo, mediante centralização imperialista, em segunda mão, da riqueza nacional extorquida do trabalho. E, num segundo momento, pós- Estado Novo, mediante centralização privado-capitalista em segunda mão da riqueza estatal, gerada na propriedade estatal, extorquida do trabalho.

Isso significa que o enriquecimento privado-capitalista veio a adquirir aqui uma dupla determinação desapropriativa (formal e substancial). Tal determinação resultou numa desapropriação capitalista financeira, de um lado, do próprio capital produtivo, de outro, da força de trabalho. Exatamente por esta dupla determinação, a força de trabalho acabou se tornando superexplorada ao nível exterminativo. Porque, na centralização capitalista, sob a qual se formam os "novos ricos" neste país, as frações capital-desapropriadas dispõem, como mecanismos compensatórios da desapropriação capitalista em que se encontram submetidas, exclusivamente daqueles que geram elevação da renda, via superexploração da força de trabalho no próprio país.

O parasitismo das riquezas aqui acumuladas sob propriedade privado-capitalista não se restringe a seus métodos de acumulação, a suas relações capital-apropriativas. Ele se estende aos movimentos preferenciais, ao próprio destino, uso ou funções que tais riquezas adquirem sob iniciativa privado-capitalista. Estendem-se aos mercados financeiro-especulativos. Por isso mesmo, os problemas da continuidade da reprodução capitalista, do "desenvolvimento auto-sustentado" ou problemas da superação das crises periódicas, da retomada do desenvolvimento, após cada crise, também mostraram-se

muito específicos. Tais dilemas, aqui, ocorriam apenas na constituição de novos agentes econômico-sociais, lançando-se a atividades capital-produtivas. Assim, cada novo ciclo de desenvolvimento, recuperação, expansão e auge econômicos, apenas veio a ser desencadeado através de tal constituição que se mostrou, na verdade, reconstituição do próprio Estado e de suas funções capital-produtivas no ciclo econômico. Isto, enquanto o Estado logrou reciclar suas atividades monetárias, produtivas e comerciais, reconstituindo sua capacidade de financiamento, reinvestimento e gasto capital-produtivos, periodicamente neutralizada nas crises. Então, também a conjuntura de crise lograva vir a ser superada, abrindo caminho a novos ciclos de reinvestimentos capital-desenvolvimentistas.

A CONJUNTURA NA HISTÓRIA

A periodização de que se trata aqui é a do enriquecimento privado-capitalista, de seus métodos característicos de centralização, apropriação e acumulação privado-capitalista, métodos capital-parasitários que se mostraram desapropriadores do próprio capital, sobretudo produtivo e estatal. Trata-se também da periodização dos métodos característicos de produção social de renda, riqueza nova ou mais-valia, a partir de extração de mais-valia da força de trabalho em níveis exterminativos. Se apropriação, acumulação ou enriquecimento privado-capitalista aqui correspondem à recentralização de rendas capitalistas, oriundas da propriedade capital-produtiva, desenvolvimentista, para a propriedade financeira, parasitária, então, no desenvolvimento capitalista deste país, sobretudo, em sua industrialização, há dois momentos decisivos na periodização capital-desenvolvimentista aqui apresentada. Aquele em que prevaleceu a apropriação capital-estatal da riqueza social, gerada preponderantemente da propriedade estatal e do trabalho super-explorado. Por esta via, o Estado logrou sustentar funções capital-produtivas estatizadas, deficitárias, conhecendo o país seu período de industrialização mais significativo. Ele correspondeu ao período que decorreu da instauração do Estado Novo, na bancarrota da República Velha, à bancarrota da República Janguista. No segundo momento, veio a prevalecer a apropriação privado-capitalista,

financeira, parasitária e rentista do Estado, cuja evolução persistiu durante as duas últimas décadas, vindo a quebrar econômico-financeiramente os principais agentes capital-produtivos desenvolvimentistas no país, o Estado e a força de trabalho. Com isto, a economia nacional veio a conhecer sua privado-financeirização, especulativa, à custas, não obstante, de sua desindustrialização e barbarização social.

Por conseguinte, ao iniciar a década de oitenta, encerrou-se a conjuntura de auge da industrialização, abrindo-se a conjuntura de crise do estatal-capitalismo, sua desindustrialização, regressão e ocaso. Do mesmo modo, surgiu a abertura da conjuntura de auge da financeirização, intensificando-se a capitalização privado-financeira às custas da descapitalização capital-produtiva, estatal. As curvas dos reinvestimentos capital-produtivos (capitalização estatal-industrial) e capital-financeiros (capitalização privado-financeira) marcham defasadas em noventa graus.

A curva de formação do capital-financeiro nacional (bem como da desestatização-privatização), desindustrializando, não precede, ao contrário sucede à curva dos reinvestimentos produtivos, que industrializam.

Contrariando as principais escolas capital-desenvolvimentistas no país, o capital financeiro nacional (formado numa específica relação de privatização financeira, estatal-desapropriadora), não foi pré-condição de suporte da industrialização, mas seu resultado, seu "estrangulador"⁽⁴⁾. Por isso mesmo, também a desestatização-privatização não veio a ser pressuposto da superação da crise do estatal-capitalismo nem da retomada do desenvolvimento. Ao contrário, inativo, parasitário e rentista do Estado, o capital financeiro nacional, bem como as relações de desestatização-privatização que lhe deram suporte, contribuíram para intensificação da crise, levando o

capital produtivo, sobretudo estatal, ao sucateamento, a força de trabalho ao extermínio e o país à barbárie social cotidiana.

(4) MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982. Ver também Maria da Conceição Tavares, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora Unicamp, 1986.

**RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS
NO MESTRADO EM SOCIOLOGIA, COM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SOCIOLOGIA
RURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA (UFPB) CAMPUS II -
CAMPINA GRANDE-PB(*)**

A Lei e o mais forte: Pedagogia da Sobrevivência. 1984. 72pp.

Autora: Maria do Socorro Carvalho Bezerra

Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento

O Brasil tem atualmente 30 milhões de menores abandonados chamados de marginais. A autora investiga esta população, tanto em termos teóricos como empíricos, tomando como referência, experiências de menores em Fortaleza e sertões dos Inhamuns. Para fazer frente a este imenso problema estrutural, a autora se propõe partir de uma metodologia e uma pedagogia próprias, para refutar a pedagogia institucional, o papel do Estado e do capitalismo. Analisa as tramas do Poder em sua política pedagógica e jurídica, criticando a educação formal e tentativas artificiais de reintegração social até a prisão e eliminação física. À vista de tal quadro resultante de todos os desequilíbrios os menores marginais geram estratégias de sobrevivência tais que acabam por tornar-se uma contra ordem ao sistema de forças que os mantém.

* Dissertações defendidas de 1985 a 1993 (com exceção da primeira aqui resumida, defendida em 1984). Os resumos das dissertações defendidas de 1979 a 1985 foram publicados no N° 4-5 de **RAÍZES**.

Mudanças Sociais na Agricultura e suas Implicações para o Sindicalismo Rural (Um Estudo das Transformações em Sapé 1950/1980). 1985 pp.

Autora: Ivone Vital Torres Barbosa

Orientador: Charles Michel M.J. Beylier

O trabalho demonstra como o processo de proletarização da mão de obra agrícola, no município de Sapé-PB, acentuou-se sobretudo com a implantação do novo padrão de desenvolvimento da agricultura dos anos 70, produzindo alterações na composição da mão de obra que se incorpora ao assalariamento na produção canavieira e do abacaxi. O sindicalismo rural, em face das mudanças que a agricultura canavieira e do abacaxi introduziram nas relações de trabalho, foi impulsionado a responder aos conflitos sociais produzidos e às reivindicações correspondentes.

Sapezinho. Laboratório de uma Experiência - Notas sobre o Processo de Intervenção do Estado numa Localidade do Recôncavo Baiano. 1985, 160pp.

Autor: Francisco Emanuel Matos Brito

Orientadora: Ghislaine Duque

Este estudo trata da análise dos efeitos ocasionados pela intervenção do Estado, materializada no Projeto Experimental Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda, numa localidade da Região do Recôncavo Baiano, Sapezinho, junto a uma população inicial de 64 famílias de pequenos produtores de mandioca e outras culturas como milho, feijão, amendoim, inhame, fumo, etc. O projeto em análise é resultante de um convênio celebrado entre o INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e o Banco Mundial e trazia como proposta básica a modernização do processo de produção de farinha de mandioca, através da introdução de uma casa de farinha mecanizada. Esperava-se que os resultados advindos do processo de modernização tornassem possível a consecução da proposta geral do Estado consubstanciada na elevação da renda familiar, bem como na melhoria do nível de vida do chamado público-meta. O presente trabalho significa o resgate de uma experiência vivenciada, a qual além de tornar possível, com uma maior riqueza de detalhes, a percepção dos objetivos que orientam o processo de intervenção numa realidade concreta, também fornece, em razão do caráter multidisciplinar desta experiência, contribuições expressivas para diversos estudos, versando sobre o processo de modernização da agricultura, a "questão" da pequena produção, aspectos pedagógicos da participação e organização comunitária, avaliação de programas especiais, etc. Constatou-se, na área estudada, que as mudanças introduzidas, por um lado, ensejaram a criação de um grupo de produtores modernizados que se apropriaram dos benefícios gerados pela modernização e, por outro lado, se revelaram extremamente prejudiciais a grande maioria dos produtores de Sapezinho, agravando ainda mais suas condições de vida. Esta constatação, ao invés de tornar patente o fracasso da ação do Estado, evidencia justamente o seu êxito, traduzido no atingimento pleno dos seus objetivos, uma vez que será principalmente por intermédio da criação da mencionada camada de produtores modernizados, que o Estado conseguirá legitimar sua proposta modernizante, criando, assim, as condições necessárias para a deflagração do processo de acumulação do capital verificado no setor produtor de farinha.

A Mulher na Palha da Cana (Estudo Sobre as Condições de Vida, Trabalho e Participação Sindical da Mulher Canavieira de Santa Rita - PB). 1985. 194 pp.

Autora: Neide Miele

Orientadora: Paola Cappellin Giuliani

Esta dissertação tem por objetivo o estudo da mulher inserida na produção da monocultura da cana-de-açúcar. Como espaço geográfico para sua realização, escolhemos o município de Santa Rita, no Estado da Paraíba, por sua particularidade em relação aos demais municípios produtores de cana no Estado. Portanto, este estudo guarda suas especificidades, não devendo ser generalizado para o conjunto da zona canavieira paraibana. O fio condutor que percorre esta análise é o de demonstrar que as discriminações contra a mulher trabalhadora são frutos da forma como o capital e a ideologia dominante numa sociedade burguesa procuram recriar a histórica divisão sexual do trabalho, dando-lhe nova roupagem. Procuraremos retratar o perfil da mulher canavieira em três espaços distintos, porém, dialeticamente interrelacionados: na produção, na família e no seu órgão de classe. Nosso objetivo não é o de reforçar as lutas contra as discriminações sofridas pela mulher através da tese da "igualdade" entre os sexos, mas, ao contrário, na tese de que o reconhecimento, pela sociedade, de que o papel de reprodutora da força de trabalho e de responsável primeira no cuidado dos imaturos, hoje destinado exclusivamente a ela, não caberia somente à mulher, mas é um encargo que deveria ser assumido pelo conjunto da sociedade.

Creche: O Debate Entre Estado e Classes. Definição de uma Política para as Crianças. 1985. 213pp.

Autora: Terezinha de Camargo Viana Autora:

Orientadora: Paola Cappellin Giuliani

Este trabalho se insere no debate que está sendo levado a nível da sociedade brasileira em torno da gestão social do cuidado, guarda e educação das crianças de 0 a 6 anos, debate este que se expressa numa política de creches. Mantendo como contraponto a análise da questão creche na sociedade contemporânea e especificamente no Brasil, procura-se identificar numa cidade de porte médio do Nordeste (Campina Grande) os fatores que têm impulsionado/obstaculizado a expansão desse serviço coletivo, a partir do movimento que se estabelece entre Estado e classes, no período compreendido entre 1970 e 1984. Esta análise comporta dois momentos. Primeiramente, problematiza-se o porque da não existência de creches enquanto infra-estrutura de apoio à trabalhadora assalariada, situando a análise no quadro da evolução sócio-econômica da cidade, do seu mercado de trabalho e da contraposição dos interesses dos diferentes atores envolvidos (trabalhadores/as, empresários, organizações classistas e mesmo organismos estatais). Num segundo momento, busca-se entender as determinações da intervenção do Estado que, ao ampliar, recentemente, a rede de creches, toma como referência não as condições de trabalho da mulher, mas as condições de vida da família; procura-se explicitar o móvel e o conteúdo dessa atuação, bem como as formas de mediação entre o Estado e a população a quem são dirigidos os serviços.

Campina Grande: Poder Local e Mudança Nacional (1945-1964).
1985,232pp.

Autora: Martha Lúcia Ribeiro Araújo

Orientadores: Rosa Maria Godoy da Silveira

Waldomiro Cavalcanti da Silva

Esta dissertação analisa a estrutura do poder na cidade de Campina Grande, no período 1945-1964, tendo como base as transformações de suas relações com o poder nacional. Estuda as condições concretas de caráter estrutural e os móveis dos agentes e movimentos sociais, seus valores e objetivos, analisando-os em suas múltiplas relações. Definidas as condições mais gerais que norteiam as transformações no período, o trabalho avança na análise do processo de integração da economia nacional, sob a hegemonia do capital monopolista, mostrando que, paralelamente à emergência da sociedade civil (grupos sociais organizados que pressionam por mudanças) a uma redefinição por parte das classes dominantes, quer a nível nacional, quer a nível local, da sua estratégia de dominação. O trabalho busca, enfim, definir o conteúdo da crise gerada pelas transformações de natureza econômica e político-institucional, que se traduziu na desintegração da ideologia do nacional-populismo e na evolução dos movimentos sociais, bem como na forma encontrada pelas classes dominantes, para superar a crise e consolidar o seu poder.

População e Migrações. Contribuição ao estudo da reprodução da população nas fronteiras agrícolas da Amazônia. 1986, 233pp.

Autora: Maria de Fátima Marreiro de Sousa

Orientador: Charles Michel M.J. Beylier

O trabalho mostra como se reproduz população sob o capital nas fronteiras agrícolas, dando ênfase à população predominante dos campos do centro-sul, deslocada para a Amazônia de forma espontânea, induzida ou organizada, tendo como pano de fundo o processo de acumulação do capital. Abrangendo o processo histórico de ocupação da Amazônia, como parte do processo de expansão econômica do país, o trabalho de investigação se detém no estudo da reprodução da população rural assentada nos projetos de colonização de Rondônia, às margens da BR-364. A concentração dos capitais na agricultura criou um excedente estrutural de mão-de-obra no campo, responsável pela super-urbanização, permitindo uma situação insustentável tanto na cidade como no campo. O Estado organiza formas de intervenção para atenuar o problema, a exemplo dos PDRIs - programas de desenvolvimento rural integrado, tipo Polonordeste - cujos resultados não diminuem a gravidade dos conflitos sociais. A população total de trabalhadores rurais chamados de baixa renda, nesta época, alcança a marca de 42 milhões de pessoas, um pouco menos que a metade da população brasileira, que, sob pressão das estruturas fundiárias, formam as grandes correntes migratórias para forçar a "abertura" das fronteiras agrícolas da Amazônia. A Transamazônica passa a ser encarada como uma tentativa de colonização com vistas à absorção dos excedentes populacionais rurais e principalmente das populações nordestinas, assoladas pela seca de 1970. A colonização fracassou. Novos projetos passam a ser adotados, embora com a mesma tônica de acumulação de capital no país, controlado pelo poder das multinacionais. O Estado amplia a sua intervenção criando novos projetos para disciplinar a ocupação espacial às margens da estrada BR-364.

Participação e/ou Planejamento. Estudo da Associação Agrícola São Joaquim. 1981/1985 - Juazeiro, Sobradinho - BA. 1986, 275 pp.

Autor: Wilson Teixeira Cunha

Orientador: Charles Michel M. J. Beylier

Este trabalho trata da análise da Associação Agrícola São Joaquim, enquanto uma experiência em que as ações planejadas do Estado provocam, em seu processo produtivo, mudanças que determinam transformações na evolução do conceito de participação social formado por essa entidade. Ao discutirmos a participação, entendemos que os movimentos, apenas localizados e voltados a reivindicações específicas, como ao que estamos nos referindo, são um passo importante para trazer ao homem o "espírito coletivo" de solidariedade, contrariamente viabilizados pelas divisões dos processos de trabalhos impostos pela própria natureza do desenvolvimento e da acumulação capitalista. Contudo, observamos que a limitação da participação colocada pelas reivindicações imediatas pode transformar um movimento, que se elevaria a uma compreensão mais globalizante da sociedade, a se integrar às necessidades da reprodução do capital. Este trabalho busca, enfim, mostrar como um movimento de característica, microparticipativa, como o aqui focado, consegue, por influências das atividades governamentais e, entre estas, o planejamento participativo, evoluir e se transformar num "novo" movimento, que gera as mesmas condições, isto é, de marginalização do homem, sob as quais foram contrariamente erguidas suas "bandeiras" reivindicatórias e organizativas.

Jazigo Perpétuo (Ou observações muito vivas acerca da Morte).
1986. 181 pp.

Autor: Edmundo de Oliveira Gaudêncio

Orientador: Rômulo de Araújo Lima

Este trabalho originou-se de uma série de questões ocorridas ao Autor quando ainda de sua formação médica. Tornaram-se mais agudas à medida em que, às especulações de ordem médica, somaram-se questionamentos econômico-sociais acerca da morte. Verificou-se que a morte não pode ser encarada puramente a partir de aspectos biomédicos. Tampouco esconde-se no discurso social, de modo completo, como querem os homens. Descobriu-se que o discurso médico escamoteia a morte, quer através da tecnificação daquele mesmo discurso, quer através da associação com outros discursos, notadamente o do Direito. A importância do estudo da morte decorreu do fato de que a morte, em nosso entender, faz parte da vida, mesmo em sua aparente intangibilidade. A morte insere-se na vida como fato concreto e marcante. A discussão em torno da temática morte é, via de regra, pouco fomentada por conta de que a morte não se deixa revelar a partir de métodos de estudos, por um lado e, por outro, é alijada do cotidiano dos homens.

De Trabalhadores a Aposentados do Prorural: As Contradições da Política Social e a Concessão Tardia de Direitos. 1986. 160pp.

Autora: **Benedita Edina da Silva Lima Cabral**

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

(Prêmio Sober - 1986)

O objetivo desta dissertação é discutir a exclusão dos Trabalhadores Rurais da Política Social do Estado Brasileiro. A autora analisa as contribuições teóricas, especialmente aquelas que consideram os mecanismos de legitimação usados pelo Estado para desenvolver seus objetivos políticos mais gerais. A Previdência Social, como uma Política Social, é considerada desde seus primórdios no Brasil, com ênfase no seu caráter auto-financeável (seu segredo é o seguro social). A autora analisa também a unificação da Previdência Social e as Lutas dos trabalhadores pelo Estatuto do Trabalhador Rural- ETR - obtido durante o Estado Populista nos anos 60. O redirecionamento da Política Nacional no período seguinte impediu a materialização do ETR, tornando nulos os direitos nele definidos. Posteriormente, um programa previdenciário para os trabalhadores rurais - PRORURAL é criado, junto com o novo FUNRURAL. Este novo FUNRURAL é incorporado à nova estrutura do Sistema Nacional de Previdência Social-SINPAS, em 1977. A exclusão do segmento rural dos direitos sociais foi observada no momento da transformação do trabalhador em trabalhador rural aposentado, surgindo as contradições da política: a concessão tardia dos direitos obriga os trabalhadores a um ritual tardio de identificação para preencherem as condições necessárias à habilitação dos benefícios. Há ambiguidade nos procedimentos, quando os documentos que deveriam ser exigidos no começo da vida produtiva são requeridos quando eles, teoricamente, dela se retiram. O novo FUNRURAL surge como projeto de impacto do Estado Autoritário; com ele o Estado legitima sua ação organizadora/controladora dos trabalhadores rurais, ao tempo em que contorna, temporariamente, o aguçamento das contradições, aparecendo como o doador de direitos. A pesquisa foi realizada no Município de Campina Grande, Paraíba, com os aposentados registrados no FUNRURAL local. Os dados provêm de fontes primárias e secundárias, destacando-se como técnicas de pesquisa a observação participante, entrevistas, análises de documentos e histórias de vida.

A Luta Pela Autonomia e a Participação Política de Camponeses: Um estudo nas Microrregiões de Feira de Santana e Serrinha no Estado da Bahia. 1987, 229pp.

Autor: Ildes Ferreira de Oliveira

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

O objetivo desta dissertação é analisar a organização econômica das unidades familiares de produção, considerando suas características de autonomia e subordinação, que influenciam suas formas de participação política. Os dados são provenientes de uma pesquisa realizada em seis Municípios das microrregiões de Feira de Santana e Serrinha do Estado da Bahia, durante os anos de 1985 e 1986. Como técnicas de pesquisa, foram usados questionários, entrevistas não estruturadas, informantes-chave e observação participante. Os resultados revelam que essas unidades camponesas ganham sua subsistência através da agricultura, pecuária e trabalho assalariado, sendo a pecuária a fonte principal de renda monetária. A preponderância de uma fonte de renda sobre a outra, contudo, varia de acordo com a disponibilidade de terra e mão-de-obra para uso das unidades de produção. Face à precariedade desses fatores, bem como da condição de subordinação dessas unidades, as famílias estudadas desenvolvem estratégias que vão do assalariamento de seus membros pelas unidades mais pobres, à maior participação política pelos camponeses mais ricos. A análise revela, ainda, as formas de participação política, de acordo com a diferenciação interna de classe camponesa. E, de certo modo, a incapacidade de os camponeses se mobilizarem, por eles próprios, apesar de sua inserção nos movimentos comunitários e sindicais, tornando-se indispensável o apoio externo. Finalmente, a dissertação revela a crescente participação política dos camponeses nas microrregiões estudadas, ao lado da modernização da vida econômica de suas unidades de produção.

Agradando a Deus e ao Diabo: Um estudo dos efeitos sociais da gestão de Severino Cabral na cidade e no campo (Campina Grande - 1959/1963). 1988, 211pp.

Autora: Josefa Lúcia Jordão de Souza

Orientadora: Regina Célia Reyes Novaes

Na tentativa de compreender o significado da gestão de um prefeito que é reconhecido, na memória social de Campina Grande, como o "pai dos pobres", este trabalho desenvolve uma análise da administração Severino Cabral em Campina Grande (1959 a 1963) e das consequências dessa administração para o conjunto da sociedade campinense, a partir de sua plataforma de governo, quando pretendeu "atender a todos indistintamente", retirando sua legitimidade através do apoio de diversas frações de classe. Ao reconhecer a variação e ambivalência adotadas pelo poder público, em função de atender a todos e, com isso, conseguir o equilíbrio entre vários segmentos sociais, procurou-se compreender e avaliar a eficácia das medidas adotadas e, sobretudo, detectar continuidades e descontinuidades ocorridas na gestão estudada. Contudo, se, por um lado, o reconhecimento das continuidades implicava em reconhecer, na gestão de Cabral, elementos de política coronelística tradicional, por outro lado, reconhecer descontinuidades, através da incorporação das demandas das classes populares, apontava a possibilidade de existência de uma política populista em Campina Grande. A análise revelou, entretanto, que a gestão de Cabral não deverá ser classificada como uma prática coronelística ou uma prática populista. Na verdade, Cabral reuniu traços de um e de outro fenômenos - coronelismo e populismo - apresentando, portanto, um sistema de administração municipal que continha traços de uma e de outras formas de dominação. Se, com isso, ele não impediu totalmente a explicitação de conflitos sociais, soube, porém, administrá-los, fazendo prevalecer a função integradora do Estado.

Autora: Áurea de Almeida Barbosa

Orientadora: Ghislaine Duqué

Este estudo refere-se ao processo de luta e resistência de pequenos produtores para construir e manter a sua identidade de camponês (o que será chamado de processo de auto-construção camponesa). A análise é feita no contexto de intervenção estatal, tendo como base empírica o caso dos camponeses irrigantes das terras desapropriadas de Livramento de Nossa Senhora/Ba. Através do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, o Estado propôs a irrigação de cerca de 5.000 ha de terras, utilizando o sistema de aspersão, incluindo uma área onde há quase duzentos anos é usado o sistema de irrigação por inundação e infiltração. Ao iniciar as desapropriações, o Estado afasta os ex-proprietários das terras indenizadas e garante permanência dos camponeses que aí trabalhavam, com relações fundamentadas na parceria. Nada lhes exige como pagamento pelo uso da terra. Este é o Estado que se apresenta como "aliado" do campesinato, mediando o processo de consolidação de sua identidade camponesa. Mas este Estado mostra, de forma contraditória, sua face de opositor, na medida em que os resultados de sua ação traduzem não a realização dos objetivos do campesinato, mas o processo de modernização em curso no setor agro-pecuário brasileiro. As conclusões encaminham no sentido de compreender melhor que a participação do Estado no processo de construção camponesa - através da distribuição de terra e assistência técnica/creditícia - não significa acesso ao poder. Portanto, não pode ser aceita como solução à questão de reprodução camponesa.

Autora: Maria Sedy Marques

Orientadora: Gisélia Franco Potengy

Refletir sobre as ideologias dos trabalhadores, em fases determinadas da evolução do capitalismo, tem-se constituído motivo de estudos e de controvérsias, ao longo da história da divisão campo-cidade. Situar, dentre essas ideologias, aquelas que apresentam organicidade, vem, nos últimos tempos, particularmente a partir das proposições gramscianas, ocupando espaços cada vez maiores entre os educadores. Identificá-las no universo da cognição e da emocionalidade dos pequenos produtores rurais, parece se impor como desafio à educação rural. São ideologias cujas especificidades exigem de qualquer estudioso - principalmente dos que se iniciam - um repensar sobre a totalidade social, o que significa dizer: buscar na sociologia o instrumental teórico necessário a sua compreensão. Aí se situa o presente trabalho, que se desenvolve no pressuposto de que as visões camponesas relativas à terra, ao poder e ao mercado se caracterizam como orgânicas, isto é, como ideologias vinculadas a uma classe fundamental, historicamente necessárias às estruturas econômicas e com o poder organizativo. Desta forma, são estas ideologias tomadas como constitutivas do objeto deste estudo. Do empenho, nele contido, em efetivar-se a pesquisa como serviço educacional resultou o uso do Teatro e do Cordel (tradicional instrumento de comunicação entre os trabalhadores rurais nordestinos) como recursos de apoio à Pesquisa-Ação. Sobre tal processo e seus resultados, desenvolve-se a análise que objetiva, sobretudo, destacar espaços ou fenômenos ideológicos que possam servir, posteriormente, como vertentes ou matrizes na seleção de conteúdos educacionais dentro ou fora da escola rural.

Terra e Salário Para Quem Trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais do Brejo Paraibano. 1988, 266pp.

Autor: **Giuseppe Tosi**

Orientadora: Gisélia Franco Potengy

A expansão das relações de produção capitalista no campo, que se acelera na última década após a implantação do "PROALCOOL", tem provocado a expulsão dos moradores dos engenhos e usinas e dos arrendatários das fazendas de pecuária. Este processo encontra uma resistência dos trabalhadores rurais, que abrem duas principais frentes de luta: a luta pela terra - os chamados "conflitos de terra" - que possuem um caráter de resistência à expulsão e à proletarização e que tem como protagonistas os pequenos produtores sem terra; e a luta pelo salário, ou mais amplamente pelos direitos trabalhistas, que tem como protagonista a categoria emergente dos assalariados rurais (luta, esta, que pode resultar em alguns casos na conquista da terra e permitir uma certa reprodução camponesa). Estas lutas, enquanto resposta a um único movimento do capital no campo, que combina ao mesmo tempo a expropriação e a exploração, são consideradas como complementares e contemporâneas. O autor investiga também as repercussões destas lutas na constituição de novos movimentos sociais. Neste sentido analisa a relação entre os conflitos sociais e as duas principais instituições presentes no campo, a Igreja Católica e o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, mostrando o papel de articulação e de integração na construção de um novo sujeito político emergente das lutas. Sujeito político que foi investigado sobretudo a partir do papel exercido pelas lideranças.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
BIBLIOTECA

A Lenta Desagregação do Coronelismo. Um estudo de Caso. 1952/1974. 1988, 101pp.

Autora: Maria Aparecida Barbosa Carneiro

Orientadora: Gisélia Franco Potengy

Esta dissertação objetiva analisar, através de um estudo de caso, as razões que levam o Coronelismo a uma gradativa e irreversível desagregação. Partimos do suposto que a propriedade fundiária ainda é, no Nordeste, a base material do poder. A terra e as relações de trabalho que nela se realizam são a primeira condição para o exercício das relações de dominação. Por outro lado, embora a riqueza seja condição necessária, não é suficiente, para a perpetuação de certas formas de manifestação do poder local, como é o caso do coronelismo. A sociedade avança através da organização dos partidos políticos, dos sindicatos, de outras formas de associações de caráter reivindicatório. Os movimentos sociais obrigam o Estado a redefinir suas estratégias e este tenta adequar sua face às modificações do conjunto do organismo social. Neste momento, o poder local é levado a redefinições. Formas de exercício do poder, antes necessárias, tornam-se anacrônicas e inadequadas. É o próprio Estado a selecionar novas feições e agentes, uma nova postura e um novo discurso. Neste sentido, o coronelismo tradicional está superado, embora permaneça o poder local, porque permanece a alta concentração fundiária. A terra no Nordeste continua a exercer um duplo papel: a dominação econômica e política de uma classe sobre outra.

O Dilema Camponês. Estudo de Caso sobre a difusão de tecnologias apropriadas a pequenos produtores rurais do semi-árido paraibano. 1988, 106pp.

Autor: Eduardo Jordão de Araújo

Orientador: Charles Michel M.J. Beylier

Este estudo é a sistematização de reflexões teóricas sobre as questões sociais que envolvem um processo de difusão de tecnologias apropriadas a pequenos produtores rurais. Em especial, ele se detém na análise das relações que possam se dar entre a introdução de inovações tecnológicas na pequena unidade de produção e o processo de organização do trabalho familiar. A referência empírica, onde o estudo se estriba, é um caso de experiência de difusão de tecnologias apropriadas, realizada em uma pequena localidade situada no semi-árido paraibano, o sítio Santa Rosa. A experiência demonstrou que a decisão de adotar as inovações tecnológicas, por parte dos pequenos produtores, está condicionada pela relação que eles mantêm com o organismo de promoção que lhe propõe a experiência e pelos possíveis benefícios que possam advir dessa relação. Por outro lado, evidenciou que as decisões dos pequenos produtores levam em conta outras variáveis presentes em sua relação com outros setores da sociedade envolvente. O estudo conclui que a reorganização do trabalho familiar não é uma consequência obrigatória da incorporação de tecnologias apropriadas, porém o pequeno produtor se posicionará neste processo numa atitude de alerta, avaliando constantemente essa relação, podendo transformá-la, desde que as necessidades de equilíbrio interno da unidade produtiva o exijam e que esta decisão se coadune com os valores que orientam seu modo de viver e pensar.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fase às Intervenções do Estado na ÁREA de Sobradinho-BA. (1971/1987). O Caso de Remanso e Pilão Arcado. 1988, 129 pp.

Autora: Emma Cademartori Siliprandi

Orientadora: Paola Cappellin Giuliani

Esta pesquisa tem como objeto de análise a existência de projetos de desenvolvimento rural, financiados pelo Estado, no interior de entidades sindicais de trabalhadores rurais, nos municípios de Remanso e Pilão Arcado, região de Sobradinho, Bahia. Esses projetos, realizados a partir de 1985, eram voltados para o reforço da infra-estrutura e organização sindicais e também para o atendimento a demandas de pequenas comunidades e produtores rurais. Buscou-se, através da pesquisa, compreender as implicações que trouxeram para um processo de renovação do movimento sindical nesses municípios. A reconstrução das trajetórias dos sindicatos foi realizada levando-se em consideração o conjunto de transformações por que passou a região desde o período de construção da barragem de Sobradinho, e seus efeitos sobre o espaço ocupado pelas organizações sindicais, enquanto entidades de representações de classe dos trabalhadores rurais. A pesquisa referenciou-se em uma discussão existente acerca do envolvimento de entidades sindicais com programas governamentais, procurando mostrar que essa participação não tem necessariamente os mesmos efeitos em todas as realidades, e não leva, em todos os casos, a uma "cooptação" dessas entidades pelo Estado. Nos municípios em estudo, ao invés de uma "cooptação", os projetos vieram se inserir, ainda que de forma diferenciada, em um processo de consolidação dessas entidades enquanto mediadoras entre os trabalhadores rurais e o Estado e outros grupos sociais.

O Uso Político do Direito: Composição e Soluções Legais e Conflitos de terra na Paraíba. (1975/1985). 1988, 212,pp.

Autora: Maria Edneusa Lucena Barbosa

Orientadores: Raimundo Nonato Santos

José Cláudio Baptista

A emergência de movimentos sociais no campo em torno dos conflitos de terra é o objetivo da pesquisa, na qual se procura ver como começam a aparecer novas formas de composição do Direito propriamente dito. Ora utilizando-se a lei para garantir direitos, ora conquistando direitos não garantidos legalmente. O reconhecimento social dos direitos dos trabalhadores rurais, em especial o acesso à propriedade da terra, ainda é uma batalha em andamento. Neste processo, o papel de organização e das lutas camponesas é fundamental para que o exercício da cidadania seja finalmente efetivo, pois a própria aplicação da lei só se realiza pela pressão desses movimentos sociais. Os resultados da pesquisa, ainda preliminares, indicam que os conflitos de terra na Paraíba e as soluções que lhes são atribuídas, expressam a contradição entre as formas coercíveis do Estado e uma realidade social, extremamente dinâmica, mostrando a inconsistência de um "Direito" forjado pelas elites dominantes. A dimensão política desses conflitos vai informar o conteúdo das soluções aplicadas, realçar o papel que cumprem os mediadores externos, como a Igreja e outros órgãos de assessoria, e permite colocar o Direito numa perspectiva sociológica, como resultado de fatores sociais que o condicionam.

Mercado e Reprodução da Unidade Camponesa: Estudo de caso sobre pequenos produtores de abacaxi na Paraíba. 1989, 264 pp.

Autor: Pablo Renato Sidersky

Orientadora: Gisélia Franco Potengy

Partindo da idéia da especificidade da economia camponesa, o autor acompanhou, durante nove meses, as atividades produtivas de quatro unidades domésticas de pequenos produtores de abacaxi do município de Araçagi-PB. Para reconstituir as despesas das unidades domésticas, o autor junta os gastos da casa e do roçado. O gasto total, assim obtido, é comparado com as receitas do roçado. Também são analisadas as outras receitas das unidades domésticas. Esta síntese permite uma discussão sobre as possibilidades eventuais de acumulação. Nas conclusões, o autor retoma vários temas que se destacaram no desenvolvimento do trabalho: - A "opção" do abacaxi tem uma importância fundamental para a vida econômica das famílias estudadas. Em particular, determina uma relação intensa com o mercado - o comportamento econômico dos agricultores permite pensar numa "lógica" diferente da lógica empresarial. O método de estudo, que parte da idéia da especificidade camponesa, permite uma discussão sobre diferenciação.

Diários de Sombra e de Luzes. Um estudo sobre os aposentados rurais. 1989. 265 pp.

Autora: Bernadete de Lourdes Ramos Beserra

Orientadora: Regina Célia Reyes Novaes

O objetivo deste trabalho é analisar de que modo a aposentadoria rural contribui no processo de construção da cidadania dos trabalhadores rurais. A partir de pesquisa realizada com os aposentados rurais de Areia, PB, procuramos apreender o significado da aposentadoria rural e as modificações que o surgimento desse direito provoca na vida dos seus beneficiários. As análises restritas às representações da aposentadoria rural sugerem que, antes de ser relacionada ao conjunto de mudanças (representado pelos direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários) do qual é parte, parece evocar situações e categorias de tempos anteriores. Nessa perspectiva a aposentadoria rural funcionaria reforçando a ideologia que sustenta e reproduz a dominação sobre as relações tradicionais de trabalho. Considerando porém que a aposentadoria não se constitui num acontecimento isolado, mas se situa num contexto mais amplo de mudanças que inclusive inclui as mudanças nas relações tradicionais de trabalho, sentimos a necessidade de ampliação da análise através da incorporação do estudo das representações de outras categorias. Surge, nessa perspectiva, a necessidade de se estudar as representações do trabalho antes e depois do surgimento da aposentadoria rural. A partir dessa ampliação do universo analítico é possível relativizar o significado da aposentadoria rural e percebê-la não mais como um reforço à dominação tradicional, mas como um acontecimento integrado ao novo tempo e às novas relações de trabalho.

Novo Sindicalismo no Campo Paraibano. Continuidades e Mudanças. 1989, 240pp.

Autora: Annalisa Bertolazzi

Orientadora: Regina Célia Reyes Novaes

A questão sindical, desde 78, ocupa as manchetes nacionais pelas novidades que apresenta em relação ao passado. Os trabalhadores da cidade e do campo se organizam para a mudança das direções sindicais, das práticas e das bandeiras de luta do sindicalismo tradicional; constituem-se as Centrais Sindicais nucleando diferentes perspectivas e concepções sindicais; constrói-se um "novo sindicalismo" que se define por oposição à estrutura sindical ainda vigente. "Participação" e "Combatividade" sintetizam as reivindicações que desenvolvem "o novo": "ad intra", contrapondo democratização e estrutura horizontal à atual estrutura vertical; "ad extra" opondo uma atitude de combate, frente aos interesses antagônicos, ao sindicalismo de conciliação de classes consagrado pela estrutura sindical vigente. No recorte de uma determinada região do campo paraibano, a autora busca identificar as condições sociais que viabilizam a mudança do sindicalismo no campo e os fatores de continuidade das formas tradicionais. A análise considera os diversos atores em jogo no "campo de forças" do sindicalismo paraibano em sua atuação recente. Tendo como enfoque o surgimento do "novo sindicalismo", estuda especificamente as "oposições sindicais" que, no período 1980-88, lutaram para realizá-lo, bem como suas propostas, suas lideranças e apoios. Finaliza analisando concretamente um caso considerado mais representativo da problemática abordada. A conclusão do estudo, que evidencia como as mudanças vêm se desenvolvendo sem bruscas rupturas com o existente pela força da continuidade institucional, coloca os principais dilemas e desafios com os quais se defronta hoje o "novo sindicalismo".

O Capa Verde. Transformações Econômicas e Interesses de Classe no Curimataú Paraibano. 1989. 215 pp.

Autor: Ramilton Marinho Costa

Orientadora: Paola Cappellin Giuliani

O objetivo dessa dissertação é repensar as transformações econômicas ocorridas no Curimataú Paraibano, com a implantação e desenvolvimento da cultura sisaleira, através do processo de segmentação dos trabalhadores. Essa diferenciação dos trabalhadores exprime-se pelas diferentes posições que passaram a ocupar no processo produtivo, no acesso ou não à terra, nas reclamações e enfrentamentos internos e envolve também um aspecto cultural na separação entre "trabalhadores velhos" e "trabalhadores novos". Mas, paralela a essa diferenciação interna, tem havido uma crescente aproximação dos diversos segmentos de trabalhadores no nivelamento das condições de vida, na semelhança das trajetórias ocupacionais, na negação e na crítica às condições de vida e trabalho atuais e na contraposição a agentes sociais opostos. Toda essa mudança tem se dado num contexto de crises de dominação, onde os proprietários se dividem nas formas de organização do processo produtivo, no aumento da pecuarização, na diminuição do número de moradores e nas propostas de modernização no plantio e desfibramento do sisal. As lideranças sindicais procuram resgatar a aproximação de interesses entre os trabalhadores para transformarem suas diferentes categorias em uma força política.

A Saúde na Fala dos Trabalhadores do Desfibramento do Sisal: Um Estudo de Caso - Paraíba. 1990. 153 pp.

Autora: Lúcia de Fátima Almeida Couto

**Orientadoras: Paola Cappellin Giuliani
Glacy Gonzales C. Garcia**

Esse estudo tem como propósito o desenvolvimento de uma reflexão sobre as concepções elaboradas pelos trabalhadores do desfibramento do sisal (Cuité-Paraíba), acerca da temática da saúde. A idéia central que norteia a análise é que, a partir do cotidiano produtivo, os trabalhadores adquirem um conhecimento particular sobre o corpo e os fenômenos que aí se operam, que vai embasar uma construção crítica a respeito da realidade que define sua condição de "trabalhador pobre". Procura evidenciar a dimensão predatória do trabalho, a partir de uma descrição detalhada das condições físico-sociais em que se efetua o beneficiamento do sisal, buscando ressaltar (desde uma observação direta) os fatores intrínsecos aos processos de trabalho que geram o desgaste dos trabalhadores. Em seguida, apresentam-se as formas com que os trabalhadores concebem e verbalizam essa realidade. O estudo possibilitou a identificação de uma dimensão reflexiva de cunho crítico (elaborada pelos trabalhadores do desfibramento), que oferece elementos importantes para uma discussão das concepções e práticas dominantes em saúde. Ou seja, procuramos resgatar das "falas" desses trabalhadores, os elementos críticos que permitem visualizar uma nova concepção em saúde.

Movimentos Populares: Possibilidades e Limites de um novo sujeito histórico: Campina Grande-PB (1960/1987). 1990. 130 pp

Autor: Paulo Afonso Barbosa de Brito

Orientador: Gian Mario Giuliani

Campina Grande é uma das maiores cidades do interior nordestino, caracterizando-se por lentas transformações estruturais e grandes contradições sociais e econômicas. No município, durante as três últimas décadas, eclodiram movimentos sociais populares por moradia, por infra-estrutura urbana, por equipamentos de bens e serviços de consumo coletivo, por melhores salários, por emprego, por terra para plantar, contra a carestia e outras opressões específicas. Tais movimentos são assumidos por trabalhadores de baixa renda, que vivem em extrema instabilidade ocupacional, tendo dificuldades de garantir a reprodução de sua própria existência. Tais mobilizações são responsáveis por conseqüentes formas de organizações, ou pelo reforço das já existentes. Embora assumam bandeiras reivindicativas cada vez mais específicas, mobilizam grupos sociais distintos e experimentam formas de lutas diferenciadas e conteúdos mobilizadores diversos, o que lhes dá a aparência de fragmentação e isolamento. Percebe-se que estes movimentos se ligam através de articulações e "teias de contatos" muitas vezes invisíveis, criando redes de comunicação e solidariedade com mediadores externos, assumindo um caráter político e politizante, tanto do grupo envolvido na luta, quanto dos grupos que se solidarizam e da sociedade envolvente. Apesar de sua capacidade mobilizadora e seus reflexos políticos, tais movimentos enfrentam dificuldades, tanto internas, quanto na relação com interlocutores e com a sociedade, experimentando avanços e recuos. Mas entre perdas e ganhos, é através das mobilizações que as classes populares assumem o seu direito à cidadania, acumulam forças e experiências, provocando deslocamentos no poder tradicional, chegando a se constituir como uma força social e política presente na história, e avançando rumo à construção de um projeto alternativo de sociedade.

Família e Trabalho na Construção da Identidade Feminina. Um Estudo da mulher profissional qualificada de Campina Grande. 1990. 198 pp.

Autora: Maria do Socorro Pereira

Orientadora: Paola Cappellin Giuliani

O exercício profissional, incluindo toda a trajetória cumprida para a profissionalização, permite o afloramento de elementos que contribuem para a elaboração da identidade feminina. Isto se torna mais evidente quando se verifica a profissionalização da mulher em áreas consagradas como masculinas, na medida em que, ao enfrentar um novo campo profissional, ela é exigida quanto a uma postura, um comportamento e estratégias para as quais nem sempre conta com um modelo próximo. O presente estudo procura examinar essa trajetória, considerando três espaços de sociabilidade; a vida em família, a passagem pela Universidade e a prática profissional, verificando as contribuições que as relações sociais neles realizadas fornecem à mulher, favorecendo e/ou dificultando a elaboração de uma identidade que tenha a profissionalização como norteadora. Para estudar essa elaboração, foram entrevistadas quinze mulheres profissionais, universitárias, bem sucedidas, da cidade de Campina Grande, e dois casais de pais dessas mulheres, sob a forma de história de vida. Na análise das entrevistas considerou-se o fato de que a mulher, além de sua condição de profissional, é também filha, esposa, mãe e indivíduo. A elaboração de sua identidade revela-se um processo dinâmico que se realiza através da busca de reconhecimento e da luta cotidiana para a afirmação de diferenças e/ou semelhanças perante os modelos existentes.

O Boi Engolindo Gente: Um estudo do processo de pecuarização recente no Brejo de Areia - PB. 1990. 183 pp.

Autora: Leonilia Maria de Amorim

Orientadora: Rosa Maria Godoy da Silveira

Esta dissertação trata de analisar o processo de pecuarização recente no Brejo de Areia, na Paraíba. Toma como ponto de partida a ocupação do espaço pela pecuária no século XVIII. No desenrolar do século XIX, a atividade pecuária brejeira, mesmo dotada de versatilidade - a venda do gado em pé; das carnes verde e salgada nos mercados e feiras-livres ou dos produtos derivados, é negligenciada, devido a uma série de fatores endógenos. Durante algumas décadas do século XX, o Brejo de Areia se transforma no "Celeiro do Sertão" e seu espaço passa a ser caracterizado pela monocultura canavieira, que se expande a passos largos, chegando a propiciar a instalação da Usina Santa Maria, para a produção de açúcar e, posteriormente, uma destilaria para a produção do álcool. Porém, na década de setenta, após calorosas discussões, a atividade pecuária volta ao Brejo de Areia, não como atividade acessória, mas como atividade comercial, lucrativa e subsidiada pelo Estado, nos moldes da "Modernização Conservadora", que concedeu grandes privilégios ao setor agropecuário em detrimento da agricultura de subsistência. No Brejo de Areia, ao contrário do que apregoava o "Milagre Brasileiro", o processo de pecuarização recente aumentou a monopolização da terra, expropriou o homem do campo e prejudicou o setor agrícola. Essas consequências foram provocadas tanto pelos altos preços da carne e do leite, quanto pelos mínimos gastos com os encargos sociais e à força de trabalho.

A Geração Engajada: Busca de Espaços na velha estrutura de poder (Um estudo sobre o Centro "Estudantal" Campinense - 1955-1960). 1990. 230 pp.

Autor: Gilmar dos Santos Nascimento

Orientadora: Maria da Guia Santos Gareis

É propósito desta dissertação examinar o movimento estudantil, expresso na atuação do Centro "Estudantal" Campinense no período 1955-60, numa tentativa de verificar suas potencialidades enquanto protagonista com capacidade de influenciar, mediar e de articular-se de forma notável numa política mais ampla no cenário campinense daqueles anos. Uma questão permeia este trabalho: como ocorreu a participação do Centro "Estudantal" Campinense no processo político de 1955-60? Assim, levamos em consideração o fato de o Centro "Estudantal" ser apontado como uma das categorias sociais detentora de maior expressão a nível local, principalmente por sua combatividade e capacidade de mobilização em torno dos problemas mais fundamentais que afligiam a população. O estudo sobre o Centro "Estudantal" Campinense põe em destaque as variantes locais que possibilitaram ao movimento dos estudantes secundaristas constituir-se num ambiente de aglutinação dos reclamos e anseios da população, transformando-o numa das principais caixas de ressonância dos problemas comunitários.

Roçado e Alho: Reprodução Familiar dos Pequenos Produtores de Ribeira, Pb. 1990. 103 pp.

Autora: Maria Elizabeth Ribeiro Clemente

Orientadoras: Ghislaine Duqué

Maria Cristina de Melo Marin

Esta dissertação pretende analisar a forma específica de organização das pequenas unidades de produção familiar do povoado de Ribeira. Estes pequenos estabelecimentos tem como suporte a mão-de-obra familiar e combinam as culturas do roçado com a produção irrigada de alho. Diferentemente das culturas do roçado que são produzidas em moldes tradicionais, a produção do alho requer investimentos de capital e uso de tecnologia mais avançada. Como os agricultores não dispõem de recursos próprios para investir nesta cultura, obrigam-se a recorrer a instituições financeiras para viabilizar a produção. A tecnificação da produção do alho significa, portanto, a subordinação do pequeno produtor ao Capital financeiro, industrial e comercial. Apesar do papel relevante que esta tecnificação adquiriu, isto não significou uma ruptura com a agricultura tradicional. Ao contrário, esta constituiu-se na base através da qual o pequeno produtor aventurou-se, tentando novas práticas agrícolas. As transformações que ocorreram nas pequenas unidades de produção familiar contribuíram para estreitar os laços entre produtores e mercado. Esta integração ocorreu na medida em que se incorporaram à produção os pacotes tecnológicos exigidos para o financiamento da cultura. Apesar de se modernizarem, estes produtores não conseguiram tornar-se menos submetidos. Só não se proletarizam porque têm na combinação das atividades diversas (pequeno comércio, artesanato e a criação de pequenos rebanhos além do alho no roçado) a segurança de sua sobrevivência.

Os Camponeses e a Busca da Autonomia Possível (Estratégias de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação no Estado de Sergipe). 1990, 183 pp.

Autora: Dalva Maria da Mota

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

O objetivo desta dissertação é analisar as estratégias de sobrevivência e resistência de camponeses em duas comunidades rurais do Estado de Sergipe, envolvidos num projeto de modernização agrícola desenvolvido pelo Governo do Estado na região do semi-árido. Essas estratégias visam reprodução da unidade de produção e consumo e permitem uma certa margem de "autonomia" a nível do processo imediato de produção, ao lado do aumento da subordinação que a modernização lhes impôs nas últimas duas décadas. A modernização repercute diferentemente em cada comunidade, segundo as condições de controle e uso da terra que prevalecem, garantindo maior "autonomia", em relação às diretrizes do projeto modernizador, aos produtores que são proprietários da terra que cultivam e menor "autonomia" aos que são assentados. São os camponeses que têm menor "autonomia" no processo de produção, no caso, os assentados, que desenvolvem maior sociabilidade política através da defesa coletiva de seus interesses. Os demais, os pequenos proprietários, por não terem as suas condições imediatas de reprodução ameaçadas, limitam suas ações ao interior da unidade de produção. O comportamento político dos dois grupos se revela na resistência cotidiana, difusa no interior do processo de produção.

Violência no Campo: Um Estudo sobre os Movimentos Sociais na Amazônia Rural. 1990, 512 pp.

Autora: Maria Lúcia G. Figueira Melo

Orientadora: Norma Montalvo de Soler

Estudo sobre a violência nos Movimentos Sociais no Campo da Amazônia, dá ênfase ao papel da violência e do poder como ação política que incide, fundamentalmente, sobre os pequenos produtores familiares, indígenas e posseiros nas áreas de tensão e conflito social da Amazônia Rural. Partindo da reconstituição histórica das principais lutas sociais desencadeadas nas últimas décadas em áreas rurais desta região, tenta-se analisar as práticas sociais, assim como resgatar a trajetória trilhada pelos atores em seus Movimentos de luta, através de seu modo de ação, seus avanços, recuos e perspectivas no contexto da Amazônia Rural. Analisando criticamente as formas mais recentes de organização, participação social e estratégias de enfrentamento político, busca-se através deste estudo, interpretar por um lado, como os atores sociais envolvidos nos Movimentos Sociais se formam na luta, se constituem como sujeitos políticos, constroem suas identidades, enfim, desenvolvem suas organizações e ações coletivas. E, por outro lado, como os agentes do bloco no poder atuam no sentido de orientar e definir o processo, a fim de manter as condições de reprodução, tanto da dominação, quanto da exclusão de classes.

A Trajetória do Sindicalismo Rural na Paraíba, 1990.173 pp.

Autor: Gismário Ferreira Nobre

Orientador: Leôncio Camino

Este trabalho recupera a trajetória do sindicalismo rural na Paraíba enfocando sua relação com o Estado. Nesta relação, ressalta-se o aspecto ideológico; portanto, a estrutura sindical propriamente dita é compreendida como parte de um modelo teórico. Na busca de uma compreensão mais ampla de como ocorreu o processo de institucionalização do movimento camponês pelo Estado, foi necessário analisar o movimento sindical em contraposição a outras formas de organização camponesas - as Ligas - bem como o envolvimento de outras forças sociais no processo, como a Igreja Católica e o PCB.

A Cantoria Contínua de Pé (de parede). Estudo sobre as formas de Produção da Poesia Repentista Nordestina. 1991, 145 pp.

Autora: Nadja de Moura Carvalho

Orientadores: Alzir Oliveira

Maria Cristina de Melo Marin

Este trabalho tem por assunto a cantoria de viola nordestina, nas suas diferentes formas de manifestação, desde a mais tradicional - a cantoria de pé-de-parede - mais ligada á sua origem rural, até as formas urbanizadas, programas radiofônicos, congressos e gravações em discos. Procura-se traçar um quadro geral do seu processo produtivo nestes diferentes contextos, capaz de explicar o sentido do deslocamento desta manifestação cultural em sua trajetória social. Neste sentido, busca-se analisar as preocupações e temores, externados frequentemente pelos cantadores, com a descaracterização causada pela urbanização da cantoria. A investigação centrou-se na cidade de Campina Grande, Paraíba, onde é grande a concentração de profissionais da viola, tendo sido entrevistados cantadores em suas apresentações, ao vivo e através de gravações. Com o material recolhido fez-se uma descrição da cantoria em seus aspectos estruturais, tanto na forma tradicional como nas formas urbanizadas e, a seguir, analisaram-se questões como as condições sócio-econômicas em que se dão a cantoria, a convivência e os conflitos entre elementos tradicionais e elementos inovadores, a relação entre o poeta e seu público e as condições sob as quais a cantoria resiste, se adapta e sobrevive nos dias atuais.

Para Além do Acesso à Terra. Representações Sociais, Condição Camponesa e Ação Política dos Colonos da Serra do Mel, RN. 1991, 281 pp.

Autor: Aécio Cândido de Sousa

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

(Menção Honrosa - Prêmio Sober/92)

O presente trabalho trata do comportamento político dos camponeses da Serra do Mel. Para compreensão deste, trabalhamos com três questões: 1) Por que são os colonos da Serra do Mel a parcela do campesinato que mais se mobiliza na região? 2) Por que as ações de mobilização não são compartilhadas por todos? 3) Por que as lideranças que os representam como produtores (por meio das associações de vilas) pouco ascendem a representá-los como cidadãos (nas esferas da política partidária)? A partir da condição camponesa, compreendida como uma representação de si tomada de empréstimo a outro e, no caso, capaz de estruturar todo um habitus social e da presença de alguns mediadores, busca-se compreender o que há de específico na forma desse grupo se instituir como coletividade e de articular ações de enfrentamento. Ao final, percebe-se que 1) o descompasso entre a expectativa desencadeada pela vinda para a Serra e a sua condição real de camponês pobre, 2) a representação de "proprietário" (com a propriedade do tempo, sem que este seja monetarizado, aparecendo em primeiro plano para o estabelecimento desse conceito) e 3) as suas muitas impotências (produtivas e outras) fornecem campo objetivo para diferentes semantizações. Ao se concluir que a base de orientação do colono se caracteriza por aparecer como uma matriz dupla (habitus bimatricial), onde um lado é fornecido pelo imaginário instituído em torno da representação de proprietário e o outro pela condição real e objetiva de camponês pobre, destaca-se o papel relevante dos mediadores na semantização das situações vividas coletivamente. A ruptura estabelecida na vida de cada um, quando se passa da condição de sem-terra à condição de proprietário, acompanhando esta ruptura todo um conjunto de expectativas, produz a descontinuidade necessária desnaturalização do social. Essa descontinuidade, porém, carece de vozes que a semantizem. No caso dos camponeses da Serra do Mel, dependendo da potência das vozes em campo, as semantizações tanto podem se dar no sentido de realçar a condição de proprietários como no de dar destaque de camponeses pobres.

Águas Públicas/Riquezas Privadas. (A Política de Irrigação para o Vale do São Francisco: Bebedouro e Nilo Coelho). 1991, 251 pp.

Autor: Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Orientador: René Louis de Carvalho

A Dissertação tem como objeto de análise a intervenção do Estado no vale do São Francisco através da política de irrigação e teve, como parâmetros empíricos, dois perímetros públicos situados no lado pernambucano do Dipolo Petrolina/Juazeiro: Bebedouro e Nilo Coelho. A ênfase principal da análise foi conferida à atual fase da política de irrigação, que tem como base a "emancipação" dos perímetros públicos. A estratégia inicialmente utilizada para implantação da política de irrigação esteve baseada no modelo da colonização através de perímetros públicos com um forte "cunho social". À medida em que a consolidação econômica da irrigação foi se concretizando, grandes grupos econômicos ligados à produção agrícola foram pressionando o Estado a mudar o caráter de sua intervenção em direção à privatização da irrigação. Com isso, passou a predominar, tanto no discurso oficial quanto na prática - através da emancipação - a opção pelo "empresarial", "moderno" e "emancipado", características estas que estão em perfeita harmonia com as políticas neoliberais em evidência, tanto no Brasil quanto no exterior.

Campina Grande no Espaço Econômico Regional: Estrada de Ferro, Tropeiros e Empório Comercial Algodoeiro (1907-1975). 1992, 301 pp.

Autor: Gervácio Batista Aranha

Orientador: Josemir Camilo de Melo

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de expansão da economia algodoeira em Campina Grande em sua relação com a ferrovia inglesa, a Great Western of Brazil Railway. Neste sentido, procura-se identificar o papel que essa estrada de ferro desempenhou para que essa cidade fosse erigida à condição de importante polo mercantil algodoeiro. Nessa perspectiva, teve-se a preocupação de demonstrar que o vínculo algodão-ferrovia produziu um efeito polarizador, transformando a cidade no grande empório do Sertão. Especializando-se na realização da circulação mercantil algodoeira, Campina Grande torna-se, por isso mesmo, um polo com ampla influência no espaço regional. Todo esse processo é indicativo de que a praça campinense concentra a maior parte do comércio algodoeiro levado a efeito nesse espaço regional, o que a mantém com a função de homogeneizar/hegemonizar a atuação do capital gerado no bojo dessa atividade mercantil. No que se refere ao papel desempenhado pela estrada de ferro, partimos da hipótese de que Campina Grande não teria se transformado num importante polo mercantil caso não tivesse sido contemplada por esse meio de transporte. Em sua vantajosa posição de ponto terminal da ferrovia, posição em que consegue se manter durante meio século (1907-1957), para essa praça convergia praticamente todo o comércio do interior de além-trilhos, na direção do oeste paraibano e de algumas áreas dos chamados Estados limítrofes. Desta forma, inúmeras áreas interioranas são polarizadas por Campina Grande, que realiza, através da ferrovia, a circulação mercantil entre as áreas sertanejas e as praças portuárias. Assim sendo, os meios de transportes nas áreas de além-trilhos tornam-se caudatários da estrada de ferro em Campina Grande. No caso, as tropas de burros e os caminhões. Em resumo, análise da relação entre economia algodoeira e transportes, com destaque para a estrada de ferro, constitui, na verdade, o objetivo maior deste trabalho.

Canudos: Messianismo e Conflito Social. 1992, 301 pp.

Autor: João Batista Arruda Pontes

Orientador: André Haguette

O presente trabalho tem por objetivo analisar, dentro do contexto sócio-político-religioso da época, as condições que permitiram a eclosão do movimento social protagonizado por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro. Entendendo ser o discurso messiânico uma das formas possíveis de expressão dos movimentos sociais nos modos de produção pré-capitalistas, pretende-se mostrar que Antônio Conselheiro, em sua luta contra a dominação sócio-política do latifúndio, recorreu à memória religiosa e encontrou, a partir das experiências de vida comunitária dos primeiros cristãos, o paradigma de organização social que serviu de sucedâneo ideal à estrutura social vigente. Dentro dessa compreensão, a comunidade de Canudos é entendida como a contraproposta dos oprimidos social e politicamente à forma de organização social opressora. Para a consecução dos objetivos propostos, foram desenvolvidos três capítulos. No primeiro, é feita uma contextualização de alguns movimentos messiânicos ocorridos em diferentes contextos sócio-históricos. Nesse capítulo, pretende-se estabelecer as pré-condições para a eclosão dos movimentos messiânicos. No segundo capítulo, é feita uma retrospectiva histórica da trajetória de Antônio Conselheiro desde sua saída do Ceará, sua peregrinação pelos sertões nordestinos, seus referenciais ideológicos, a formação da comunidade de Canudos e as causas que levaram à sua destruição. Finalmente, no terceiro capítulo, faz-se uma discussão sobre os limites explicativos das diferentes vertentes teóricas.

De Lavradores de Fumo a Produtores de Laranja: Estratégias de Sobrevivência e Diferenciação Social de Produtores Familiares em Cruz das Almas - Bahia. 1992. 234 pp.

Autor: José Humberto Almeida de Cerqueira

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

O presente trabalho resulta de vários períodos de observação e pesquisa no município de Cruz das Almas, seja como técnico da EMATER-BA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia), atual EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) seja como estudante do Curso de Mestrado em Sociologia - Campus II, da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa de campo foi realizada nos anos de 1991-1992. Procurou-se, junto aos pequenos produtores familiares, investigar e compreender a transição da lavoura do fumo para laranja, assim como conhecer o que aconteceu ao nível dessas unidades que têm uma lógica própria de organizar seu trabalho. Verificaram-se também os aspectos externos - relativos ao capital comercial e ao Estado - interferindo no momento da transição dos cultivos, assim como, atualmente, o capital comercial mais diretamente relacionado com as unidades familiares. Pelos resultados obtidos, torna-se evidente que a especificidade da pequena produção familiar reafirma-se através de estratégias utilizadas. Esses produtores familiares, após procurarem sua autonomia frente aos armazéns de fumo, aos diferentes tipos de capitais e relações com a política de modernização do Estado, reorganizam-se em torno da cultura da laranja e da policultura alimentar. Essa transição contribuiu, ao longo do tempo, para o processo de diferenciação. Aproveitando-se de situações favoráveis, alguns produtores arriscaram-se no empreendimento citrícola conseguindo sucesso, enquanto outros, limitados pelos espaços de áreas, número de filhos, permanecem reproduzindo-se através de outras atividades alternativas que lhes complementam a renda familiar.

Falas de Liberdade: Um Estudo sobre o Discurso Camponês de Liberdade. 1992. pp.

Autor: Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa

Orientadoras: Ghislaine Duqué

Maria Cristina de Melo Marin

O objetivo básico desse estudo é fazer uma análise sobre os diversos significados que circulam em torno das "Falas de Liberdade", bastante presentes entre camponeses. A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 1990 e 1992 na zona rural do município de Sumé, Cariri Paraibano. Durante esse período, visitaram-se diversos grupos camponeses com quem mantivemos contatos. Fizeram-se entrevistas, histórias de vida e observação direta em um grupo. Foi associando as falas camponesas sobre a seca, a terra, o trabalho, às viagens e às diversas experiências vividas pelo grupo ou por alguns de seus membros, que se construiu "um discurso camponês de liberdade". Discurso em que a luta pelo domínio e controle do tempo e do espaço aparecem como aspectos essenciais na vida de um grupo camponês do semi-árido nordestino. Discurso em que cada palavra e cada atitude, conscientes ou não, sempre se voltam para a defesa, a consecução de projetos de "liberdade". Estes, têm significados diversos: dizem respeito à alimentação que tem ou que falta e também a viagens que são obrigados a fazer ou as que desejam realizar e não podem; chamam a atenção para a importância de poderem passear dentro de suas terras e desfrutarem de um espaço "livre" em que trabalham, andam, brincam e dormem sem ter que dar satisfações a outras pessoas, mas que também pode se transformar, em determinados momentos, em "terra de escravos". Em um espaço "pequeno" e que não lhes proporciona o suficiente para a reprodução da família, o que os obriga a ir "trabalhar no dos outros".

Os Negros de Pedra D'água: Um Estudo de Identidade Étnica. História, Parentesco e Territorialidade numa Comunidade Rural. 1992, 180 pp.

Autora: Elizabeth Christina de Andrade Lima

**Orientadoras: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
Maria Cristina de Melo Marin**

A dissertação é um estudo de identidade étnica na comunidade rural de negros de Pedra D'Água situada no município de Ingá no Estado da Paraíba. Pedra D'Água constituiu-se num campo fecundo de análise por apresentar uma relação estreita de simbiose entre história, parentesco e territorialidade. Para compreender tal relação, exploramos alguns fatores caracterizadores da identidade étnica da comunidade de Pedra D'Água tendo como categorias analíticas a concepção de territorialidade, tradição cultural historicamente compartilhada, relações de parentesco enquanto elemento central na organização e a situação de alteridade. A partir dessas categorias analíticas, buscamos resgatar as experiências cotidianas da comunidade com o objetivo de detectarmos os mecanismos que viabilizam a permanência desse grupo no espaço territorial por ele historicamente ocupado. Para isto, consideramos o seu potencial de ação: as suas estratégias de sobrevivência - ao nível cultural, social e econômico - e o sentido das redefinições as pressões internas bem como da superação dos conflitos advindos do contato interétnico. Trabalhamos, a todo momento, tentando compreender a comunidade de Pedra D'Água enquanto uma instância espacial, buscamos as marcas da distinção entre os espaços negro e branco, partindo das formas de organização social dos Pedradaguenses e observamos que, mediado por esta organização, o grupo se retrata e se marca no contato interétnico.

"Grandes e Pequenos Produtores de Laranja Frente à Modernização: Estratégias e Trajetórias (Colônia Treze - Sergipe)".
1992. 128 pp.

Autora: Neuzice Andrade

Orientadora: Ghislaine Duqué

O objetivo desta dissertação é analisar trajetórias ascendentes e descendentes dos produtores rurais, frente à modernização induzida. O trabalho de pesquisa se desenvolveu junto aos produtores de laranja da Colônia Treze, no município de Lagarto, Sergipe, porque percebíamos que os efeitos da política estatal dos pacotes modernizantes estão ali fortemente marcados, tanto pelo grau de enriquecimento de uns, quanto pelo empobrecimento de outros. Estas contradições resultantes do modelo estão refletidas nos diferentes níveis de apropriação de bens e formação de patrimônio das diferentes categorias de produtores. Nossas conclusões dizem respeito às condições que possibilitaram a trajetória ascendente de uns poucos e a estabilização da maioria dos produtores, como também aos fatores que determinaram a estagnação de alguns outros.

"Organizações Não-Governamentais e Camponato: Novas Alianças Políticas no Campo Tecnológico (O caso do CAA/Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança)". 1993. 286 pp.

Autora: Maria Dione Carvalho de Moraes

Orientadoras: Ghislaine Duqué

Maria Cristina de Melo Marin

O estudo aborda a relação entre o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança. O objetivo é analisar a relação como sendo uma aliança política entre estratégias de oposição e de resistência como "novas práticas" heréticas no campo tecnológico. O referencial teórico toma a tecnologia como produção social e o campo tecnológico como espaço de disputa de saberes e de poder. A tecnologia, portanto, é vista como capacidades técnicas e poder social diferenciados. As estratégias de dominação remetem às práticas dos agentes e instituições que propugnam a tecnologia "moderna". As práticas de subversão reportam aos agentes e entidades que atuam no campo das "alternativas" e as estratégias de resistência remetem ao saber e tecnologia camponeses tidos como práticas políticas e culturais de resistência cotidiana à expropriação total. A pesquisa revela uma "tomada de posição" do Centro em relação à questão da reprodução camponesa e, pelo lado dos camponeses, dois significados importantes: por um lado a participação do Centro em questões relacionadas ao processo mais amplo de consolidação do assentamento e, por outro lado, questões que respeitam a tecnologia em sentido mais restrito.

"Uma Mão Lava a Outra. O Trabalhador Rural e Suas Lideranças no Brejo Paraibano." 1993. 270 pp.

Autora: Maria da Conceição Mariano Cardoso

Orientadoras: Regina Célia Reyes Novaes

Maria Cristina de Melo Marin

O trabalho trata da relação lideranças/liderados no movimento dos trabalhadores rurais no Brejo Paraibano. Reconstruímos trajetórias de lideranças analisando situações sociais que proporcionam o reconhecimento de um trabalhador como "líder" do seu grupo. As questões foram relacionadas, sobretudo, aos critérios utilizados por parte dos trabalhadores "liderados" para escolher suas lideranças em momentos do cotidiano como na expressão de conflitos sociais; finalmente considera-se o papel desempenhado por agentes externos mediadores. Procura-se levar em conta o ponto de vista dos trabalhadores e de suas lideranças. Busca-se também detectar, a partir das características dos mediadores (Igreja, Sindicatos, Organizações de Assessoria) como velhos e novos expedientes são utilizados para a produção e reprodução das relações entre dirigentes sindicais, agentes religiosos e trabalhadores. Os cinco capítulos abordam o contexto em que ocorreu a pesquisa, enfocando particularidades e contradições importantes ao objeto; análise de um caso de conflito de terra que reuniu diferentes lideranças e diferentes agentes externos, situação que resultou na divisão dos trabalhadores em dois grupos sobre o reconhecimento de duas lideranças; os mediadores, em particular a Igreja Católica com um tipo de liderança específica: o "Animador de Comunidade"; a existência e importância de "lideranças locais".

"Canudos: A Utopia Entre Deus e o Diabo (Bahia -1893-97). 1993, 122 pp.

Autor: Ferdinand Cavalcante Pereira.

Orientadora: Ghislaine Duqué

Este trabalho se propõe analisar os elementos político-religiosos das práticas sociais internas/externas fundamentais na construção de um projeto alternativo em Canudos-Sertão da Bahia, 1893-97. O Movimento Social de Canudos, em um só tempo movimento de natureza religiosa e política, apresenta Antônio Conselheiro como líder principal junto aos grupos pela direção e organização da produção religiosa. Por outro lado, esse mesmo movimento busca se afirmar enquanto recusa da ordem social vigente, recusa que se expressa como resistência para além da opressão social no desejo utópico de identidade e libertação pessoal e coletiva intermediada no cotidiano pela realização de objetivos mais imediatistas dos grupos presentes para concretização dos objetivos propostos. No primeiro capítulo procurou-se observar as relações sociais pertinentes no contexto sócio-político local, o do sertão de Canudos. No segundo capítulo a preocupação central foi ressaltar os aspectos cruciais do itinerário atormentado de Antônio Conselheiro. No terceiro capítulo é feita uma análise do universo das práticas sociais que justificaram seus objetivos e deram sustentação político-ideológica ao movimento em questão. Concluiu-se que Canudos foi um movimento sócio-político de resistência ao poder local em favor de um projeto alternativo de autonomia popular frente às instituições da sociedade sertaneja.

O "Ser" e o "Ter": Camponeses, Práticas Tecnológicas e Políticas (Um Estudo em Lagoa Seca-PB), 1993, 190pp.

Autor: **Geoyani Jacó de Freitas** Orientadora:
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Este estudo analisa a relação entre tecnologia agrícola e a organização do trabalho nas unidades de produção dos produtores de economia familiar do município de Lagoa Seca, Paraíba, a partir do seu modo de sentir, pensar e agir, entendida enquanto prática orientadora do seu fazer cotidiano. O grupo referencial de informantes da pesquisa de campo foram os agricultores organizados em torno da oposição sindical rural de Lagoa Seca, com os quais se realizou um processo de pesquisa participante que orientou todas as atividades de investigação da realidade dos pequenos produtores considerados e suas ações em torno do resgate do papel político do seu sindicato. A análise aqui empreendida revela a importância da organização do trabalho familiar enquanto eixo que fundamenta o sentido do SER e do TER da dinâmica camponesa, através do qual as demais práticas, inclusive as tecnológicas, se revestem de significados e lhe estão organicamente vinculadas. Essas práticas tecnológicas, por sua vez, são incorporadas, negadas ou recriadas pelos agricultores estudados, a partir de critérios avaliativos relacionados à preservação da terra e reprodução econômica e social da unidade familiar. Tais práticas, quando expressas a partir da lógica cotidiana do grupo estudado, tem se constituído em estratégias de sobrevivência que são contruídas, não sem ambiguidades e tensões, inseridas na própria idiosincrasia do pequeno produtor. Por fim, este estudo aponta para os desafios a serem enfrentados pelo movimento sindical no sentido de acumular discussões e incorporar ao conteúdo de suas ações estratégicas o caráter político com que se reveste a questão da tecnologia no processo de produção camponesa.

Colonos e Agroindústria: As Múltiplas Faces da Integração (Estudo de Caso sobre Pequenos Produtores Integrados de Suínos no Município de Ouro - SC), 1993, 141 pp.

Autora: Vilênia Venâncio Porto Aguiar

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

O trabalho analisa o espaço da produção e da reprodução de pequenos produtores familiares, colonos descendentes de italianos do município de Ouro-SC, integrado através da atividade suinícola. Objetivamente trabalhou-se com as seguintes questões: o que levou esses colonos a se integrarem? Como eles vivem essa relação? Como desenvolvem um espaço de autonomia numa relação de subordinação? Considerou-se a situação real e objetiva vivida pelos colonos estudados em diferentes momentos da sua trajetória social, ao mesmo tempo em que se resgataram as condições históricas que permitiram o afloramento da relação de integração. Consideraram-se, ainda, as representações que esses colonos têm de si e dos outros, expressas nas formas como organizam a unidade produtiva, o trabalho e o seu cotidiano. A partir desses elementos passamos a analisar as especificidades da relação entre produtor e agroindústria. Por fim, observou-se que os sujeitos investigados têm uma participação ativa na determinação da sua condição social, não sendo esta apenas consequência da sua interação no processo produtivo, mas do jogo de forças sociais de que participaram. Portanto a relação de integração é compreendida enquanto um espaço social e assim inserida num campo de forças sociais. É do embate entre esses dois grupos - colonos e agroindústrias - no interior do campo de forças que se dará a criação do espaço de reprodução e desenvolvimento da autonomia desses produtores.

Entre a Cruz e a Enxada: A Igreja Católica e a Extensão Rural no Imaginário Camponês - Um estudo de caso no Engenho Cipó, AREIA-PB. 1993, 114pp.

Autor: Adriano Azevedo Gomes de Leon

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Este estudo tem como objetivo analisar o imaginário de ex-moradores e hoje proprietários de um engenho no município de Areia-PB, em relação à extensão Rural e à Igreja Católica, agentes externos atuantes na área após a conquista da terra. Após a desapropriação oficial implementada pela FUNDAP, 32 famílias foram assentadas. Ao assumirem o papel de pequenos produtores, essas famílias substituíram a cultura da cana-de-açúcar pela cultura de banana, para escaparem do domínio da usina de açúcar local. Passaram, assim, de meros fornecedores de matéria-prima, para produtores de uma cultura agrícola capaz de inserí-los em um mercado mais aberto, garantindo-lhes o suporte financeiro para as unidades produtivas familiares. Uma nova condição de proprietários da terra e os recentes contatos com a Extensão Rural e a Igreja Católica contribuíram para a construção de uma nova identidade entre os indivíduos assentados, decorrente da mudança na interação homem-terra-trabalho. O real sentido de modernização repassado pelas duas instituições que atuam na área destes assentados é ainda uma imposição de um modelo que não contempla a produção familiar como fundamento da posse e uso da terra. As ambiguidades resultantes de tal situação estão expressas nos discursos dos informantes e sob os signos do seu imaginário social. Os dados aqui analisados foram obtidos através de abordagens essencialmente qualitativas em uma pesquisa de campo realizada de julho a dezembro de 1991.